

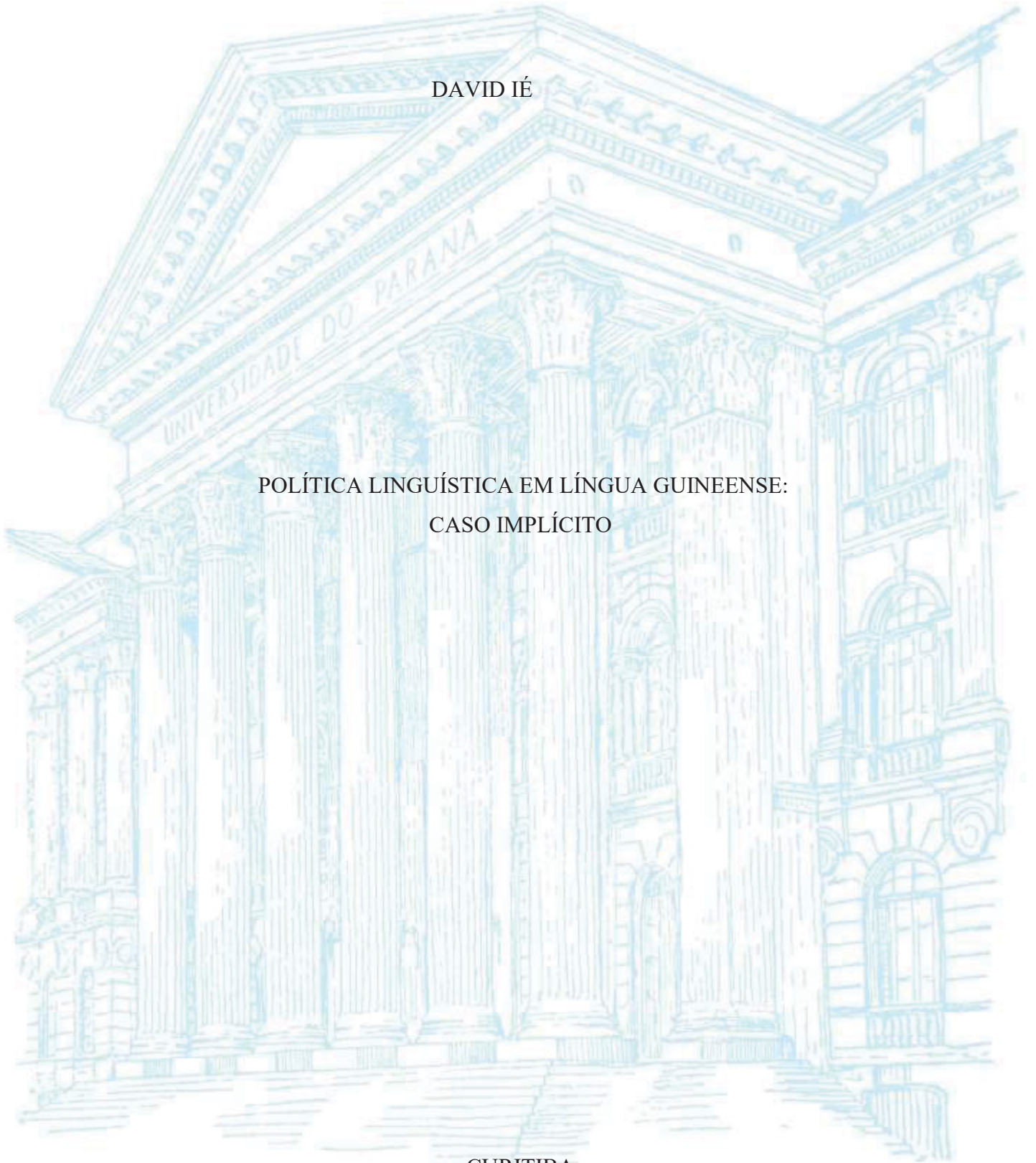
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARANÁ

DAVID IÉ

POLÍTICA LINGUÍSTICA EM LÍNGUA GUINEENSE:
CASO IMPLÍCITO

CURITIBA

2022



DAVID IÉ

POLÍTICA LINGUÍSTICA EM LÍNGUA GUINEENSE:
CASO IMPLÍCITO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, na área de Estudos Linguísticos do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Javier Calvo del Olmo

CURITIBA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Ié, David

Política linguística em língua guineense : caso implícito. / David Ié. –
Curitiba, 2022.

1 recurso online : PDF.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Francisco Javier Calvo del Olmo.

1. Política linguística – Guiné Bissau 2. Dialetos crioulos – Guiné
Bissau. 3. Línguas e linguagem - Aprendizagem. 4. Planejamento
linguístico. I. Olmo, Francisco Javier Calvo del, 1986- . II. Título.

CDD – 410



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -
40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DAVID IÉ** intitulada: **POLÍTICA LINGUÍSTICA EM LÍNGUA GUINEENSE: CASO IMPLÍCITO**, sob orientação do Prof. Dr. FRANCISCO JAVIER CALVO DEL OLMO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Janeiro de 2022.

Assinatura Eletrônica

25/01/2022 16:15:03.0

FRANCISCO JAVIER CALVO DEL OLMO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/01/2022 17:16:11.0

XOÁN CARLOS LAGARES DIEZ
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

Assinatura Eletrônica

25/01/2022 16:18:21.0

GISELENE LIMA CARVALHO
Avaliador Externo (UNIV. DA INTEGRAÇÃO INTERNAC. DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA)

Assinatura Eletrônica

25/01/2022 16:18:00.0

JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO
Avaliador Interno Pós-Doc (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua General Carneiro, 460, 10º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5102 - E-mail: ppgglet@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 143438

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 143438

AGRADECIMENTOS

Uma caminhada conjunta é melhor do que caminhar sozinho, este é um dos elementos do percurso dos acadêmicos. A iniciativa e o esforço são meus, mas meu muito obrigado vai aos professores e professoras que não me deixaram ir só e estiveram ao meu lado em meio a todos os percalços.

No meu percurso acadêmico aqui no Brasil, desde a graduação encontrei pessoas maravilhosas e prontas para me apoiar nas minhas necessidades acadêmicas e recebi muito carinho delas. Essas pessoas realmente contribuíram na edificação dos caminhos para que neles eu pudesse caminhar tranquilamente e seguro em busca dos meus objetivos pessoais. Pessoas que em todo momento estiveram prontas para discutirmos assuntos acadêmicos, e também aqueles que não participam diretamente, mas incentivam para estudar, como o caso do meu pai. Queria que estivesse vivo para acompanhar as minhas trajetórias acadêmicas, isso me faz lembrar daquela nossa conversa na altura que concluí o décimo segundo ano no meu país e não tinha possibilidade de ingressar numa formação profissional em uma Universidade, ele me disse “você vai além”. Nem percebia aquilo, meu muito obrigado por tudo pai, e a mamãe que continuou a exercer esse papel na minha vida, gratidão a todos vocês.

Também agradeço a todos aqueles que contribuíram na motivação para eu continuar a estudar, como a família, amigos e os colegas com os quais eu estudava juntos, limito sempre a dizer obrigado pelas palavras de todos/as nesta etapa concluída.

Ciente de tudo isso, agradeço a todos, começando pela professora Dra. Gislene Lima Carvalho, que me incentivou bastante durante a graduação na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e deu apoio para eu cursar uma pós-graduação após concluir a licenciatura. Além dela, outras pessoas que de forma direta ou indireta participaram neste incentivo para que meus estudos sejam mais avançados, caso dos meus próprios familiares que nunca pararam de me motivar para eu continuar a estudar - meu muito obrigado! Também lembro dos meus colegas, nós saímos juntos da UNILAB a procura de mestrado em diferentes Universidades brasileiras, compartilhamos as ideias sempre de como conseguir vagas nessas Universidades, meu muito obrigado colegas.

Ao ingressar na Universidade Federal do Paraná (UFPR), fui recebido carinhosamente pela Universidade e principalmente pelo programa de pós-graduação em Letras, de maneira que estava sempre pronto para atender às minhas necessidades como estudante dessa instituição. Quero agradecer no fundo do meu coração o meu querido orientador Dr. Francisco Calvo Del

Olmo pela disposição ao meu lado nos assuntos acadêmicos e até nas outras minhas necessidades pessoais, quero te agradecer por tudo. Da mesma maneira, lembro da querida coorientadora Doutoranda Simone de Fátima Colman Marins, que participou grandemente neste trabalho, te agradeço muito Simone por muitas coisas - meu obrigado.

Realmente, valeu a pena.

GRATIDÃO

RESUMO

A república da Guiné-Bissau é um pequeno país localizado na costa ocidental africana, e se encontra na lista dos países colonizados por Portugal, que apresenta um quadro de diversidades linguísticas e culturais oriundas de diferentes grupos étnicos locais. Dentro desse cenário linguístico do país, onde as paisagens linguísticas são múltiplas, a língua portuguesa (LP) possui *status* oficial, sendo considerada a mais adequada para a educação do país. Embora o português ocupe essa posição, seu uso acaba restrito à esfera educacional, o que gera dificuldade de compreensão e articulação nessa língua por parte de muitos alunos guineenses, tendo em vista que seu repertório comunicativo é baseado na língua guineense (LG). Por isso, nós objetivamos investigar as políticas linguísticas voltadas para o uso da língua guineense e a sua possibilidade de inserção no currículo escolar da Guiné-Bissau, considerando o contexto multilíngue do país. A partir de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de questionários, sete professores guineenses relataram suas experiências com o ensino da língua e os obstáculos encontrados pelos alunos na compreensão de conteúdos. Dos sete professores, seis atuaram no ensino de LP como língua estrangeira e um no ensino do inglês. Com esses dados, uma análise foi feita sobre os aspectos fundamentais da língua e de seu ensino, que engloba políticas linguísticas afirmativas, e os resultados apontaram que, em Guiné-Bissau, devido ao fracasso do sistema de ensino guineense e a forma que é ensinada a língua portuguesa, muitos alunos têm dificuldade de compreensão dos conteúdos lecionados pelos seus professores. Por tal razão, há necessidade de uma política de inclusão da língua guineense no setor educacional para facilitar a compreensão dos aprendizes. Uma política em que a língua guineense seja permitida para os professores e os alunos nos momentos oportunos para compreensão das explicações das matérias.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas; Língua guineense; Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The Republic of Guinea-Bissau, a small country located on the West African coast, which is on the list of countries colonized by Portugal, presents a linguistic framework of linguistic and cultural diversities originating from different local ethnic groups, where the linguistic landscapes are multiple. Within this linguistic scenario of the country, the Portuguese language has an official status, the one considered to be the most prepared that assumes the role of education in that country. Inside this linguistic scenario of the country, the Portuguese language has an official status, which is considered the most prepared to assume the role of education in that country. With this position, the teaching of Portuguese and little use of it in this society in the educational field, generates certain difficulties in understanding and articulation in this language by many Guinean students. Emphasizing that the Guinean language gains a more communicative repertoire of students in all aspects of communication. Therefore, in this idea, we aim to investigate the linguistic policies aimed at the use of Guinean and its possibility of inclusion in the school curriculum in Guinea-Bissau, considering the Guinean multilingual context. However, to answer the research questions and achieve the objectives of this work, the following methodological procedure was adopted in this qualitative research of ethnographic nature. The data obtained in the investigation were from seven participants in this research, with the aim of achieving the desired goals. Because, in this methodology, in which data were collected from interviews with seven teachers who report their experiences with the language of instruction and the obstacles that students often face in understanding the given content, with the six teachers who worked in the discipline of the Portuguese language and one of them in teaching English. And then, we collected information about the need for a language policy in favor of the Guinean language from these participants. As theoretical support for our discussion, we consider among authors such as Almeida Filho (2017) who deals with the fundamental aspect of the language of education and linguistic policies, Lagares (2018) highlights the position of a technocratic linguistic policy and planning by the State. And others, Calvet (2002) Spolsky (2016), Ie (2018) Hagemer, Alexandre (2012) Sambu (2017) Cá (2019) C6 (2021) Bagno (2017) and Couto and Embal6 (2010) positioned in favor of affirmative language policies with its users. Therefore, from all the analyses made of the data collected in this research, we reach the conclusion that the results showed that really in Guinea-Bissau, due to the failure of the Guinean education system in general context and the way in which the Portuguese language is taught, contribute to make it difficult for many students to understand the content given to their teachers. For this reason, there is a need for a policy to include the Guinean language in the education sector to facilitate the understanding of learners. A policy in which the Guinean language is allowed for teachers and students at appropriate times to understand the explanations of the subjects.

Keywords: Language Policies; Guinean language; Guinea Bissau.

RUZUMU

Republika di Guiné-Bissau, i um tera pikininu ku sta lokalizadu na costa ocidental di África, ku fasi parti di kil grupu di teras ku kolonizadus pa Portugal, ku tene nel um quadru de mangas di koldadis di linguas ku bin di kil differenti rasas di kil tera, nunde ku es mangas di koldadis di linguas é tchiu dimas. Dentre des mangas di linguas di tera, i bin kudjidu lingua portuguis pa i sedu kil di dukumentu ku setadu suma purmeru lingua riba di tudu utrus ku ka sedu oficial, i ntindidu kuma i sedu mas purparadu pa toma papel di lingua di skola na Guiné-Bissau. Mas ku es posison ki dadu, insinu di portuguis i um bokadu del ku ta papiadu na nô sosedadi i suma na skolas i tisi sertus difikuldadis di ntindil, i suma papial pa parti di magas di alunus guinensis. I notadu kuma lingua guinensi sta na ganha mas força na si usu na tudo sintidu di si kumunikasom. Pabia di kila, nes sintidu, nô odjetivu i pa investiga pulitika linguística voltadu na papial i suma si posibilidadi di setadu na kurrilu di skolas di Guiné-Bissau, lebadu em konta mangas di linguas des tera. Pa kila, pa ruspundi purguntas di piskisa i konsigui objetivus des tarbadju i adotadu um kaminhu di ianda, ku sedu piskisa qualitativa ku pubis. Rusultadus odjadu nes tarbadju atraves di seti pursoris ntrivistadus i ku intenson di konseguir objetivu sunhadu. Pabia nes kaminhu ku nô ianda, nunde ku nô pega dadus ou informason a partir des seti pursoris ku kontanu se expiriensia ku lingua di insinu i obstakulus ku mangas di bias alunos ta odja na kumprindi materias ke ta dadu. E tarbadju sedu specifikamneti ku seis pursoris ku ta da disiplina di portuguis i um delis ku ta da inglis. I dipus, nô rukudjinti informason ku es participantis di piskisa sobri nesesidadi di um pulitika linguística ku na favuresi lingua guinensi. Então skritoris ku nô lei pa es diskuson nô konsidera elis suma Almeida filho (2017) ku trata di aspectus fundamental di lingua di insinu i ku pulitikas linguísticas, Lagares (2018) fala mas di pulitika linguística tecnocrática i ku planejamentu pa parti di Stadu. I mas utrus delis suma, Calvet (2002) Spolsky (2016), Ie (2018) Hagemeyer, Alexandre (2012), Sambu (2017), Cá (2019), Có (2021), Bagno (2017) e Couto e Embaló (2010), tudu elis papia a favor pa i tem um pulitika di linguas ku ta papiadu. Des manera, na análisis ku fasidu atraves di informason ku rukudjintidu nes piskisa, nô tchiga konkluson ku ruzultadus ku dadu di kuma realmenti na Guiné-Bissau, pabia di frakasu di sistema di insinu guineense na si totalidadi i ku manera ki ta nsinadu lingua portuguis kontribui na difikulta komprenson di mangas di alunus na materias ke ta dadu pa se pursoris. Pabia des, i pa i ten nesesidade di um pulitika ku na pui lingua guinensi nasetor di educason pa pudi bata fasilita kumprenson di kilis ku na sinadu, um pulitika nunde ku lingua guinensi na setadu si usu pa pursoris i suma alunus na mumentus oportunos na kumprenson di splikason di materias.

Palabras-tchabi: Pulitika Linguística; Língua guineense; Guiné-Bissau.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1 - MAPA DA FAMÍLIA LINGUÍSTICA AFRICANA.....	30
FIGURA 2 - MAPA REGIONAL DA GUINÉ-BISSAU.....	55
FIGURA 3 - TABELA DE GRUPOS E SUBGRUPOS ÉTNICOS DA GUINÉ-BISSAU...	57
FIGURA 4 - QUADRO DE FALANTES DAS LÍNGUAS DA GUINÉ-BISSAU.....	59
FIGURA 5 - GRÁFICO ORGANIZADO A PARTIR DO QUADRO DE FALANTES DAS LÍNGUAS DA GUINÉ-BISSAU.....	59
TABELA 1 - MANIFESTAÇÃO DE UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA A LÍNGUA GUINEENSE PARA O SETOR EDUCACIONAL.....	113

LISTA DE ABREVIACÕES

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
INDE - Instituto Nacional para Desenvolvimento da Educação
L1 - Língua Primeira
L2 - Língua Segunda
LG - Língua Guineense
LP - Língua Portuguesa
CAG - Crioulos da Alta Guiné
CGG - Crioulos do Golfo da Guiné
ANG - O angolár
PR - O principense
FA - d'ambô
STP - São Tomé e Príncipe
CCV - Crioulo Cabo-verdiano
CGB - Crioulo da Guiné-Bissau (o guineense)
PCGG - Português Crioulo no Golfo da Guiné
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI - União Nacional Africana para a Independência de Moçambique
PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
ALUPEC - Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano
ANP - Assembleia Nacional Popular

ONG - Organização Não Governamental

CEPI - Centros de Educação Popular Integrada.

PAEBB - Projeto de Apoio ao Ensino Bilíngue no Arquipélago das Ilhas Bijagós

CEEF - Centro Experimentais de Educação e Formação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	13
1.2 OBJETO	18
1.2.1 Questão central	18
1.2.2 Questões secundárias	18
1.3 PREMISSAS	19
1.3.1 Premissa básica	19
1.3.2 Premissas secundárias	19
2. A DEFINIÇÃO DO NOME DA LÍNGUA	20
3. DO PLURILINGUISMO NO GOLFO DA GUINÉ “À FAMÍLIA DAS LÍNGUAS AFRICANAS	27
3.1 AS LÍNGUAS NO GOLFO DA GUINÉ	31
3.2 AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (PALOP)	34
3.2.1 Angola	39
3.2.2 Moçambique	42
3.2.3 São Tomé e Príncipe	46
3.2.4 Cabo Verde	50
4. HISTÓRIA, GEOGRAFIA E A SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU	54
4.1 O GUINEENSE: LÍNGUA COMUM DA GUINÉ-BISSAU	61
4.1.1 Contatos linguísticos entre africanos e europeus no processo da colonização da Guiné-Bissau	61
4.2 AS CARACTERÍSTICAS MAIS MARCANTES E O PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO DA POPULAÇÃO URBANA JOVEM	72
4.3 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA GUINÉ-BISSAU: A PRESENÇA E AUSÊNCIA DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS APLICADAS AO ÂMBITO EDUCATIVO NO PAÍS	75
4.3.1 Política Linguística na Guiné-Bissau	83
4.3.2 Introdução das políticas linguísticas aplicadas na esfera educacional guineense: o bilinguismo	87
4.3.3 Ausência das políticas linguísticas aplicadas na educação guineense	92
5. METODOLOGIA	98
5.1 O CONTEXTO DA PESQUISA	98
5.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA COLETA DOS DADOS DA PESQUISA	100
5.2.1 Os questionários com os professores	101
6. ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS	102
6.1. DISCUSSÃO DE RESULTADOS DE QUESTIONÁRIOS	102

6.2. OS RELATOS DE QUESTIONÁRIOS COM OS PROFESSORES A FAVOR DA LÍNGUA GUINEENSE NO ENSINO E SUA POLÍTICA NA SOCIEDADE	104
6.2.1 SOBRE RELATO DE QUESTIONÁRIOS	105
6.2.2 MANIFESTAÇÃO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM GUINEENSE	112
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	119
ANEXO 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO	126
ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO	131

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação, voltada ao estudo da língua guineense (LG) e seu papel na sociedade da Guiné-Bissau, se trata de uma inquietação gerada pela ausência de uma política linguística voltada a favor da LG, pois é a língua da unidade nacional do povo. A Guiné-Bissau faz parte dos países africanos colonizados pelos portugueses que têm como oficial a língua portuguesa (LP) no meio de mais de vinte línguas étnicas locais (SEMEDO, 2011). Embora a paisagem linguística guineense seja diversa, a LP é prestigiada socialmente.

A decisão da LP como língua oficial veio do partido que conduziu a luta pela libertação nacional visto que os portugueses não abandonaram totalmente o país. Mesmo assim, as línguas étnicas, como o guineense, não se distanciam da vida e da realidade dos guineenses, na qual a LG passou a servir como fator de intermediação entre diferentes grupos étnicos e na melhoria da compreensão para aqueles que não falam português. Assim, analisa-se a importância de uma política em favor da LG, tanto para a sociedade quanto para a educação, uma vez que a LG se apresenta como a solução entre professores e alunos no cenário educacional.

O trabalho está organizado em seis capítulos. Na introdução, são apresentadas a justificativa e os objetivos do trabalho. No capítulo dois, apresentamos a definição do nome da língua, a explicação pelo nome adotado e sua rejeição. O capítulo três segue com famílias de línguas africanas, começando com as do Golfo da Guiné, a política linguística nos países africanos lusófonos com a exceção da Guiné-Bissau. No capítulo quatro, trazemos a situação sociolinguística da Guiné-Bissau, desde o contato linguístico entre os europeus e os africanos no processo da colonização até a virada da LG como símbolo da unidade do povo, principalmente para população urbana jovem, bem como seu processo de formação. Também nesse capítulo, apresentamos a introdução de uma política linguística e sua ausência na esfera educacional. O quinto capítulo é destinado a apresentar a metodologia da pesquisa, explicando quais elementos foram usados para coletar os dados deste trabalho. No sexto capítulo, são feitas a análise dos questionários e, em seguida, as considerações finais.

1.1 JUSTIFICATIVA

O objetivo principal foi compreender como se desenvolveria uma política linguística guineense a partir do caso implícito¹ na Guiné Bissau, após a proclamação da sua independência

¹ Caso implícito tratado aqui, é um termo mais voltado à reação dos participantes dessa pesquisa a respeito da LG, como não encontramos os documentos ou não existem no Ministério da Educação guineense para analisar ou verificar se existe a posição do Estado sobre a LG. Por isso, usamos esse termo de implícito a partir da perspectiva

até os dias atuais. Assim, pretendemos mencionar as línguas existentes dentro do país, um país composto por várias etnias. Nesse caso, o pesquisador vem de um grupo étnico chamado *pepel* em que a sua língua é a mais manifestada no meio da sua comunidade. Da mesma forma acontece com as outras etnias do país.

As línguas étnicas, apesar de não ocuparem todo espaço nacional do país, são aprendidas como línguas maternas pelas comunidades em zonas específicas, incluindo a LG, o vulgo nacional (DJAU, 2015), que é falado em todo o país. O guineense facilitou a comunicação entre os diferentes grupos étnicos do país (CÁ, 2015, p. 70-73) e se tornou língua franca entre os guineenses (Bagno, 2017).

As consequências da negação do uso do guineense nas escolas, ainda mais no processo de alfabetização, precisam de uma análise mais aprofundada. Se isso é a continuação histórica da sua rejeição, Lopes (1988, *apud* AUGEL, 2007, p. 83) lembra que “o crioulo guineense [o guineense] durante a longa noite colonial foi sistematicamente desprezado, considerado um dialeto redutível ao português, falado por africanos, proibido no ensino”.

Apesar da sua proibição e da discriminação sofrida pelos alunos escolarizados falantes da LG, na maioria dos casos, os alunos aprendem a falar primeiro o guineense para depois aprenderem o português, além das línguas étnicas que predominam nas outras regiões. Alguns exemplos são os casos da língua *balanta* no Sul do país, *fula* no Leste, *pepel* no Norte e *bijagós* nas ilhas. A maioria da população nessas zonas têm línguas locais como L1, e o guineense como L2.

De acordo com Augel (2007, p. 76), “apesar da pequena extensão do território, ali vivem dezenas de grupos e subgrupos étnicos muito heterogêneos, com suas culturas próprias”, suas línguas e tradições locais se diferenciam uma das outras. Em Bissau, capital do país e administrativamente setor autônomo, geralmente as pessoas não falam com frequência as suas línguas étnicas, a não ser no encontro e no meio dos familiares, tendo em vista o uso generalizado do guineense. No entanto, na maior parte das famílias guineenses que vivem no meio rural, a primeira língua (L1) de socialização da criança costumava ser a sua língua étnica nos tempos passados e mais avançado ultimamente em uso do guineense como a primeira língua de contato em alguns interiores de regiões.

dos professores envolvidos e, as suas posições servem da nossa análise e é como se fosse documentos ausente do ministério da educação do país. Nessa ideia, definimos caso implícito deste trabalho.

O cenário sociolinguístico guineense antecede por muito a luta pela independência. Baseado na afirmação de Benzinho e Rosa (2015, p.17), existem entre 27 e 40 grupos étnicos no país e Scantamburlo (2013) afirma a existência de 27 línguas no território. A comunicação acontece em várias línguas e conta de forma simultânea com a presença da LG, a qual apresenta atualmente o maior número de falantes tanto nas cidades como fora delas. De toda a felicidade das coisas partilhadas por povo guineense, como o próprio país ou algo precioso, nunca se compara àquela afetividade e pertencimento quando se encontram todos esses grupos étnicos a se comunicarem em LG, o mesmo sentimento de irmandade acontece também quando estiverem fora do seu país. É uma felicidade que lhes ajuda a fortalecer o laço de irmandade de um só povo irmão ligado por diferentes razões, e também através dessa língua da unidade.

Nas escolas de todo o país, há o impedimento e a proibição dos alunos usarem o guineense nas salas e nos recintos escolares sem que muitos desses alunos saibam o porquê. Claramente nas perspectivas dos educadores, a intenção dessa proibição é a forma de ajudar os aprendizes a se concentrarem no uso da LP. Assim, levantamos a seguinte hipótese: desde que começou a ser entendido por certas pessoas, o termo “crioulo guineense” ou “crioulo”, em si mesmo, traz uma interpretação negativa devido a causa de seu surgimento em primeiro contato dos colonizadores portugueses com a população nativa na tentativa de comunicar com o colonizador. Não é considerado ideal continuar a expandir esse termo no sistema de ensino guineense, até seria uma boa intenção caso explicasse o motivo por tal proibição nesse contexto.

A ausência da afirmação de uma política linguística por parte do Estado da Guiné-Bissau contrária à realidade linguística guineense, que requer uma boa política para as suas línguas locais. Imagine um Estado que não discute a questão das suas línguas nacionais e só promove muitas outras línguas estrangeiras no mercado de trabalho. Mesmo as empresas estrangeiras que normalmente deveriam priorizar as línguas guineenses, porque estão no território de outro povo, com cultura diferente deles, deveriam adotar certos aspectos sociais linguísticos do país para poder chamar atenção e desenvolver suas atividades. Isso faz com os guineenses tenham que ir atrás da língua condicionada pela empresa ou pelo setor do emprego como forma de garantir a oportunidade no âmbito empresarial. Por isso, algumas línguas já estão nas suas fases de extinção e as línguas estrangeiras parecem mais privilegiadas em relação às línguas locais do país. Se existe uma política linguística voltada para as línguas da Guiné-Bissau, podem até existir informações a respeito dessa política, mas não são divulgadas ou compartilhadas.

Nessa ideia, nós apontamos a definição de política linguística a partir de Lagares (2018) e Bagno (2017). Os dois autores abordam uma visão muito ampla na questão das línguas,

principalmente no que refere às políticas linguísticas. No entanto, Lagares (2018) entende a política linguística como forma de dar resolução aos problemas linguísticos em nova sociedade multilíngue, e interessar em função que cada uma dessas línguas cumpriria nesse país. No contexto da Guiné-Bissau, a LG não é uma oposição para qualquer língua desses grupos étnicos nem para o português. Amílcar Cabral, conhecido, segundo Ferreira (1988), como o promotor da independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, defendia a ideia de uma língua que pudesse unificar o povo e não escolher uma língua de uma determinada comunidade dos falantes para assumir um status social do país:

o colonialismo não tem só coisas que não prestam. Temos que ter um sentido real da nossa cultura, pois o Português, como língua, é uma das melhores coisas que os Tugas (Portugueses) nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo (FERREIRA, 1988, p.18-19).

Cabral discursava assim, utilizando-se da LP, para ilustrar ou provocar o estudo do guineense, apesar de teve a intenção de criar um Estado socialista na Guiné-Bissau, começava com o aspecto linguístico guineense que precisa ser estudada e estruturada futuramente, no entanto, como as línguas faladas careciam de uma norma necessária nem os falantes fora do país. Ele focava mais no desenvolvimento do país naquela sua fase embrionária após a luta armada em que se encontrava, precisava de formação dos seus futuros quadros que irão formar em outros países principalmente de CPLP e PALOP. Assim, aceitou a política de adotar a LP para facilitar a comunicação no plano internacional.

Ainda por outra razão, entre as línguas nacionais encontradas não se considerou legítimo eleger uma língua de um grupo étnico do país como oficial, poderia causar futuros conflitos étnicos e a LG não teria condição e prestígio do português na altura, e por conta disso adotou o português. Como aponta Couto (2010, p.51), “dada a sua função social, naturalmente sua própria estrutura se torna mais ou menos complexa. Por isso tudo, a única língua que sobra para ser expressão do Estado guineense é a do colonizador e o plano era pensado quando o país se estabelece completamente, e essa política é concedida para a LG ao lado do português.

A ideia evitaria futuros problemas linguísticos sem enaltecer um ou outro grupo. Dessa maneira, estamos a pesquisar quais são as políticas linguísticas voltadas para o avanço da LG, tanto no ensino como no contexto da diversidade linguística guineense por parte da sociedade em geral. A LG é a língua privilegiada e veicular entre o povo guineense, que hoje serve como um elemento identitário do povo da Guiné-Bissau, como componente de ligação entre os grupos

étnicos distintos cujas línguas e culturas são diferentes umas das outras e é algo que faz esses grupos sentirem e viverem no clima de irmandade, unificando suas diversidades culturais.

Considerando a nossa segunda hipótese, será que essa política só será implementada quando iniciar um movimento de reivindicação por amplos setores da sociedade guineense? Uma vez que, ao nosso ver, o Ministério da Educação Nacional parece que participa indiretamente na proibição do uso do guineense nas escolas, porque sabe do fluxo dessas línguas nas instituições de ensino e não se posiciona, a não ser os funcionários das escolas. Isso pode até criar uma interpretação dos professores ou diretores que a ordem de exigir dos alunos somente o português procede do Ministério da Educação, como sendo órgão superior que regula o sistema do ensino no país. Também deve se levar em conta o crescimento do número de falantes da LP na Guiné-Bissau, principalmente pela população mais jovem. Em relação aos tempos passados, Couto (2010) afirma um aumento em cerca de 13% no número de falantes. Entretanto, o Recenseamento Geral da população e habitação de 2009 nos traz outras informações, na qual 27% do povo guineense tem conhecimento da LP, em lugares urbanizados encontram-se 46% dos que falam português e na área rural 14%.

Porém, mesmo assim, esse número não chega perto do número dos 90% (MAIMUNA SAMBU, 2017) que usam o guineense diariamente em todo território, o que quer dizer em suas oito regiões, as línguas autóctones ganham mais forças principalmente entre os idosos e, em seguida, a LG ocupa a posição da língua de contato entre as maiorias das crianças e jovens principalmente na cidade, influenciados pelos seus pais.

Em relação à evolução e o uso do guineense, exigiria que houvesse a permissão do ensino-aprendizagem acontecer em contexto plurilíngue (DIALLO, 2007). Pensando na realidade dos alunos e da própria sociedade guineense, vimos que a questão das línguas guineense precisa de uma política linguística para poder estruturar melhor os funcionamentos e papéis de cada língua nesse país. Entretanto, quanto mais uma política desse caráter permitirá que haja melhoria no setor do ensino para nossos alunos na esfera educacional.

A ideia de incentivar na afirmação de uma política linguística no setor da educação guineense no que refere ao ensino/aprendizagem privilegiada com a língua portuguesa, pode servir também da LG, através da sua aceitação na educação. E isso reduziria em melhorar as dificuldades que se encontram no setor do ensino e aprendizagem nos conteúdos apresentados nos seus manuais (uma vez que a língua portuguesa continua ser de limitação para o aluno expressar na sua realidade (SAMBU, 2017). Deste modo, nós estamos preocupados em trazer essa política que irá permitir a compreensão e a valorização da LG, tanto no contexto

educacional e fora dele, contribuir para atribuí-la a um status social como de qualquer que seja a língua privilegiada.

1.2 OBJETO

1.2.1 Questão central

Na Guiné-Bissau, o uso da LG por parte da sua população é mais predominante em relação às outras línguas. Pensando na evolução do seu número de falantes que aumenta cada vez mais, levamos em consideração a nossa pergunta de inquietação junto aos guineenses para descobrir o fator que causa toda essa mudança. Portanto, quais são as políticas linguísticas implícitas ou explícitas que motivam a inserção do uso do guineense nas escolas e a sua promoção na sociedade?

1.2.2 Questões secundárias

Embora a Guiné-Bissau tenha o português como a língua oficial, espera-se constatar na pesquisa que essa é uma escolha de caráter meramente político, uma vez que ela não se configura como L1, pois encontram-se diversas línguas étnicas nacionais faladas por sua população local entendidas como línguas nativas. Mesmo assim, as autoridades do país decidiram adotar a LP sem levar em consideração os fatores étnicos e culturais que particularizam o país.

Dessa forma, as nossas questões secundárias são:

- a) Como se configura o contexto multilíngue da Guiné-Bissau através de um panorama sobre as línguas nacionais mais faladas e utilizadas em território guineense;
- b) Qual é a importância do uso da língua identitária, o guineense em contextos sociais, principalmente educativos e os possíveis efeitos desse uso;
- c) Quais aspectos negativos que revelam a ausência de políticas linguísticas em relação à LG no contexto educacional da Guiné-Bissau a partir dos relatos dos professores participantes.

1.3 PREMISSAS

1.3.1 Premissa básica

Considerando o contexto multilíngue na Guiné-Bissau, espera-se constatar na aplicação das perguntas aos professores guineenses, as posições a respeito da LG em relação à LP como oficial, resultado do fim da luta colonial portuguesa, sem levar em consideração a própria realidade guineense e planos pensados para as outras línguas locais que circulam no território nacional.

1.3.2 Premissas secundárias

A história sociolinguística do país permite afirmar que não há planejamento linguístico sobre as línguas faladas pelos nativos, e pelo menos já teve iniciativas particulares de estudar algumas delas de grupos étnicos. Nesse caso, tratamos especificamente das línguas *balanta*, *pepel*, *mandjaco*, etc. na perspectiva religiosa (SCANTAMBURLO, 2013). A mesma ausência de política acontece também com a LG, muito embora já tenha sido discutido no Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE) uma tentativa de implementar uma educação bilíngue no país, mas também nunca se realizou e nem teve continuidade para tal tentativa.

Por conseguinte, a pesquisa busca contribuir para enaltecer uma política linguística em prol da LG e das demais outras, proveniente de diferentes grupos que compõem a lista das línguas guineenses, na qual algumas delas serão apresentadas mais à frente. De forma geral, a pesquisa ajudaria em chamar atenção ao Estado e a sociedade guineense refletir no papel e o benefício que a LG pode trazer no desenvolvimento do sistema educacional, caso for adotado no setor. Por isso, optamos por incluir os professores para relatarem as dificuldades encontradas pelos alunos com a LP.

2. A DEFINIÇÃO DO NOME DA LÍNGUA

Antes de desenvolver o assunto, faz-se necessário especificar o nome da língua com a qual vamos trabalhar ao longo dessa pesquisa: crioulo guineense ou guineense? Primeiramente, devemos levar em consideração que não encontramos documentos que estabeleçam tal nome (como seria, por exemplo, uma declaração procedente do Estado ou do governo da Guiné-Bissau). O termo guineense é atualmente usado com mais frequência nos meios acadêmicos (NTCHALA CÁ, 2019, JOÃO F. CÁ, 2021), mas existe desde a declaração de Barros (1897) na *Revista Lusitana de Lisboa no início de século XX* (SCANTAMBURLO, 2013). Esses dois termos se espalharam e são usados nas escritas acadêmicas; desse modo, aqueles que estudam Letras em LP se deparam com esses dois termos ao escreverem.

De acordo com Scantamburlo (2013), o termo crioulo era utilizado para designar as pessoas humanas, plantas e os animais, etc. A palavra era usada para atingir aquelas pessoas escravizadas nascidas nas propriedades dos seus “donos”, aos filhos dos africanos nascidos na América/Índia, com a intenção de distingui-los daqueles que foram tirados diretamente da África, sendo utilizado pela primeira vez em 1590 do espanhol “*criollo*”. Em 1680, o termo “*créole*” apareceu no dicionário francês de Richilet. O dicionário online *Etymology Dictionary*² confirma essa ideia e acrescenta algumas coisas; o define como “pessoa nascida em um país, mas de um povo que não é originário dele”, do francês *créole*. Do espanhol *criollo* “pessoa nascida de uma localidade”, do português crioulo, diminutivo da *cria* “pessoa” (especialmente um criado) criado em casa [...]. Certamente, a palavra surgiu no contexto entre o colonizador no ambiente escravagista do império português, que passou às outras línguas europeias com outro sentido, conforme salientaram Dewulf (2014) e Bagno (2017).

O vocábulo “crioulo”, inicialmente utilizado para designar as plantas e os animais, é utilizado em estudos linguísticos contemporâneos para denominar línguas que surgiram do contato entre a língua do colonizador e a língua do colonizado (SCANTAMBURLO, 1999). Enquanto afirmação de Cunha (2010), o “crioulo” vem do sentido de criar. Dentre as entradas que o lexicógrafo traz no tocante ao “criar” encontram-se: dar existência a, gerar, formar. [...] “Crioulo” adj. sm. ‘cria, escravo’ ‘ext. negro nascido na América’ XVII (CÁ, 2021). As ideias a respeito do termo “crioulo”, sobretudo, aquelas encontradas no trabalho de Nascentes (1966) e do Jota (1976) deixam claro os juízos de valor em relação a essas línguas. Por esse motivo, o presente estudo rejeita o uso do termo “crioulo” ao julgá-lo pejorativo, discriminatório e

²O dicionário: <https://www.etymonline.com/search?q=creole>

excludente, uma vez que quanto mais se usa tal denominação, mais se contribui e se reforça o “caráter inferior” de línguas das populações colonizadas, priorizando a visão eurocêntrica de língua e civilização.

As ideias apontadas nos trabalhos de Nascentes (1966) e Jota (1976), de certa forma, imperam na sociedade guineense, em que se escuta com frequência pronunciamentos que o guineense seria uma versão deturpada ou mal falada da LP. Entretanto, Couto (1989, p.107) afirma que tal expressão é inaceitável porque “é uma das manifestações da ideologia colonialista que, como sabemos, sempre considerou os colonizados como seres de segunda categoria. Tudo que lhes era, e é, específico é despreciando, como sua cultura, sua língua, etc.”.

O estudo das línguas “crioulas” tem sido intensificado nos últimos tempos devido ao aparecimento de um ramo da Linguística-Crioulística, que centraliza em analisar e descrever as línguas denominadas de “pidgins” e “crioulas”³ (LUCCHESI, 2016). Apesar disso, a expressão crioulo/a aparecerá nesse trabalho de uma forma específica.

Tendo em vista que a língua é uma das principais formas de manifestação cultural de um povo, dar a uma língua o nome “crioulo” é acima de tudo, uma forma de menosprezar e desvalorizar sua cultura desse povo, de maneira que nós percebemos que a língua e a cultura são indissociáveis (SCANTAMBURLO, 1999). Em sintonia com tudo que está sendo discutido até aqui e recusando o termo “crioulo” quando se trata das línguas faladas em diversas partes do mundo, em especial, na Guiné-Bissau. Dewulf (2014, p. 305) aponta que “a história de uma língua é sempre o espelho da história política de uma região”. O autor se preocupa em saber o porquê certas línguas são chamadas de “crioulas” e outras não, ainda que todas elas tenham experimentado o mesmo processo de contato entre línguas em seus momentos iniciais. Segundo ele, esse foi o tema de um congresso na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, em 1999, no qual se chegou à conclusão de que essa denominação se baseia no ponto de vista europeu e em suas perspectivas preconceituosas e racistas. Para o estudioso, a distinção que se faz entre as línguas ditas “crioulas” e não “crioulas” baseia-se, primeiramente, em condições sócio-históricas, desconsiderando os critérios linguísticos que, por sua vez, aparecem por último.

Ainda, o autor salienta o fato de que os critérios que se usam ou baseiam para denominar as línguas de “crioulos” se centralizam de sua forma original, porém para não recusar essa ideia

³Pidgin e crioulos/as, são duas línguas em situação de contatos linguístico na qual surge o novo código misto que exhibe vocabulário de uma língua e gramática de outra, a língua que fornece o vocabulário é chamada de lexificadora. o pidgin e crioulos/as são classificados como variedades de suas línguas lexificadoras. (BAGNO, 2017, p. 238). Portanto, pode se considerar o pidgin como a primeira fase inicial de uma língua de contato, e assim como as línguas crioulas.

e levá-la em consideração, seria mais transparente chamar as línguas portuguesa, espanhola, francesa e inglesa de “crioulas”, afinal todas elas são frutos de um contato linguístico, uma transmissão linguística irregular. Dewulf (2014) foi mais longe e afirmou que as línguas clássicas germânica, latina e grega seriam chamadas “crioulas”, pois também surgiram dessa forma. Rougé (1986 *apud* COSTA, 2014, p. 49) complementa que “a origem do crioulo centraliza no português mal falado, da mesma maneira que na origem do português, do espanhol, do francês e das outras línguas românicas em que está o latim mal falado”.

Chamar uma língua de “crioulo” é como se fosse dizer que há línguas puras consideradas de superiores e impuras inferiores. Não existe uma língua com mais importância do que outra e nem aquela mais privilegiada no meio das outras, portanto, toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive, porém, não existe uma política de promover uma e deixar outra de lado (MUSSALIM; BENTES, 2012).

Lucchesi e Baxter (2009, p. 119) afirmam que

Uma língua crioula já formada desempenha virtualmente as mesmas funções comunicativas e sociais que qualquer outra língua natural e é transmitida normalmente de geração para geração, sendo adquirida pelas crianças com base na faculdade humana da linguagem como qualquer outra língua. Portanto, as suas características estruturais e funcionais fazem parte do leque de soluções geneticamente codificadas para todas as línguas humanas.

O exposto nessa seção é a prova irrefutável de que o rótulo “crioulo” para designar a língua de um povo não se pauta em fatos linguísticos, mas sim, muito provavelmente, em fatos históricos e políticos, ligados ao longo processo de dominação e submissão que se verifica, principalmente, a partir da expansão europeia do século XV (CÁ, 2021).

Então, os dois termos são usados para referir a língua falada na Guiné-Bissau, ou seja, são nomes de uma única língua (o guineense) que todos usam para interagir com os outros, além das línguas étnicas (autóctones) encontradas no país durante suas comunicações. A denominação do termo “guineense” é uma questão ideológica que surgiu com o primeiro linguista guineense, nos seus estudos publicados na *Revista Lusitana* entre 1897-1907. O autor já havia sinalizado para a adoção do termo “guineense” como forma de designar a língua falada pelos guineenses. De acordo com Scantamburlo (2013, p. 68), Barros publicou artigos sobre o guineense na *Revista Lusitana* no período de uma década, conforme segue: O Guineense. Capítulo I. Tradições e ethnologia (1897-1899a, V: 174-181); O Guineense. Capítulo II. Apontados Grammaticaes (1897-1899b, V: 271-300); O Guineense. Capítulo II (continuação). *Themas de syntaxe* (1900-

1901, VI: 300-317); O Guineense. Capítulo III. Vocabulário português-guineense (1902, VII: 81-96; 166-188; 268-282); O Guineense. Capítulo IV. Textos em prosa e em versos (1907, X: 306-310).

O linguista guineense introduziu o termo “crioulo ou crioulo guineense” para designar a língua propriamente falada na Guiné-Bissau com a influência de línguas de grupos étnicos desta terra. Conforme estão aparecendo nos argumentos de muitos autores nas suas escritas, tal termo não deve ser usado mais para se referir a uma língua falada no país, mesmo tendo a palavra guineense no final. A intenção aqui é fazermos um convite de recusa do uso desse termo para especificar a língua veicular na Guiné-Bissau devido ao conceito que ele expõe.

Sendo uma questão em discussão, o linguista Barros tem sido um motivador para alterar o termo crioulo para o termo guineense, com a intuição de mostrar que há crioulos que surgiram de diferentes maneiras conforme apontamos nos exemplos de inglês, espanhol, francês, etc. Assim, nos embasamos no estudo linguístico da “Crioulística”, que trata dos contatos entre as línguas, e não nesse termo a partir da grande navegação colonialista portuguesa para as outras terras, pois o termo crioulo que estamos a tratar aqui é distinto do sentido original do outro anteriormente dito (BAGNO, 2017), sendo este da colonização, que surgiu num contexto pejorativo de sustentar a ideologia colonialista na língua portuguesa (*apud* COSTA, 2014) aos que não a dominam (AUGEL, 2007, p.81).

Vimos que essa ideologia portuguesa não foi expandida com sucesso, pois queriam o apagamento total de usos das outras línguas faladas no território de Guiné-Bissau, , principalmente o apagamento da LG, que apresenta um número de falantes bem alto em relação às outras línguas nacionais. A escolha da palavra guineense traz, então, mais proximidade com o Estado da Guiné-Bissau quando parte da conexão com as outras línguas locais e também a própria conexão do termo “guineense” com a nação. Augel (2007) afirma o seguinte:

[...] a escolha do nome guineense para designar a língua crioula da Guiné-Bissau, termo já utilizado por Marcelino Marques de Barros em 1897, ajudará respeitar melhor o estatuto desta língua, verdadeiramente nacional, veicular e interétnica, e a ativa a conotação depreciativa que o termo crioulo tem ainda no país e no mundo. (AUGEL, 2007.p 80).

Para Luigi Scantamburlo, no seu livro “*Dicionário do guineense volume II*” (2019), é importante reforçar o termo guineense para referir a língua crioula falada na Guiné-Bissau, aquela que expressa mais o simbolismo de irmandade entre os guineenses de grupos étnicos

diferentes encontrados lá, uma língua que eles usam para identificar a sua identidade, além das suas línguas étnicas.

Dessa forma, usar o termo “guineense” para a valorização das línguas locais e para expressar uma variedade de língua falada na Guiné-Bissau, bem como seu *status* na sociedade, quer dizer que o guineense foge totalmente do outro termo que é oposto dele: “o crioulo.” Apesar de que, até então, é óbvio que podemos encontrar nos textos ou livros de alguns escritores a expressão do termo “crioulo,” “crioulo guineense,” “kriol” e Bissau guineense, tratado ultimamente no trabalho de Vaz Pinto Có (2021). Nesses trabalhos, se encontram as posições dos autores, que ao usar o termo, referem-se ao guineense. Todos esses termos utilizados são questões políticas linguísticas em que cada escritor denomina o termo preferido para o seu trabalho, que, no entanto, refere-se à mesma língua.. Augel (2007, p. 82) dizia “[...] a crioulição é um fenômeno recente, e está ligada ao processo de expansão do colonialismo europeu no mundo, sendo o resultado da necessidade de comunicação em sociedade plurilíngue”. Nessa ideia, pode ser percebido que o dito termo “crioulo” falado na Guiné-Bissau, é como termo associado ao processo de expansão do colonialismo em busca do outro mundo, que produziu uma ideia negativa que não correspondia à verdade contra aqueles que falavam sua língua perante os colonizadores-portugueses.

Essa é uma afirmação que, até então, muitos estudiosos guineenses não gostam de ouvir, sabendo que a originalidade do termo crioulo faz parte das outras línguas que eram de contatos como caso de: português, francês, inglês, espanhol, como salienta o *Dicionário Crítico de Sociolinguística* (BAGNO, 2017). Daí, questionamos por que não existe difamação nessas outras línguas como acontece no caso de português com o termo crioulo falado na Guiné-Bissau?

Segundo Augel (2007),

Já no decurso do século XVI, através do primeiro contacto de viajantes e navegadores portugueses com as populações locais, isto é, os povos da costa Senegâmbia até Cabo Verde, se foram formando, pouco a pouco, os inícios tanto do crioulo guineense como do crioulo Cabo Verdiano e o crioulo de Ziquinchor, de base lexical portuguesa (AUGEL, 2017, p.82).

Nota-se que os crioulos do período da colonização têm muitas palavras vindas da LP devido ao seu forte surgimento em pleno contato do colonizador, or léxico é derivado cerca de 80% da LP e uma estrutura gramatical da família *bantu*, como aponta Scantamburlo (2013). Dessa forma, os falantes fizeram um aproveitamento do léxico da língua base para formar a sua

estrutura gramatical a partir das suas línguas africanas e da categoria semântica específica, pensando no universo cultural dos seus falantes. Mesmo utilizando-se da estrutura usada da língua do colonizador português, o termo crioulo não é tão respeitado no meio dos colonizadores, segundo Carlos Lopes (1988, *apud* Augel, 2007, p. 83) “o crioulo durante a longa noite colonial, foi sistematicamente desprezado, considerado um dialeto redutível ao português, falado por africanos, proibido no ensino”.

O desprezo dessa língua é uma prática que acontece desde longa data e foi produzido de ideias pejorativas aos guineenses nas suas tentativas de busca da língua do colonizador, o português. Isso se deu apesar de ser uma língua que muitos desejavam aprender ou serem seus falantes, na época, por certos privilégios que encontravam os que tinham essa oportunidade, como um guineense ser considerado assimilado (aquelas pessoas de países diferentes “europeus e africanos” com seus costumes e práticas que passaram a aproveitar de certos privilégios europeus devido a suas aproximações e status sociais possuídas deles). SCANTAMBURLO, 2013, p. 48.

Augel (2007, p.81) aponta a ideia de um conceito dependente da iniciativa do comportamento ocidentalizado e que ganhava muita força nessa época da colonização, assim ela afirma: “O grupo crioulo é, sem dúvida, o mais influente, o mais moderno, ocidentalizado, o mais assimilado aos hábitos introduzidos pelo poder colonial, e é entre eles que se vai encontrar a magra percentagem dos falantes do português” [...]. A política colonialista era de dominação, usando a língua como um dos elementos que facilitaria tal prática, dessa forma todas as outras línguas encontradas após a chegada deles são menos prestigiadas - uma visão com preconceito linguístico (BAGNO, 2017).

Obviamente, os dois termos estão ainda em discussão no meio dos escritores e leitores guineenses, e a decisão de assumir o uso de um deles, certamente, cabe ao próprio falante ou escritor, de como ele se sente representado com o uso desses termos. Por outro lado, está ficando cada vez mais refletivo para os estudantes da área de linguística, que o termo “guineense” tem se referido exatamente a língua falada no meio das outras línguas nacionais ou étnicas da Guiné-Bissau e é distinto do termo crioulo, procedente do processo da colonização.

Eu, como um pesquisador proveniente da Guiné-Bissau, não me sinto estranho atualmente ao usar esses termos todos que aparecem termos por motivo algum, pois sei que ainda há muitas polêmicas a respeito. Mas considero pertinente usar o termo “guineense” para designar a língua falada na Guiné-Bissau ao longo deste trabalho como uma forma de ajudar na promoção do termo e ainda para evitar a reprodução do termo “crioulo”, já que ele tem

apresentado o conceito distinto e longe do pensamento de ser guineense, segundo os autores mencionados.

O termo “guineense” não é uma variedade, como é percebido no termo crioulo, mas sim entendido como a língua compartilhada por nós guineenses. E se fosse para dizer crioulo referindo o da Guiné-Bissau sem outra intenção pejorativa, como as mencionadas, então nós concordamos plenamente com o dicionarista Scantamburlo (2002), quando afirma “o crioulo é a língua corrente no país sem prejuízo para as línguas étnicas”. Portanto, depois dessa explicação dada pelos autores mencionados, confirmamos que estamos aptos ao usar o termo guineense ao longo da presente dissertação e, toda vez que o termo “crioulo ou crioulo guineense e demais outros” aparecerem numa citação de outro autor, será utilizado “o guineense” entre parênteses para ajudar a contextualizar o leitor no assunto.

Essas histórias narradas ou explicadas do termo crioulo foram uma razão que nos permite justificar a intenção pela qual adotamos neste trabalho o termo guineense para designar a língua nacional falada na Guiné-Bissau, e para poder usá-la de igual modo que qualquer língua no mundo, por ter a interferência do sistema gramatical africano e possuir suas particularidades linguísticas ligadas às transformações sistemáticas do povo que a fala. Entretanto, no tópico seguinte trataremos do plurilinguismo característico do Golfo da Guiné e das línguas africanas.

3. DO PLURILINGUISTO NO GOLFO DA GUINÉ “À FAMÍLIA DAS LÍNGUAS AFRICANAS”

O Golfo da Guiné está na África, considerado terceiro maior continente do planeta depois da Ásia e das Américas, com uma área de 30 milhões de quilômetros quadrados (BOSSAGLIA, 2019). É possível ter uma visão do tamanho desse continente que muitas vezes não é informado corretamente nos mapas: o tamanho da África é igual em superfície à soma da extensão da China, Índia e os Estados Unidos.

É um continente com uma extensão enorme e com 54 países atualmente. De acordo com a edição atualizada recentemente de *Ethnologue*⁴, a África tem aproximadamente uma população de 1.195.667.795 habitantes e cerca de 2.143 línguas vivas provenientes do mesmo continente (BOSSAGLIA, 2019). Elas são organizadas de 5 maneiras pela sua ordem crescente em ameaças de extinção, de acordo com Bossaglia (2019, p.135).

- a) 198 línguas “institucionais”, permitidas suas existências pela instituição e longe das ameaças do desaparecimento, com uma política muito forte que as mantém estáveis;
- b) 538 línguas em suas fases de “desenvolvimento” começando suas políticas linguísticas de introduzir nelas um sistema de escrita, no sentido de poder fixar certas normas como padrão dos seus códigos (léxicos) para aumentar seus usos em comunidade;
- c) 1.018 línguas vigorosas que não são remetidas a processos de ser desenvolvidas e também não sofrem ameaças, por serem utilizadas estavelmente na comunicação do dia a dia nas suas comunidades linguísticas;
- d) 225 línguas que apresentam sinais de extinção cada vez mais, perdendo seus usuários em diferentes aspectos sociais nas suas comunidades linguísticas e também não são mais transmitidas para a população nova;
- e) 134 “moribundas” usadas apenas pelas gerações mais velhas de um espaço geográfico em suas menores oportunidades e contexto para usá-las ou que nem têm falantes fluentes iguais às outras línguas.

⁴ Ethnologue, se refere ao estudo realizado de línguas faladas no mundo (BOSSAGLIA, 2019).

O linguista norte-americano Joseph Greenberg (1915-2001), conhecido como fundador da tipologia de linguística moderna, foi uma das principais referências ao classificar as famílias das línguas africanas, apesar de muitas críticas⁵ que recebeu na época por ter apresentado sua obra. Só a partir de 1960, devido a uma constante publicação de suas obras muito inovadoras, foi que muitas instituições passaram a levar em consideração as línguas africanas. Dessa maneira, o autor explicou que a África é organizada em quatro famílias distintas, que são agrupadas dessa forma (BOSSAGLIA, 2019, p.136):

- a) A família afro-asiática é composta por 366 línguas vivas para total de uma população aproximadamente de 500 milhões de falantes, onde 60% deles são falantes de árabe como a língua oficial reconhecida em 16 países africanos - Egito, Argélia, Berem, Chad, Djibuti, Marrocos, Tunísia, Eritreia, Líbia, Mali, Mauritânia, Senegal, Níger, Somália, Sudão, Tanzânia.
- b) A família nilo-saariana, embora devido a controvérsias sobre as informações existentes, trabalharemos com a hipótese de que essa família a faça parte da família afro-asiática ou até mesmo nigero-congolesa. Elas são representadas por uma área descontínua, que parte da bacia do rio Níger passando pela região do leste do lago do Chade até o sul do Sudão, ao leste, e a Uganda, ao sul. Pertencem a essa família Songai (falado no Mali), o massai (Quênia e Tanzânia língua da comunidade homônima dos pastores) e o “Nuer”, falada no Sudão do sul e famosa na década de 1960.
- c) A família khoisan, dentro dessas quatro famílias africanas, é a mais antiga, muito embora tenha um status controverso, e seu nome veio de dois grupos étnicos que falam línguas dessa família: “os khoikhoi”, que vivem em pequenas comunidades na África meridional entre os seguintes países: Angola, Namíbia, Zâmbia, Zimbabwe, Lesoto, Suazilândia e África do Sul. Realmente são poucas línguas pertencentes a esta família e as únicas afastadas são Sandawe e Hadza faladas na Tanzânia pelos dois grupos que não pertencem a essa família.
- d) A família nigero-congolesa, considerada a maior das outras línguas familiares africanas, só faltava uma pequena parte para que suas línguas ocupem o conjunto do território africano. De África atlântica, acima do equador, África do sul, até na África oriental, do Quênia para baixo entre os rios Níger ao norte, e Congo no Sul, como sugere o

⁵ A crítica recebida era por ter iniciado um trabalho de um estudo das línguas africanas, nas Américas e sua procura pela identificação de conceitos universais da linguística, sobretudo quando começou examinar os corpus de línguas cobrindo uma ampla distribuição geográfica e genética.

nome desta família. É a maior família do mundo com cerca de 1.500 línguas e é dividida em dois grupos diferentes. O nigero-congolesa que contém (7) sete grupos; 1º- Atlântico ocidental; língua wolof no Senegal e fula quase e toda parte da África Ocidental. 2º- Mande; Bambara no Mali. 3º- Dogon, aquelas que ficam no centro democrática do Congo. 4º- Gur; várias línguas faladas entre Burkina Faso, Mali, Níger, Gana, Togo, Benin. 5º- Kwa; as que fazem parte deste grupo, vale destacar Ewe, falada também em Gana, Togo e Benim e iorubá falada em Nigéria. - Duas línguas que pisaram o solo brasileiro devido o processo de escravatura. 6º- Benuê-congo, destas encontramos línguas bantus quase em toda a África subsaariana, o quimbundo, quicongo no Oeste e aquela outras línguas africanas presente no Brasil, e o suaíli em Quênia e Tanzânia e outras não bantus ao leste. 7º- Adamawa-ubanguí, formadas por várias línguas da África central de concreto Chade, centro africana, o Congo e centro democrático de Congo. O grupo Cordofaniano, este é muito menor que nigero-congolês, o nome veio de uma antiga província de Sudão (kordofan) na África central onde se encontram. Tem, no entanto, cinco línguas: Koalib, Tegali, Talodí, Tumtum e Katla, conforme destacou (BOSSAGLIA, 2019, p.149-150).

De todas essas línguas apresentadas ao longo do texto, percebemos que a África tem uma diversidade linguística enorme. Também podemos afirmar que essa diversidade linguística têm ainda as outras famílias linguísticas que circulam nos espaços africanos. Como por exemplo: a indo-europeia, com várias línguas de países colonizadores em numerosos Estados africanos, e a austronesiana com o malgaxe, a língua oficial de Madagascar, que também não apareceu no mapa da figura 1.

FIGURA 1 - MAPA DA FAMÍLIA LINGUÍSTICA AFRICANA



Disponível em: https://www.listenandlearn.com.br/blog/wp-content/uploads/2017/05/553px-African_language_families_pt.svg.png. Acesso em 26/04/2021

Citado por Bossaglia (2019, p. 138), o linguista Joseph Greenberg, ao tentar expor o aspecto sociolinguístico africano, tem falado das possíveis outras línguas que não foram mencionadas. Sendo assim, o estudo conseguiu agrupar somente as línguas que se teve conhecimento em quatro grupos diferentes de famílias originárias do continente africano. Com isso, entende-se que essa diversidade linguística africana vem de longo tempo e culminou com o desaparecimento de muitas outras línguas (BOSSAGLIA, 2019, p. 138).

Apesar da África ser destacada pelos diversos grupos étnicos e culturais, tudo indica que a sua diversidade linguística é extraordinária no que tange a sua organização estrutural linguística. No território africano estão presentes outras famílias linguísticas que não são africanas, as línguas vindas especificamente dos colonizadores, como afirmado anteriormente. O que significa que todas essas línguas participam no aumento da diversidade linguística no solo africano, e também contribuem na implementação de uma identidade linguística europeia. Vale refletir também sobre a família linguística austronésiana, considerada uma das maiores

famílias linguísticas no mundo, com cerca de 1.244 línguas faladas no extremo oeste de Madagascar, nas ilhas polinésias e ao sul da Nova Zelândia.

Por conseguinte, além das outras riquezas obtidas como recursos naturais e minerais na África, considera-se que em termos linguísticos o continente é riquíssimo, em todo seu território, são faladas muitas línguas, uma paisagem linguística consideradamente africana (BOSSAGLIA, 2019). Portanto, ao nosso ver, devem ser criadas e continuadas algumas políticas linguísticas a favor das restantes línguas no continente e trabalhar mais aquelas que precisam, com isso, ajudaria em dar privilégio e status sociais das línguas africanas.

3.1 AS LÍNGUAS NO GOLFO DA GUINÉ

O Golfo da Guiné é um território de grande referência na costa ocidental africana, que se situa junto ao oceano Atlântico. O seu nome provém exatamente da denominação que os europeus deram àquela parte do continente africano: enquanto sobre a origem da palavra Guiné não há um consenso,⁶ Baixa Guiné, sendo que a própria Guiné era provavelmente uma referência a Gana, era o nome pelo qual os nativos conheciam e chamam a área anteriormente ocupada pelo império do Mali. Atualmente, dois dos países africanos da costa ocidental detém aquele nome: a República da Guiné-Bissau e da Guiné (Conacri), pois não compartilham a mesma costa desde o referido Golfo, somente a Guiné Equatorial situada nesta região. Também existe a Nova Guiné situada na Oceania, nome dado pelos europeus a uma ilha muito grande no Oceano Pacífico.

Quando se trata do plurilinguismo dos crioulos de base lexical portuguesa, no Golfo da Guiné, vale ainda trazer um pouco dos aspectos sociolinguísticos africanos entre essas duas línguas presentes: o crioulo da Alta Guiné (CAG) e o próprio de Golfo da Guiné (CGG). Segundo Hagemeyer e Alexandre (2012), a partir dos séculos XV e XVI essas duas famílias de línguas distintas (crioulo da alta da Guiné e Golfo da Guiné) se formaram no processo da escravatura, que resultou do contato entre o português (colonizador) com as diferentes línguas africanas, principalmente de grandes famílias do Níger-Congo, e ambas línguas (crioulos) se dividem em duas formas diferentes. Por exemplo, língua crioulo do Golfo da Guiné (CGG) do qual se destacam os crioulos: o Santome (ST) o Angolar (ANG), o Principense (PR) e o Fa

⁶ Não há consenso geral da origem da palavra “guiné”. Scantamburlo (2013) diz que isso foi derivado de “Djenne” uma antiga cidade de Mali, enquanto que outra visão afirma que vem de “Berbere” - tudo isso indica uma informação controversa. https://www.etymonline.com/word/Guinea?ref=etymonline_crossreference.

d'Ambô (FA) enquanto os da Alta Guiné (CAG) incluem a língua (crioulo) cabo-verdiano (CCV), o crioulo da Guiné-Bissau (CGB) e o crioulo de Casamansa.

Pois, de acordo com a leitura que fizemos, ficou muito bem entendido que a formação destas línguas criou um grande debate em muitas conferências, por causa disso existem ideias provenientes de diversos autores que os crioulos se formaram de uma classe de línguas em uma se diferencia de outras.

Enquanto que a outra antiga hipótese afirmou que esses crioulos se constituíram de uma única classe genética que poderia ser uma família linguística, devido a inúmeras semelhanças que culminam na chamada monogênese. Ainda nessa ideia, a teoria que justifica que todos esses crioulos teriam a uma única origem proveniente de *pidgin* português, com léxico das outras línguas encontradas nos locais (HAGEMEIJER, ALEXANDRE, 2012). Ao que percebemos, até hoje essa hipótese foi rejeitada, mas dela existe ainda no nosso tempo a ideia bastante espalhada de que esses crioulos falados vieram de *pidgins* que ao longo do tempo passaram por um processo de transformação para as línguas naturais através de uma tentativa de aquisição da língua almejada: o português.

No Golfo da Guiné, como apresentado anteriormente, as quatro línguas se formaram a partir de um processo histórico de longa data pela colonização, pela primeira vez houve a tentativa do colonizador português para povoar a ilha de São Tomé em 1485, muito embora não deu o resultado desejado e foi somente atingido em 1493 com a chegada de grande navegação do primeiro capitão, Álvaro de Caminha (HAGEMEIJER, ALEXANDRE, 2012). Segundo a fala desses autores, a ilha de Príncipe foi doada no ano de 1500, e o testamento de Álvaro Caminha indicou a data de 1499, o que mostra que há duas datas sobre o povoamento dos portugueses com a população encontrada na região. Ainda nessa hipótese, a habitação definitiva da ilha de Annobón com sua variedade de crioulo, parece ter acontecido em 1543, quando essa ilha não estava habitada por seres humanos no seu território que parecia deserto, conforme informado no texto de Caldeira (2004).

Portanto, aqui vamos especificar duas fases diferentes de ocupação na ilha de São Tomé: A primeira fase de ocupação foi registrada no período do primeiro povo no local em 1485, até na fase da introdução de cana-de-açúcar em 1515 (HAGEMEIJER, ALEXANDRE, 2012). Foi exatamente nessa primeira fase de habitação que aconteceu uma fase de rápida formação de um *pidgin* que surgiu no meio dos portugueses com os africanos escravizados que saíram da região Delta do Níger, concretamente do antigo reino de Benin (RYDER, 1969; TEIXEIRA DA MOTA, 1976; THORNTON, 1992; VOGT, 1973).

Ora, esta língua *pidgin* teria se expandido e desenvolvido com o tempo até que deu origem a uma língua plena: o crioulo do Golfo da Guiné (HAGEMEIJER et al., 2009). Este *pidgin* que tem sido ramificado de acordo com o tempo e o espaço geográfico até que originou quatro línguas diferentes no Golfo da Guiné: o Santome, o Angolar (ilha de S. Tomé), o Principense (ilha do Príncipe) e o Fá d'Ambô (Annobón). O Santome é a continuação diretamente do Português Crioulo no Golfo da Guiné (PCGG) e vem se dizendo que o Angolar é um crioulo de uso pelos escravizados que fugiram das roças para a mata em São Tomé (FERRAZ, 1974; SAIBERT, 2007; CALDEIRA, 2004 *apud* HAGEMEIJER, ALEXANDRE, 2012).

Desta maneira, é possível afirmar que houve uma conexão desde o começo desse processo de línguas do Delta do Níger com as línguas africanas primárias no que tem a ver com a formação do PCGG, essa é bem notável em todos os aspectos, como léxico, fonologia, sintaxe, já que afirmaram que, na tentativa de se comunicar na língua alvo (português) usando o *pidgin*. O papel do Bantu ocidental, nomeadamente do Kikongo e do Kimbundu, por outro lado, está diretamente relacionado com a fase de plantação e a chegada maciça de escravizados Bantu em meio aos escravizados do Delta do Níger. Por isso, houve alguns traços nos crioulos de Golfo da Guiné (CGG) que têm sido associados ao Bantu ocidental, nomeadamente ao nível lexical e fonológico, resultam essencialmente de contacto secundário.

Sendo assim, a diferença encontrada entre essas quatro línguas no Golfo da Guiné têm a ver com o seu relativo isolamento em diferentes momentos da história, devido aos contatos posteriores e ao papel da sua mudança interna. Apesar da tendência de distanciamento no espaço e no tempo, é considerado e aceito que também houve algumas aproximações de contato entre estas línguas ao longo dos séculos, principalmente entre o Santomé e o Angolar, que se encontram na mesma ilha.

Os aspectos sociolinguísticos no Golfo da Guiné não passam completamente de como se deu a formação das suas línguas que hoje contribuiriam bastante para o plurilinguismo encontrado nessa zona, e outras variedades que surgiram.

Muitos autores (ROUGÉ, 1986; CARREIRA, 1982; KIHM, 1994 *apud* HAGEMEIJER, ALEXANDRE 2012) têm afirmado uma ligação genética entre as línguas da Alta Guiné por terem se formado em contato com a LP, que contribuiu na maior parte do léxico (quase 90%). No entanto, outras línguas, como as do Níger-Congo, em particularmente as línguas do grupo

mande (Solinke, Barbara, Mandinga) e do outro lado do Atlântico temos *Wolof, Timne e Fula*⁷ também compartilham um parentesco. Acredita-se que 80% das línguas provenientes da África tenham certo grau de parentesco, tanto em Cabo-Verde (em Santiago), como na Guiné-Bissau. Pois todas as línguas faladas em Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Casamansa⁸ são totalmente diferentes e não duas variedades de uma única língua (HAGEMEIJER, ALEXANDRE, 2012).

Essa diferença acontece devido a uma negociação política entre o colonizador português. Na altura que os franceses tinham colonizado o Senegal, eles se sentiram interessados pela zona. O resultado foi um negócio entrelaçado a uma questão política de longa data, com a negociação de acordo na Conferência de Berlim em que Portugal cedeu a cidade de Ziguinchor e a região de Casamansa à França. Na altura já havia expandido alguns grupos étnicos de Guiné-Bissau para as outras zonas do país, nas quais as suas línguas se espalharam em todo território, como *Mandingas, Balantas, Fulas, Mandjacos, Pepeis* etc, conforme apontam os autores Hagemeijer e Alexandre (2012, p. 4).

A presença dessas e demais outras línguas no território guineense fazem com que o plurilinguismo tenha se manifestado nesta sociedade, na qual a LG faz de unidade para as diferentes línguas. Vale destacar a diferença entre o crioulo cabo-verdiano, o de Casamansa, que pertence ao atual Senegal desde 1886, e o da Guiné-Bissau. Esse último se diferencia devido ao seu convívio com as línguas africanas que faz lhe ser mais africano em relação ao cabo-verdiano, e até mesmo em outra linguagem, o guineense é totalmente africano devido à interferência das línguas locais da Guiné-Bissau nele. Portanto, iremos prosseguir no tópico a seguir com as políticas linguísticas nos países africanos de língua oficial portuguesa.

3.2 AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (PALOP)

Pretendemos traçar um panorama geral da situação sociolinguística, cultural e identitária de cada país membro dos PALOP. Como forma de refletirmos sobre as línguas locais de cada um e assim também como a política usada com o português em todos eles. Entretanto, neste capítulo, apresentamos as políticas linguísticas em todos os PALOP, exceto da Guiné-Bissau, tendo em conta que ao longo do trabalho o nosso foco é refletir sobre as políticas

⁷ Apesar de serem distintas entre si, elas partilham a mesma propriedade comum. Nesse sentido, Quint (2008) explica o fato de haver poucos registros dessas línguas na África Ocidental que constitui um problema metodológico, já que mandinga e wolof têm esses documentos e um dicionários com mais de 10000 palavras[...]

⁸ Aqui assumimos que o crioulo de Bissau e Casamansa é o mesmo, mas em 1886, Casamansa passa a pertencer à França. Para Couto (1991:44) por esta razão histórico-político “fez com que os povos de Casamansa se aproximassem mais dos Senegaleses em relação aos guineenses”.

linguísticas na Guiné-Bissau. Por isso, nós vamos apontar as políticas em outros países que compõem a organização em prioridade.

Deste modo, constatamos que as línguas são os fatores mais destacados em cada sociedade, tanto as línguas locais africanas como o português. Percebe-se que entre o africano e suas línguas, há uma relação de maneira endógena, entretanto, imagine ter uma aula ou um momento só de português no meio dessas línguas? E principalmente de uma variedade não africana! Acreditamos que não seria uma tarefa simples a de se comunicar para muitas pessoas. Ou se talvez invertamos a situação, em que a aula ou a comunicação é permitida na língua local falada desses povos, teria mais êxito em relação ao português neste âmbito educativo em que acontece dificuldade de expressar nele.

Nos PALOP, o ensino da língua portuguesa é totalmente voltado à variedade europeia com a descrição da gramática tradicional e isso acaba forçando a fala e o uso dessa variedade, distanciando os falantes dos PALOP, sobretudo a forma de falar o português nas variedades africanas.

Se profundamente refletirmos nessa situação, levando em consideração os tipos de política do ensino que o sistema português queria implantar em seus países colonizados, como pode ser notado na forma que consideram o ensino da língua portuguesa em Portugal, tentaram levar essa funcionalidade para os PALOP. O ensino dessa língua não deveria se desvincular da gramática tradicional, porém não reflete o ensino voltado à perspectiva africana, de modo que os PALOP têm suas realidades distantes da realidade europeia. Entendemos que qualquer processo do ensino deve partir da língua dominada pelo aprendiz, aquela que lhe facilita.

Por conseguinte, esta representação linguística da LP e suas práticas nos PALOP, a partir de século XIX e XX, é sustentada com a ideia de inferiorização de uma ou mais línguas dentro de um espaço, de modo que Portugal baseia seu ensino na dominação da gramática normativa. O que indica que, as realidades dos países africanos de língua oficial portuguesa que vieram de sociedades plurilingues têm que recorrer a política linguística decidida para aprender a LP de modo que Portugal deseja. Significa que Portugal não se limitava a uma política de ocupação territorial, mas também buscava um domínio linguístico em relação às línguas locais encontradas nas colônias. Por essa razão, a política do uso da LP dentro dos PALOP se desenvolveu bastante, particularmente em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, considerado a língua materna de muitas pessoas.

Por outro lado, temos Cabo Verde bilíngue com a adição da língua local na educação, e a Guiné-Bissau plurilíngue. Em relação às línguas dos outros PALOP que são afastadas do

sistema educacional e não são adicionadas ao lado do português no ensino-aprendizagem. A seguir se encontram os discursos frágeis nas constituições de alguns desses países dizendo que o Estado valoriza e promove as línguas locais, enquanto na consciência da sua própria população e dos seus dirigentes, o português é a língua-alvo. Por isso, os que o falam bem ou são fluentes nele, são os mais admirados nos meios africanos. Isso indica que alguns de nós mesmos africanos com essa atitude, influenciámos os mais novos a não terem admiração tantas nas línguas autóctones e eles começam a se esforçar para aprender a LP.

A partir dessa leitura, é possível afirmar a função principal atribuída à LP nos cinco PALOP. Afirmamos que essa perspectiva de tomar a LP como fator de propor o conhecimento nos países africanos de língua oficial portuguesa, não é a única forma que favorece todo mundo na aquisição do conhecimento. Porque nos países com poucos números dos seus falantes no contexto plurilíngue, ele não deve ser fator principal de passar conhecimento já que têm as outras no mesmo contexto, aquelas que se familiarizam em todo momento.

Ao dizer isso, não significa que estamos a contrariar o privilégio do português em PALOP, mas sim, percebemos que na transmissão dos conhecimentos/sabedorias pode partir de muitas línguas desde que o aprendiz compreenda qualquer que seja a língua usada, ou aquela que o seu mentor propor. O seu instrutor usa para a transmissão, uma língua em que ele e seu interlocutor possam interagir durante o tempo da aprendizagem. Pois a ideia aqui, ao nosso ver, é enaltecer a LP dentro dos PALOP, em que ela é vista como um patrimônio nesse ambiente africano. Mas também vale considerar o papel da comunidade dos países da língua oficial portuguesa, visando a valorização de alguns aspectos culturais em PALOP.

Por conta desse ato de reconhecimento das diversidades culturais, CPLP⁹ interfere em criar a política de valorização da cultura africana, através do seu objetivo voltado à aproximação com esses países de língua oficial português. Nesse âmbito, diríamos que por conta dessa organização e a sua visão, faz aproximar e reconhecer as práticas linguísticas e culturais dos PALOP. Os países colonizados devem refletir se Portugal não valoriza ou deu reconhecimento de diversidades linguísticas dos PALOP desde o século XX, nos seus discursos oficiais portugueses sobre as línguas africanas de países colonizados, é óbvio que não seria nada fácil de reconhecer as suas culturas.

Ao nosso ver, o presente século exige que os PALOP deem atenção para as suas realidades linguísticas que são muitas, e se esforcem para evitar a extinção das outras. Lutar

⁹ CPLP, comunidade dos países da língua portuguesa, objetiva o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros.

mais em suas promoções como qualquer outra língua europeia promovida. Quando for assim, logo importa que os africanos pensem na educação bilíngue com suas línguas africanas e desenvolvam normas africanas, salientando que, mesmo sendo a LP, que seja ensinada ou aprendida voltada à realidade africana.

Já sabemos que o português usado nessas colônias africanas é o fruto da política colonial considerada de civilização, com a intuição de substituir as línguas africanas nas suas sociedades para o português. Tristemente, alguns educadores continuam proibindo que seus alunos usem as suas línguas locais nas escolas e em outros lugares, considerando a LP de extrema importância de todas as outras -ato presente em PALOP mesmo com a ausência da administração colonial portuguesa nesse ambiente, comportamento e atitude herdados do sistema colonial.

As políticas linguísticas usadas nesses países foram pensadas a partir da perspectiva europeia e que não passam do resultado da dominação que os PALOP e também os de língua francesa e inglesa sofreram desde a colonização. Isso permitiu que houvesse toda forma de administração favorável aos colonizadores e desfavorecendo o aspecto social identitário desses povos, de maneira que os próprios PALOP não tinham percebido as línguas africanas como línguas, mas sim como variedades do português, especificamente aquelas línguas que nasceram dentro da colonização. A colonização de países africanos por Portugal durou até mais ou menos o século XX (Abdula et al., 2017).

Vale ressaltar que qualquer que seja a língua, como todos nós sabemos, desempenha uma função importante na comunidade onde ela é usada, independente de prestígio ou não prestígio. E por conta delas, consegue-se expressar as ideias, ampliar laços de pertencimento e exibir as identidades culturais, e também o próprio ser dentro da sociedade. Desta forma, afirmamos que as línguas têm conexões com as questões identitárias de um povo (COELHO, MESQUITA, 2013), e de outra forma, mexer com uma língua é sinônimo de mexer com um povo ou uma comunidade, o que até pode originar conflito. Na África, encontramos um continente que sofreu a dominação colonial, gerou (e ainda gera) uma perda de muitas de suas línguas (BOSSAGLIA, 2019). Significa que ela não aproveita seus recursos linguísticos prontos para criar uma evolução linguística a partir dos próprios africanos. Por conta dessa perda, muitas línguas estiveram e estão em vias de desaparecimento por falta de políticas linguísticas de alguns líderes africanos em relação a suas línguas.

O colonialismo europeu vinculado aos PALOP criou uma política linguística de inferiorização para as culturas encontradas em África, desde as suas práticas até na questão da linguagem, um dos elementos que tem sido negado e desvalorizado perante a sociedade europeia, como se as línguas africanas não tivessem elementos necessários de uma língua. Essas desvalorizações das línguas africanas, de certa forma, não permitem que elas sejam equipadas de estatuto social mediante o comportamento europeu. Por conta disso, a língua do colono assumiu esse papel nos Estados dos PALOP e são reconhecidas nas suas cerimônias oficiais, inculcadas na mente de muitos africanos que passaram pela escola formal colonial onde se produz língua[gem], cultura e ideologia europeia como forma de civilização (ABDULA et al., 2017). A nossa primeira hipótese é que alguns africanos contribuíram para a extinção de suas línguas locais, não criaram políticas linguísticas que incentivassem seus usos nos seus territórios e admiraram mais o que veio de fora. Na verdade, depois de conseguir as suas independências, começaram a adotar outras práticas ou estilos de vida distintos do modelo africano, esqueceram logo as suas identidades, e principalmente suas identidades linguísticas, só falam português e sentem-se mais confortável ao usá-lo em relação às suas línguas locais.

A segunda hipótese é que há uma falta de política voltada para as línguas africanas dos PALOP, a realidade de tudo isso é o que está acontecendo, por exemplo na Guiné-Bissau, os governantes guineenses sabem do *status* e percussão social da LG na sociedade em geral, bem como na educação, mesmo assim tudo ficou parado até então, não há motivação de continuar com uma política de intervenção a favor dessa língua. Nos PALOP, até o presente, ainda existe dificuldade na comunicação em português, especificamente em relação à variante europeia, entendida como o bom português.

Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde apresentam um cenário linguístico brilhante. Desse modo, questionamos o porquê de alguns líderes africanos de PALOP, depois das suas independências, não trabalharem as políticas linguísticas das suas línguas locais? Consideramos que ocorreu uma falha de certos dirigentes dos PALOP, a respeito de equipar suas línguas autóctones. É preciso que os próprios PALOP tomem a decisão, e continuem a manter, valorizar e preservar suas línguas, expandir para suas realidades linguísticas no sentido de fazer elevar a autoestima que tinham perdido.

A falta dessa visão faz com que as línguas africanas nos PALOP não apresentem relevância, principalmente na ideia da educação formal, a qual enaltece a língua europeia. O artigo 29 da Declaração Universal dos Direitos Linguístico descreve que “toda pessoa tem

direito a receber educação na língua própria do território onde reside” (OLIVEIRA, 2003). Em seguida, o artigo 23 reforça essa ideia que

A educação deve contribuir para fomentar a capacidade de auto-expressão linguística e cultural da comunidade linguística do território onde é realizada;2. educação deve contribuir para manter e para desenvolver a língua falada pela a comunidade linguística do território onde é realizada;3 A educação deve estar ao serviço da diversidade linguística e cultural e das relações harmoniosas entre diferentes comunidades linguísticas do mundo todo (OLIVEIRA, 2003, p.33)

De acordo com o trecho, nota-se que os líderes dos PALOP não levaram em consideração essa declaração e participaram na retificação deste artigo, diríamos que a política linguística usada não foi para favorecer os PALOP, mas sim, o pensamento europeu implementado nas escolas. Conforme Abdula et al. (2017, p. 42), “a escola formal procura retomar a política colonial que é da civilização dos africanos” por isso que os países da África, especificamente os PALOP, têm que optar para um tipo de sistema do ensino que não prejudique a sua identidade e apagamento de alguns aspectos que refletem a sua realidade. Ao nosso ver, a língua seria um desses elementos que precisa ser levada em consideração, e não a proibição de usos pelos africanos que habitam os PALOP.

Portanto, cabe à nova geração essa missão de melhorar certos aspectos linguísticos dos seus países e criar uma independência linguística total deles. No entanto, se refletirmos nas ações coloniais percebe-se que colonizador pensou o africano do tipo novo, de maneira que chegou aos meios dos africanos, implementou toda a política da civilização. O modelo da educação favorece a cultura e civilização portuguesa, portanto os PALOP têm que optar para a sua forma de viver, as práticas e cuidar das suas línguas que ocupam seus territórios. Desta maneira, nós vamos dar início a cada um desses países.

3.2.1 Angola

Em relação à Angola, a política linguística usada aconteceu desde a instalação da colônia portuguesa neste país, assim quando a independência foi proclamada, declarou-se oficialmente que a LP seria a oficial no país. Seja a língua da educação, da administração e da imprensa, como acontecia no período colonial. Na verdade, essa escolha de língua oficial é a continuação do modelo ou do pensamento colonial que seguiu com a sua evolução após a administração colonial (NDOMBELE, 2017, p. 74). Entretanto, percebemos que o colonialismo português não usou somente a sua força para implementar tudo o que desejaria na Angola, há uma colonização de mente, deixada aos povos colonizados, a razão disso contribuiu na adoção

de muitas práticas nesses países colonizados. Ndombele (2017) descreve a política em Angola da seguinte forma:

No período colonial, Norton de Matos (Alto comissário de Portugal em Angola), defendeu a instrução em Angola como meio de civilização dos angolanos, utilizando para o efeito a Língua Portuguesa (LP) como principal instrumento desta civilização, através de ações de um imperialismo linguístico inédito na administração francesa, inglesa e alemã, chegando ao ponto de proibir o uso de qualquer língua de origem africana em Angola através de decretos (2017, p. 74).

Visto que essa colonização não valorizou as línguas nacionais angolanas, e seus falantes não tinham privilégios se não usassem a LP, é muito equivocada a civilização seja condicionada por uma língua no meio das outras. Pois Angola, com uma superfície enorme de território e numerosos grupos étnicos distintos, é óbvio que haja várias línguas oriundas do povo local, as línguas pelas quais se sintam identificados e que são faladas nas suas províncias. Vejamos como acontece a distribuição das suas línguas locais nas províncias:

a) Cabinda: povos bakongo com o uso de língua kikongo variante (fiote); b) Zaire e Uíge: povos bakongo, língua Kikongo; c) Malanje, Kuanza-Norte, Bengo e Luanda: povos ambundu, língua kimbundu; d) Moxico, Lunda-Sul e Lunda-Norte: povos Tchokwe, Língua Cokwe; f) Bié, Huambo, Kwanza-sul, Benguela e Namíbe: povos Ovimbundu, língua umbundu; g) Huíla: povo Ovanyaneka-khumbi, língua olunyaneka; h) Kuando Kubango: o povo Ngangela; j) Cunene: povo Ovambo, língua oshikwanyama; l) Namíbe: Povos Ovahelero, língua oshihelero (EDUARDO DAVID NDOMBELE, 2017, p. 71-72).

Aqui constata-se um plurilinguismo da família linguística angolana, e ainda algumas línguas não foram mencionadas, por exemplo o caso do Lingala, a língua proveniente da família *Bantu*. Apesar do lingala não estar inserido entre as línguas nacionais, é a língua veicular da República Democrática do Congo e do Congo. Após a independência da Angola, em 1975, devido à entrada de centenas de pessoas vindas do Ex-Zaire, fizeram com que a língua Lingala se aproximasse do estatuto da língua nacional angolana, e hoje em dia é a língua mais usada entre a sociedade informal angolana como (na família, no futebol, e no mercado), o que nos permite dizer que é a língua franca entre a população, de modo que estende todo o território.

A partir desse estatuto da língua Lingala na Angola, nós questionamos o que impede o pronunciamento de um decreto a favor dela? Uma política a favor já que é usada por todo o país? Ou vai continuar a ser comentado o famoso discurso de PALOP que o Estado valoriza todas elas? (NDOMBELE, 2017, p. 87). A ideia de atenção para as línguas locais foi afirmada desde a estruturação da constituição angolana em 1975 pela assembleia legislativa do país, declarado no seu 19º artigo a favor da LP e das autóctones o seguinte: “A língua oficial da

República de Angola é o português, o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”.

A intervenção dessa voz da constituição é tão fundamental para a sociedade angolana, apesar da ausência de uma política de pelo menos uma língua local no setor educacional, por isso, para ser completamente independente nesse setor o país precisa de uma independência linguística na qual exige ter uma voz defensora, quando uma língua vier a ser uma cobertura nacional do país, pelo menos uma língua do tipo de lingala ou qualquer outra, assumiria a segunda língua do país ao lado do português, desde que ela seja falada por todos os grupos étnicos, ou por toda a população do país.

Mas, o que se destaca nesta sociedade angolana, é a herança da política linguística colonial que é mais valorizada no meio das outras, na medida em que se manifestam seus valores para julgar aos outros. Trata-se de um preconceito linguístico em falar português pela própria população angolana entre os que falam português e os que falam línguas locais. De modo que usam a língua para discriminar o falar do outro, e também, a influência da negação das suas culturas quando dão prioridade para a língua do colonizador. Portanto, uma atitude dessa conduziu a uma escassez de qualidade cultural da população angolana e, ainda nisso, até hoje encontra-se a recusa de colocar nomes de origem bantu em seus filhos, preferem nomes estrangeiros que não representam nada da cultura e identidade angolanas (NDOMBELE, 2017). Nomes de origem bantu são percebidos como inferiores dentro da sociedade e não tem mais a ideia de enaltecer esses indivíduos, até a criança pode sofrer bullying de seus colegas, por conta disso cada pai ou família prefere um outro nome além da origem bantu.

Conforme descrevemos, a definição da política linguística a partir de Lagares (2018), Calvet (2017) e Oliveira (2016) encontra-se pouco discutida nas universidades africanas, ainda são poucos africanos com visão de aplicar uma política linguística em seus territórios, não a levam como algo endógeno¹⁰ nas suas línguas locais. Por conta do desconhecimento da importância das políticas linguísticas locais, fazem com que continuem a promover a língua colonial no meio das línguas do país. Portanto, essa é a realidade que acontece nos PALOP, com a exceção do Cabo Verde que já avançou com uma ação intencional discutida para co-oficialização do cabo-verdiano ao ensino bilingue (ROSA, 2017) e com relação a Guiné-Bissau,

¹⁰ Algo que se origina no interior do organismo, do sistema, ou por fatores internos; endógené.

já há intenção de se oficializar o guineense, conforme se pode ver na entrevista do secretário da cultura da Guiné-Bissau, António Spencer Embaló, às Nações Unidas¹¹.

Conforme aponta Ndombele (2017), na Angola, a obrigatoriedade do uso da LP está definida na constituição do país e as outras línguas locais não, por isso, ao nosso ver, a própria constituição contribuiu na promoção do português. E ainda faz com que haja uma divisão na sociedade angolana, entre os que falam o português e a outra sociedade heterogênea das línguas bantu, com mais de vinte línguas angolanas de origem africana entre noventa (90) a cem (100) variedades. Consideramos uma falha do Estado angolano não solucionar essa divisão do seu povo e ainda, prestar mais atenção à LP. Pelo menos, deveria colocar no plano do ensino as línguas autóctones como obrigatoriedade de serem estudadas, igual ao português ou aceitar o uso de uma no caso de transmissão e explicação dos conteúdos se for necessário. Isso ajudaria na valorização e promoção dos falantes dessas línguas, e não as deixar perder para as gerações angolanas vindouras.

Portanto, ao resumimos e concluirmos essa política linguística angolana, nós afirmamos que o objetivo do colonizador português foi alcançado mesmo não sendo mais administrador do território angolano, com uma política linguística de dominar os povos africanos (especificamente angolano) através da implementação do sistema colonial nas suas colônias e de impor a sua língua como uma das ferramentas de dominação, uma herança deixada.

3.2.2 Moçambique

Moçambique está situado na costa sudeste africana. Colonizado por Portugal, teve a sua independência em 25 de junho de 1975, depois de ter passado uma longa luta armada entre 1964 a 1974. A independência se deu com a liderança nacionalista da Frente de Libertação do Moçambique (FRELIMO) e com ajuda dos outros três movimentos: União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), União Nacional Africana para a Independência de Moçambique (UNAMI) e União Nacional Africana de Moçambique (MANU) (MACARINGUE, 2017).

O país implementou uma política linguística de forma cultural europeia, vindo da mesma linhagem e do mesmo processo colonial português, em particular com a influência europeia na área econômica, social, cultural e ideologias herdadas pelo regime ditatorial português, abrangendo também o setor educacional moçambicano. Pois, o modelo de liderança

¹¹ A entrevista do secretário está disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/02/1705191>.

e administração do país seguia o sistema europeu levando em conta o modelo colonial aplicado, o que poderia resultar na extinção das línguas e culturas do país com tempo, levando a uma alienação coletiva do povo moçambicano. Foi por causa dessa inconformidade dos moçambicanos que uma revolta levou o país a tornar-se livre desse sistema e, dessa forma aceitou adotar a língua do colonizador no meio das outras para reforçar a ideia de sentimento do Estado-Nação e pertencimento.

(...) sistema colonialista português e todas as suas práticas imperialistas, viu-se obrigado a adotar as políticas linguísticas do colonizador, uma decisão político-ideológica que visava consolidar o espírito da luta armada de libertação nacional, salvaguardar as conquistas daí decorrentes, gerar o sentimento de unidade (nacional) na diversidade, assegurar e consolidar a integração interétnica e gerar um ambiente propício à governabilidade do território, o que resultou na neutralização das línguas bantu como línguas francas de ordenamento sociocultural, linguístico e ideológico das populações na perspectiva de, entre outras, matar a tribo para fazer nascer a nação (MACARINGUE, 2017, p. 47).

Ao nosso ver, a manifestação de uma política linguística dessa, não seria totalmente clara ao gerar o sentimento do Estado-Nação através de uma língua de unidade, o português. Duvidamos que uma língua desse caráter possa contribuir no sentimento da nação de um povo com suas próprias línguas locais, ou se aquilo não seria de uma camuflagem com a intenção escondida dos colonos. E se for por outros motivos além desse, talvez daria outras ideias compreensíveis e claras, como por exemplo: é claro que as línguas autóctones moçambicanas depois da independência do país não tinham condição de serem escolhidas para assumir uma posição desta e também houve muita dificuldade em encontrar uma língua que pudesse ter esse caráter nacional na sociedade moçambicana. Por fim, levantamos a hipótese que a escolha do português permitiu evitar futuros possíveis conflitos entre os grupos culturais moçambicanos.

Por esta razão, em toda a sociedade, o uso da LP era incentivado, no meio de um contexto plurilíngue e pluricultural moçambicano, como uma ideologia mais favorável de expansão das língua e cultura europeias nas colônias e, assim, contribuir para o avanço da ideia de pertencimento em relação ao país. Entretanto, nessa ideia, para entendermos as políticas linguísticas usadas em Moçambique vale refletir a sua história e também as ideologias que estão por trás desde a sua libertação da posse do colonizador português. Nota-se que não passa de um legado português deixado aos moçambicanos quando decidiram na proclamação da sua independência que a LP passaria a ser oficial do país.

Desde muito cedo, Portugal não se desvinculou do seu objetivo nas colônias colonizadas, por isso, houve a transmissão de ideias que percebiam a política usada como algo positivo e a favor de sua colônia. Como aponta o autor:

“E, para conseguir os seus intentos, Portugal aliou-se à Igreja Católica por meio do acordo denominado Concordata assinado em 1940, o qual estipulou o uso das línguas autóctones nos cultos religiosos e, posteriormente, por volta de 1963, segundo Mazula (1995, p. 88), foi “autorizado o emprego do idioma local como instrumento de ensino da língua portuguesa” (MACARINGUE, 2017, p. 50).

O autor ainda explica que Portugal autorizou o uso das línguas autóctones moçambicanas nos seus cultos religiosos e mais tarde nos empregos, porém, de uma forma desvalorizada, ou seja, essas línguas eram usadas em poucos espaços de significação para o colonizador, um plano para conseguir expandir ou concretizar os objetivos europeus almejados. Em torno de 24 línguas autóctones vindas da população moçambicana espalharam-se por todas as províncias do país (TIMBANE, VICENTE, 2017, p. 96) e não foram valorizadas, o que significava uma camuflagem de que favoreciam essas línguas autóctones, já que o foco era de espalhar a sua língua e cultura portuguesa aos povos moçambicanos.

A intenção era formar os moçambicanos como aprendizes de baixa educação escolar (p. 51). Por isso, tentou-se disfarçar que a partir da permissão das línguas autóctones e das culturas se manifestarem no país, os moçambicanos admitem que a aprendizagem da LP fez com que a população fosse aculturada ao modelo lusófono, e não na perspectiva africana. Devido ao contexto político-ideológico moçambicano dirigido pela FRELIMO, a escolha da LP como oficial ocorreu por diversas razões:

Como se pode constatar, a escolha, não linguística, mas política, é herança de uma política linguística implementada pela própria FRELIMO durante a luta armada. Produto de um território caracterizado pela diversidade social, linguística étnica e cultural, para FRELIMO, desde cedo, adotou, no seu seio, uma política linguística de emancipação do Português como língua de comunicação tendo em vista a neutralizar divisionismos intra e interétnicos de base tribal, pois a orientação era clara: matar a tribo para fazer nascer a nação e, como tal, era necessário reproduzir semelhanças de pertencimento da mesma terra de acolhimento, já que não se lutava pela terra pré-chegada dos portugueses visto que as fronteiras foram desarticuladas pelas dinâmicas da ocupação das potências imperialistas (MACARINGUE 2017, p. 60).

Uma escolha desse tipo, sem as pessoas do setor, os linguistas ou pessoal prudente na questão da linguagem, é arriscada ao nosso ver. Não são pessoas de área, simplesmente fazia-se reprodução daquilo que se herdava dos portugueses, sem refletir tanto na cultura local e

acabou por priorizar muito a cultura europeia. Por isso, alguns líderes africanos, depois de suas independências, adotaram o português e esqueceram as suas identidades linguísticas e culturais (IE, 2018). Macaringue (2017) nos apresenta quatro razões pelas quais se adotou a LP, vejamos:

a) impossibilidade de unificar a diversidade linguístico-cultural a partir de uma língua autóctone; b) tentativa de unificar na diversidade, contornando possíveis levantamentos intra- e inter-étnicos de insubordinação e que atentassem contra a soberania e a consolidação do Estado-Nação em caso de escolha de uma língua autóctone como língua oficial; c) inexistência de línguas autóctones mais representativas à escala nacional; d) incapacidade do Estado Nacional vencer a ideologia neocolonialista. (MACARINGUE 2017, p. 61).

Vimos que essa justificativa é interessante e coerente, quando se volta para a população moçambicana, pois, mesmo sendo aplicada essa política, o povo continua manifestando as suas identidades culturais por causa de suas línguas autóctones, e a LP falada está longe da norma europeia, constatada com certas dificuldades por parte dos falantes. Então, essa política pode ser levada em consideração diante das dificuldades das línguas autóctones, e também de evitar possíveis conflitos linguísticos no caso de uma língua que pertence a um grupo assumir estatuto de unificação ou nacional. Pois, essa ideologia culmina com uma política cuja ideia central era neutralizar as influências das línguas autóctones moçambicanas e matar certas práticas do povo local. Criar uma sociedade totalmente portuguesa, foi o objetivo do colonizador português, isso é herdado por certos líderes africanos moçambicanos, e o pensamento se expandiu até às datas presentes, de acordo com Macaringue (2017). Portanto, diríamos que até então, em Moçambique, de toda forma que pode ser destacada, alguns elementos culturais deixados pelo colonizador, a LP é o que dominava a cultura escrita e é a mais prestigiada na sociedade moçambicana, porém a cultura linguística do povo moçambicano, no caso das línguas autóctones sofre de baixo prestígio em relação ao português. Entretanto, uma parte das ações realizadas em Moçambique pela sua Constituição a favor das línguas locais, são os seus reconhecimentos como línguas do país a serem usadas na sociedade, mas não no setor educacional. Por isso, apesar de português ser o mais falado, as línguas autóctones ganham uma pluralidade de usuários em muitas áreas culturais moçambicana atualmente. Conforme essa permissão no artigo 9º sobre as línguas nacionais, a Constituição (1990), descreve o seguinte: “O Estado valoriza as línguas nacionais como patrimônio cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”. Pois, essa posição a favor das línguas locais moçambicanas é uma boa ação com a ideologia africana voltada ao país.

3.2.3 São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é um país africano situado no Golfo da Guiné, na costa ocidental africana, esse arquipélago é composto por duas ilhas (São Tomé e Príncipe) e era um território não habitado até à época da chegada dos colonizadores portugueses, que deram início ao processo de colonização, por volta de 1490, depois da chegada na Guiné-Bissau. Em São Tomé (STP) são faladas quatro línguas de base portuguesa consideradas de línguas nacionais, surgidas dentro do processo de contato entre o colonizador e a população local. São as línguas: são-tome ou forro, lung'le, angolar e o kabuverdianu. De acordo com Santiago e Agostinho (2020), além do português como oficial para os nativos da Alta Guiné, o santome e angolar são autóctones em São Tomé e o lung'le, faz parte da ilha do Príncipe, e todas elas têm estatuto de língua nacional em STP.

O contexto sociolinguístico de São Tomé e Príncipe é denominado de multilíngue já que as línguas autóctones do povo são usadas ao lado da LP, se juntam e compõem o quadro linguístico deste país, um aspecto de grande complexidade e fortemente marcado por questões históricas de contato linguístico. O país tem uma riqueza de recursos naturais, culturais, étnicos e, devido a sua variedade linguística, ele é realmente conhecido pelo seu caráter plurilíngue que permite diversas línguas mantendo contato (BALDUINO, 2018).

A partir da chegada dos colonizadores, houve uma necessidade de comunicação entre povos diferentes, assim surgiu uma língua emergencial para os escravizados se comunicarem com seus donos, e essa língua se expandiu até a origem de Proto crioulo¹² no Golfo da Guiné. Conforme essa história, surgiram quatro línguas autóctones e relacionadas: santome ou forro, lung'le, angolar e fa d'Ambô (AGOSTINHO, 2015). As três primeiras dessas línguas são faladas concretamente em São Tomé (STP país todo), porém, a última na Guiné Equatorial, concretamente nas ilhas de Ano Bom e Bioko (SANTIAGO, AGOSTINHO 2020).

Durante a estadia dos portugueses na STP, eles contribuíram para a expansão do português e isso influenciou na oficialização dessa língua como oficial no país. Considerada a língua com maior porcentagem dos falantes em São Tomé e Príncipe, cerca de 98,2% dos falantes, conforme Ine (2012 apud SANTIAGO, AGOSTINHO 2020). Ao refletirmos sobre isso, significa que apesar do país ter outras línguas autóctones, a maioria das crianças têm o português como a L1/L2 e a política linguística usada favorece a LP. Portanto, não há como

¹² Proto crioulo no Golfo da Guiné é uma língua emergencial de contato entre colonos e escravos que se expandiu até originar proto crioulo (BALDUINO, 2018).

não ter essa porcentagem elevada. Reconhecemos que ambas as populações de Príncipe e de São Tomé falam um português a partir de suas variedades locais, ou seja, há interferência das suas línguas autóctones nos seus falares. Portanto, é diferente da variedade europeia considerada prestigiada e que aparece nas comunicações do estado, da administração pública e na mídia, para além de ser ensinada e exigida no sistema educacional do país. As políticas linguísticas que valorizam a variedade europeia não promovem o desenvolvimento das variedades locais do povo santomense, essa prática reforça a ideia de inferiorização de outras variedades possíveis no país.

Muito embora a LP apareça como forma de unificação e enaltecimento do Estado Santomense, no sentido de facilitar a comunicação com outros povos, essa prática contribui para a desvalorização das outras línguas locais, de maneira que toda a sociedade tenha o português como a língua alvo e de prestígio. Por isso, conforme apontam as autoras:

Só o fato de existir uma língua responsável por toda burocracia do país, amplamente usada e divulgada como língua comum, já exerce forte pressão sobre as demais línguas. Em STP, torna-se cada vez mais interessante aos falantes aprender o português, já que seu emprego se converte em melhores oportunidades de crescimento econômico e pessoal. (SANTIAGO, AGOSTINHO, 2020, p. 48).

A forma que o português vem sendo utilizado em São Tomé e Príncipe representa uma língua com status social elevado dentro da comunidade santomense, desde o período colonial. Tal prestígio encontra suas bases não só na origem colonial europeia herdada, mas também em sua longa e estável tradição escrita (BALDUINO, 2018). Indicando que a própria sociedade se sintam mais à vontade e motivada para ser cada vez mais fluente nesta língua. Devido ao avanço da LP em STP, aconteceu a reação inesperada entre os pais e os filhos em se comunicarem nas outras línguas locais e esperarem as respostas dos filhos em português, conforme apontam (SANTIAGO, AGOSTINHO, 2020, p. 50) “os locais da Ilha Príncipe contam que seus pais e avós falavam em lung’Ie, mas as crianças sofriam abusos físicos e psicológicos caso não respondessem em português”. Isso acabou levando as crianças a não se familiarizar com as línguas faladas pelos seus pais e dificilmente ficariam fluentes nas línguas, embora possam ainda ter compreensão destas línguas autóctones. Entretanto, com o tempo, essas crianças acabam perdendo totalmente a fluência nas línguas dos seus pais, principalmente quando os pais moram ou distanciam-se dos filhos, ou quando ninguém mais fala a língua local. Com relação à posição da constituição São Tomé e Príncipe, não vimos uma explicação ao fundo da sua política sobre as línguas nacionais, constatamos no seu artigo nº 31 e nº 55 desta

constituição, tratam da garantia da educação e da liberdade do ensino que o Estado disponibiliza para sua população. Só que não encontramos aprofundado a questão da língua da educação, uma política voltada às línguas locais. Ao nosso ver, de acordo com a narrativa dessa política que ali encontra, não distancia daquela que favorece a LP, por isso que, ela concede o maior privilégio dentro da sociedade desse país.

A ideia que trazemos aqui, é que os fatores sociais, entre eles, o familiar, ao lado dos fatores políticos do país, são responsáveis e responsabilizados por essa demanda da LP, visto que a sociedade tem todo poder de fazer algo na língua, imagine essas crianças ao crescerem, se vão lembrar ou ser falantes fluentes nas línguas autóctones dos seus pais e avós. Assim, o português passa a ser privilegiado cada vez mais, daí entra a ausência da cultura linguística das línguas autóctones dos seus pais (BAGNO, 2017). O exemplo dessa história é aquilo que encontramos em certas pessoas que têm capacidade de perceber a língua dos seus pais, porém não sabem responder, muito embora viviam nesse ambiente, por isso, é importante a ação da política linguística na família, porque é fácil que os filhos sigam o exemplo linguístico dos seus pais.

Além dessa motivação dos pais para com os filhos no que refere a LP, é notável que os professores familiarizados com a norma ou a variedade do português europeu tenham sido privilegiados em relação aos que se formaram a partir de outra variedade local e ainda com dificuldade de ensinar em português (SANTIAGO, AGOSTINHO, 2020). Essas variedades locais contribuem na formação de outras variedades, diferentes do padrão europeu almejado no país. Ao nosso ver, isso contraria a perspectiva linguística quando se trata da importância, não existe uma língua melhor que outra, assim também para as variedades (BAGNO, 2017).

Em consequente, Santiago e Agostinho (2020) afirmam que:

Em suma, a língua portuguesa é, inegavelmente, a língua mais falada é promovida no arquipélago, inclusive por meios oficiais. No entanto, a variedade eleita como alvo e carregada de prestígio social ainda é o português europeu, o que gera uma série de problemas, haja vista que é uma variedade distinta daquela corrente no cotidiano dos falantes. Tanto em São Tomé quanto no Príncipe emergem variedades próprias da língua portuguesa, a partir do uso e também do contato com as línguas locais. (SANTIAGO, AGOSTINHO, 2020, p. 51).

Uma cena muito interessante de se destacar dentro do português santomense, de acordo com as suas variedades, é que essas práticas são vistas como as ferramentas que colaboram para a reprodução do preconceito do português falado entre os santomenses, por conta de uma ausência de explicação sobre as variedades do português faladas no país, e a fim de valorizá-

las fazem com que continue a existir diferentes formas de falar e que entram numa disputa para elevar uma variedade a ser melhor que a outra. Por conseguinte, devia haver um esclarecimento sobre isso, pelo menos nas escolas e dentro da família ou um projeto social para conscientizar a sociedade santomense, talvez assim, diminuísse o preconceito entre as variedades. E se não existe tal explicação desses fatores condicionantes, há uma enorme dificuldade de se combater o preconceito já instalado na sociedade santomense entre os que falam a variedade do português europeu e os que falam as línguas autóctones.

Por outro lado, nós entendemos que a LP na sociedade dos PALOP tem seu lado positivo, o colonizador deixou marcas nas suas colônias e são estas que estão sendo reproduzidas, principalmente a questão da língua[gem], pela qual diferentes povos se comunicam. São Tomé e Príncipe tem mostrado uma inclinação totalmente para o português europeu e sua promoção no território em relação às suas línguas, aquelas que nascem na base do contato com o colonizador no processo de colonização, e essas línguas não ganham mais privilégios da forma que deveriam ter no ambiente familiar, bem como na sociedade inteira. Essas ausências, aos poucos, fazem morrer lentamente algumas práticas identitárias de um povo, de forma que a língua relaciona a identidade de um grupo social (RAJAGOPALAN, 2001).

Ao concluir, consideramos que esta resumida situação plurilíngue santomense dentro dos PALOP em relação às suas línguas locais, é uma política linguística que não só partiu do colonizador, mas também é combinada com a intervenção dos próprios líderes santomenses em adotar e promover o português no meio das outras. Dessa forma, as línguas autóctones santome ou forro, lung'le, angolares e o kabuverdianu, são limitadas aos seus usos, porém não dão uma contribuição muito significativa na identidade da população santomense, uma vez que os usos são restritos.

Por conta disso, resultaria na ausência de uma ecologia linguística (BAGNO, 2017) das línguas locais nos espaços educativos do país e assim também elas se ausentam no caso do emprego, a não ser o português. E ao acontecer assim, essa política acaba permitindo que os falantes acabem deixando de falar as línguas locais, e o país passa a deparar com uma falta de língua (caso da extinção). Portanto, nós particularmente diríamos que a influência que a LP tem na África, sobretudo nos PALOP, como no caso de STP, contribui, mas também, por outro lado, não permitiu o desenvolvimento endógeno das línguas locais africanas, parece um obstáculo para essas línguas são tomenses, é o que podemos perceber em STP.

3.2.4 Cabo Verde

Cabo Verde é um país formado por dez ilhas, que esteve sempre ao lado da Guiné-Bissau durante o processo da luta pela independência. Amílcar Cabral assumiu a liderança do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), junto com outros companheiros cabo-verdianos, para libertar os territórios desses dois países do regime colonial. Durante a administração colonial, Cabo Verde já utilizava a LP devido à presença dos colonos que residiam ali por muito tempo.

Quando se deu a independência de Cabo Verde, em julho de 1975, os dirigentes decidiram regular a estrutura do país. Dessa forma, a LP veio a ser considerada como oficial do país, usada nas escolas, na administração pública, na imprensa e nas publicações junto ao crioulo cabo-verdiano.

Nessa seção, o nosso estudo centraliza a ação do Estado de Cabo Verde que é definida como política *in vitro*¹³ e, ao mesmo tempo, *in vivo*¹⁴ pela emancipação da população, que é entendida neste trabalho como uma política linguística em que o Estado cabo-verdiano passa por um processo de oficializar a língua nacional como a segunda língua do país. Essa é uma política com a interferência da própria sociedade cabo-verdiana e dos falantes do cabo-verdiano que acabou de chamar atenção do Estado para que a vontade da população fosse respeitada. Pois, o cabo-verdiano possui status de língua nacional do país, falado em todo o território cabo-verdiano independentemente das variedades existentes, conforme os falantes de cada ilha, (menos Santa Luzia pois não é habitada).

Sobre a política linguística cabo-verdiana, podemos também destacar as marcas da herança portuguesa através da língua e por outras práticas culturais europeias deixadas nessa sociedade. Mesmo assim, as duas línguas: português e cabo-verdiano compartilham os mesmos espaços, dependendo das políticas linguísticas usadas pelos falantes em cada lugar. De acordo com as movimentações das duas línguas nos espaços cabo-verdianos, nós consideramos isso como uma disputa entre as duas línguas. Na descrição de Torquato (2011), o autor explica que

As interações sociais nos espaços públicos – especialmente nos órgãos oficiais prestadores de serviços, nas instâncias administrativas do Estado e das províncias, nas instituições de ensino – ocorrem predominantemente em português, mas também, por vezes, ocorrem em língua cabo-verdiana, mesmo em eventos de fala oficiais. Nestes espaços, a escrita praticamente se restringe à língua portuguesa, mesmo que em alguns

¹³ *In vivo*, é caracterizado pela ausência da intervenção do Estado, dos linguistas, autores sociais especialistas em resolução de problemas de linguagem. Isto é, são falantes que resolvem seus problemas linguísticos sem recorrer a outra política e planejamento Estado de formal oficial.

¹⁴ *In vitro*, é contrário da primeira, na qual a participação do Estado e dos atores sociais decidem ou participam direta ou indiretamente na resolução da questão da linguagem [...]. (DJAU, 2015).

órgãos (como instituições educacionais e de atendimento à saúde) possam ser encontrados cartazes fixados nas paredes escritos em cabo-verdiano; na Assembleia Nacional, as atas em que há transcrições das falas dos deputados podem ser redigidas tanto em português quanto em cabo-verdiano, dependendo das línguas usadas pelos parlamentares em suas falas nas reuniões plenárias [...] (TORQUATO, 2011, p. 154).

De maneira que a língua nacional cabo-verdiana não se ausenta de muitos espaços do país, isso pode ser levado em consideração como algo endógeno na população, o que indica afetividade com a língua e faz o povo sentir-se mais representado e conectado com o país (TORQUATO, 2011). Por isso, até nas missas, apesar de os textos serem escritos em português, há pronunciamento dos fiéis em cabo-verdiano, enquanto na relação com a escrita, nas mídias impressas, encontram-se cartazes informativos tanto em português como em cabo-verdiano.

O governo de Cabo Verde desde muito cedo já pensava na sua língua “o crioulo” atual cabo-verdiano. Essa ideia foi discutida na problemática do estudo e da sua utilização, de 9 a 14 de abril de 1979, ainda no período vigente da unidade com Guiné-Bissau (TORQUATO, 2011). O Ministro da Educação, na altura Carlos Reis, optou por inserir o cabo-verdiano como uma língua na educação levando em conta o seu avanço na sociedade cabo-verdiana. Na mesma ocasião, em defesa da sua independência e de garantir a unidade, preservar e promover a independência da nação Cabo-verdiana em sua constituição, no artigo 9º a respeito das suas línguas oficiais declara o seguinte: “É língua oficial o Português. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a LP. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las” (1991. p. 6).

Essa política linguística permite-nos perceber o desejo do povo cabo-verdiano em relação com sua língua de uma forma profunda, e isso continuou até resultar uma discussão a favor do cabo-verdiano, conforme o trecho a seguir:

No discurso do ministro, a discussão sobre a língua cabo-verdiana é inserida e circunscrita ao acontecimento cultural. Embora Reis destacou que a língua estava ligada ao ensino e considerasse que a discussão sobre a problemática do cabo-verdiano resultaria em melhorias para o ensino, o foco do seu discurso estava na interdependência entre língua e cultura. A língua é apresentada como veículo e expressão da cultura, como polo catalisador da consciência nacional, o que explicava sua utilização na mobilização das populações e nas reuniões de trabalho do Partido. (TORQUATO, 2011, p. 159).

Ao que percebemos, o discurso do ministro Reis mostra uma atenção ao cabo-verdiano a sua importância para o sistema educacional do país e da sua forma de aproximação à identidade da população cabo-verdiana, pois a política linguística usada deve partir da ideologia

local, conforme o seu discurso, de forma que a identidade cultural cabo-verdiana ocupava a primeira ideia no plano da reconstrução nacional. O enfoque sobre a língua seria decorrente da tentativa de recuperar e reforçar a herança cultural presente. Essa herança consistia no valor estético e literário da língua e na expressão linguística das vivências íntimas. A proposta é que se recupere as práticas culturais caladas pelo colonizador e se permita que a cultura escolar possa interagir com a cultura popular cabo-verdiana. Os planos já estavam na base da luta de libertação, que se apresentavam como uma forma de resistência cultural crítica, formando assim um instrumento do Estado Cabo-verdiano para a construção da unidade nacional desse povo. Se tornaria realidade pela forma de compartilhar os mesmos objetivos comuns antes da independência, precisando ter um de seu elemento cultural unificador para todos os grupos no interior da nação cabo-verdiana, devido essa intenção para o país e sua população, resultaria as ações de uma política linguística voltada ao seu crioulo falado lá, e também o mesmo poderia acontecer com a LG (na Guiné-Bissau).

Essa interação da população cabo-verdiana por meio das duas línguas faz com que as políticas linguísticas implementadas recentemente dialoguem com a presente realidade sociolinguística do país. O uso das duas línguas em alguns lugares sociais faz parecer que num momento existe a comunidade do português e, em outra ocasião, a comunidade do cabo-verdiano (crioulo cabo-verdiano). Sendo assim, consideramos pertinente a ação do Estado Cabo-verdiano no que tange ao aspecto sociolinguístico do país. Isso resultaria numa política *in vitro*, em atenção voltada para o uso da sua língua, discutida até nas sessões plenárias. Pois é uma política, nesse momento, diferente dos outros países da mesma colônia, em termos da língua.

Atualmente, Cabo Verde é uma república de regime multipartidário. No ano de 1999, a Assembleia Legislativa cabo-verdiana, em sua revisão constitucional, aproveitou para criar um estatuto para o Crioulo de Cabo Verde a fim de passar a ser entendido como a segunda língua oficial em formação, ao lado do português. Já, em 1998, foi criado o Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano, conhecido pela sigla ALUPEC (VILELA, 2017, p. 142). Pode-se notar que o processo sobre a língua cabo-verdiana é o mais avançado em relação aos outros do PALOP.

Concluimos que as políticas linguísticas usadas ou implementadas pelo colonizador português nos PALOP, tiveram seus objetivos concretizados, na qual a LP ganhou o privilégio de oficial. Dessa forma, afirmamos que entre Angola, Moçambique, São Tomé, Cabo-verde e

Guiné-Bissau, os três primeiros países têm umas políticas linguísticas de usos menos das suas línguas locais, e incentiva o desenvolvimento do uso do português nas suas sociedades.

Enquanto em Cabo-verde, há uma forte manifestação da política do uso do seu crioulo cabo-verdiano em relação à Guiné-Bissau, só que ganhou mais o seu desenvolvimento na medida que é um projeto voltado a oficialização da sua língua ao lado do português (ROSA, 2017), é claro que essa manifestação é diferente com o que acontece na Guiné-Bissau. Portanto, na Guiné-Bissau, a LG é mais considerada o seu uso no setor informal, apesar de que às vezes é usada como a segunda opção em formalidade ao lado do português e não oficial. O que leva a dizer que ela ganha a oralidade em toda a sociedade.

4. HISTÓRIA, GEOGRAFIA E A SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU

Conforme apontam Benzinho e Rosa (2015, p.12), a chegada dos portugueses no solo guineense aconteceu entre 1445 e 1446. A data mais conhecida, e mais comum na sociedade guineense, é a partir de 1446, que será explicada com detalhes na próxima seção (HAGEMEIJER, ALEXANDRE, 2012; AUGEL, 2007). Nesse período, a LP desembarcou no território levado pelo colonizador durante o movimento dita expansionista (NTCHALA CÁ, 2019). Sob uma ótica administrativa, a região de Cacheu foi fundada juntamente com Casamansa (no Senegal) que fez parte da Guiné-Bissau até 1886. As migrações internas e geográficas deste país fizeram com que o plurilinguismo aumentasse até os dias atuais, vimos o resultado de tudo isso na sociedade guineense.

A Guiné-Bissau é um país da África situado na costa ocidental do continente, no litoral do oceano Atlântico, entre dois países que sofreram a colonização francesa: o Senegal e a Guiné Conacri (países vizinhas da Guiné-Bissau). A formação do país sempre esteve influenciada por uma zona insular muito famosa: o arquipélago de Bijagós, formado por cerca de noventa ilhas, dentre as quais 17 são habitadas por um grupo étnico dessa zona.

A superfície total do território é de 36.125 km² (AUGEL, 2007, p.46). Uma divisão foi realizada para melhorar a administração do país, resultando em oito (8) regiões principais: Bafatá, Gabu, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Oio, Tombali, Quinara e um setor autônomo de Bissau. Ainda estas regiões também são divididas em 36 setores, que se agrupam em pequenas bases denominadas de seções e ramificadas em pequenas tabancas ou chamadas de aldeias (NTCHALA CÁ, 2019).

A taxa de alfabetização de todo o país é de cerca de 40%, (NTCHALA CÁ, 2019, p. 16) sendo que o abandono escolar é imensamente elevado por diferentes motivos econômicos (filhos empregados no cultivo de hortaliça, pesca e colheitas, por exemplo), causas sociais (baixo nível econômico, falta de recursos, interferência da situação política do país, falta de infraestrutura escolar) e culturais (alta taxa das meninas que não frequentam a escola, por muitas razões pessoais e familiares etc).

O mapa seguinte mostra a ocupação do espaço de cada grupo étnico que participa na formação e promoção do plurilinguismo na Guiné-Bissau. Esta é uma das características que podemos atribuir ao país devido à forma de ocupação territorial de cada um desses grupos étnicos. Ora, em qualquer que seja o território ocupado por um grupo, significa que a presença da sua língua étnica está em vantagem em relação aos outros grupos numa outra zona ocupada.

Pois, nessas zonas houve o sistema de organização de poder tradicional e administrativo que sempre está em sintonia com o poder de Estado.

FIGURA 2 - MAPA REGIONAL DA GUINÉ-BISSAU



Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Geography_of_Guinea-Bissau#/media/File:Un-guinea-bissau.png. Acesso em 17/03/2021.

É importante saber que nessas regiões do país cada grupo étnico ocupa um certo espaço, usa sua língua e sua diversidade cultural como forma de representação das suas identidades locais, entendida também como uma resistência para manter as suas realidades nas suas regiões.

Até então, não houve a afirmação de um número exato dos grupos étnicos da Guiné-Bissau. Semedo (2011, p. 111) se limita a apontar uma cifra aproximada dos grupos étnicos: “somam-se mais de vinte etnias na Guiné-Bissau. Algumas delas estão catalogadas como “beirando a extinção”, mas cada uma possui sua língua própria que exerce papel orgânico nessas sociedades. Couto e Embaló (2010, p. 46) também confirmam que na atual República da Guiné-Bissau, existem por volta de 20 línguas faladas. As línguas nativas se somam ou se sobrepõem à LG, utilizada em larga escala e transversalmente no leque de línguas nacionais. Benzinho e Rosa (2015.p.17), afirmam que existem entre 27 a 40 grupos étnicos encontrados na Guiné-Bissau de acordo com o recenseamento da população em 2009.

Para Augel (2007), apesar da Guiné-Bissau ser um território relativamente pequeno, encontram-se dezenas de grupos e subgrupos das etnias de forma heterogênea, com sua própria

realidade cultural, e línguas muito distintas umas das outras, mas também afirmou 27 grupos étnicos da linhagem da grande família linguística Níger-Congo. Scantamburlo (2013) afirma que são 30 grupos e subgrupos étnicos na Guiné-Bissau.

Pelo que entendemos, entre esses autores não houve unanimidade em todas as qualificações feitas e isso se deu devido a existência de grupos e subgrupos e, também, critérios usados que variam, por isso, não há um número exato.

Portanto, percebe-se que, na literatura, não existe um número confirmado e exato de grupos e subgrupos étnicos, apenas variações. No entanto, se levarmos em consideração os seus fatores culturais, as suas relações familiares, seus meios de produção e de existência, e suas formas de organização religiosa e dos seus poderes políticos. Apesar de outros autores pesquisados não apresentam nomes e números exatos, nós optamos confiável considerar os dados do linguístico Scantamburlo (2013) afirma que esses grupos são divididos em três maneiras, conforme grupos e subgrupos, tradição, religião e suas estruturas¹⁵. Seguem as três (3) divisões:

- a) O grupo “Paleo-Sudaneses do litoral”: Esse povo tem tradições consideradas sedentárias, por motivo de serem agricultores. Entre eles têm uma divisão de classe etárias (e longe de socioeconômicas) e não têm desenvolvido fortes estruturas políticas, todavia têm implementado o sistema regulado nos seus meios, os Balantas, que nos tempos passados eram percebidos de povos sem crenças quando se trata de religião.
- b) Paleo-Sudaneses do Grupo “Mandinga /Neo-Sudaneses do Grupo Fula”: São de religião muçulmana, considerados de nômades, praticantes da atividade de criação e pastoreio de gados. Apresentam uma divisão de classes econômicas bem organizadas. Enquanto a suas estruturas têm um poder principal da sua organização.
- c) Grupo “Crioulo”: Refere-se basicamente a aqueles grupos de pessoas que vieram do exterior do país e que conseguem manter as suas culturas e tradições. São considerados descendentes provenientes dos outros países, por exemplo os cabo-verdianos e os libaneses. São grupos de pequenos números que conseguiram participar na luta contra o colonialismo português e na formação do Estado guineense.

¹⁵ Estruturar-se trata das organizações das unidades estatais mais amplas do que a simples realidade da aldeia (um grupo de moranças ou de famílias extensas) ou até do conjunto de várias aldeias, e a decisão de reconhecer o poder de uma chefia política central, de aceitar ou de recusar religiões vindas de fora e de assimilar elementos culturais alheios Scantamburlo, (2013. p,17). Que significa ter um poder local tradicional que não é da forma de um Estado, pois, esses grupos e subgrupos estão limitados em relação ao Estado da República da Guiné-Bissau.

Os “Cristons” são aqueles que abandonaram a aldeia para viverem nas pequenas cidades ou “praças”, que eram lugares fortificados e armados, onde residia a administração colonial e o grande comércio. Eles entraram no circuito econômico em dependência do poder político europeu: não abandonaram completamente a sua própria língua, as suas próprias tradições religiosas e aceitaram alguns elementos da cultura europeia (SCANTAMBURLO, 2013, p. 18).

A seguir, encontra-se uma tabela elaborada a partir dos dados apresentados por Scantamburlo (2013). Com todos os grupos e subgrupos étnicos da Guiné-Bissau, divididos conforme suas economias, tradições religiosas e as estruturas sociais.

FIGURA 3 - TABELA DE GRUPOS E SUBGRUPOS ÉTNICOS DA GUINÉ-BISSAU

Grupos e subgrupos étnicos da Guiné-Bissau				
Divisão étnica antiguidade e local	Grupo e Subgrupos	Tradição Sedentária ou Nômada	-RTA: Religião Tradicional Africana	Estrutura Social
Paleo-Sudaneses do Litoral, mais antigos habitantes da Guiné-Bissau	-Balantas de dentro Nhacra -Balantas “de fora” -Balantas Bravos ou Cuntohe -Balantas, Nagas -Balantas Mansoancas (grandes e pequenos) -Balantas Mané	- Todos são Sedentarizados	- RTA - RTA - RTA - RTA -Islão	Todos sem Estado
	-Mancanhas (Bramas) -Pepel (Bissau) -Mandjacos		- RTA	Todos sem Estado
	- Biafadas - Bijagós - Nalus	- Todos são sedentarizados	-Islão - RTA - RTA-Islão	Todos sem Estado
	- Felupes (Djolas) - Baiotes (Djolas) - Bahuns (Djolas) - Cobianas (Djolas) - Cassangas (Djolas)	-Todos são sedentarizados	- RTA - RTA - RTA - RTA - Islão	Todos sem Estado
	- Landumas - Cocolis - Bagas	-Todos são sedentarizados	- RTA - Islão - Islão - RTA-Islão	Todos sem Estado
Paleo-Sudaneses do interior	- Padjadincas - Tandas - Oincas	-Todos são sedentarizados	- Islão - Islão -Islão-RTA	Sem Estado
Paleo-Sudaneses grupo Mandingas	- Mandingas - Saracolés - Sossos - Jacancas - Bambaras - Jaloncás - Soninkés	-Todos são sedentarizados	- Islão - Islão - Islão - Islão - Islão - RTA - Islão	Todos com estrutura vertical (Estado)
Neo-Sudaneses (Grupo Fula)	- Torancas (Fulas Toros) - Fuladjaloncás - Tuculores - Fulas Forros (Fulacundas) - Fulas Pretos	-Nômadas -Nômadas -Sedentários -Nômadas -Sedentários	- Islão - Islão - Islão - Islão - Islão	Estrutura Vertical e Camadas Sociais (Estado)
Grupos vindos ou nascidos com a colonização	- Cabo-Verdianos - Mestiços e Mulatos - Kristons - Libanés - Sirianos - Mauros - Portugueses	-Todos são sedentarizados	- Cristãos - Cristãos -RTA e Cristãos - Islão - Islão - Portugueses	

Fonte: Scantamburlo, 2013, p. 19

Como mencionado anteriormente, ao tratar de números de línguas na Guiné-Bissau, é difícil contar com precisão porque não existe um censo vindo da parte do Estado, como acontece em outros países africanos e europeus. Devido a essa ausência, originam-se inúmeros dados diferentes apresentados pelos pesquisadores conforme cada um se baseia ou procede na sua pesquisa. Têm grupos étnicos mencionados na lista acima que já têm suas línguas em extinção, por exemplo, a língua do grupo étnico dos Nalus, padjadincas é tão difícil encontrar falantes ou até não existem mais. A língua dos Sóssos também, com poucos falantes e demais outras não apresentadas.

Quando se questiona sobre os grupos étnicos no país é totalmente diferente ao associá-los com línguas, um bom número de pessoas não fala mais línguas vinculadas aos seus grupos étnicos, por isso, as línguas faladas no país são totalmente diferentes ao se referir aos grupos étnicos presentes. Refiro-me aqui, como o pesquisador proveniente do local, que não existem números exatos das línguas faladas na Guiné-Bissau, a não ser a que nós apontamos com mais destaques e presentes na sociedade, usadas e faladas pela população local, independentemente das outras línguas dos outros povos não considerados guineenses, como o árabe, o inglês e o francês e demais outros, com números não informado exatamente.

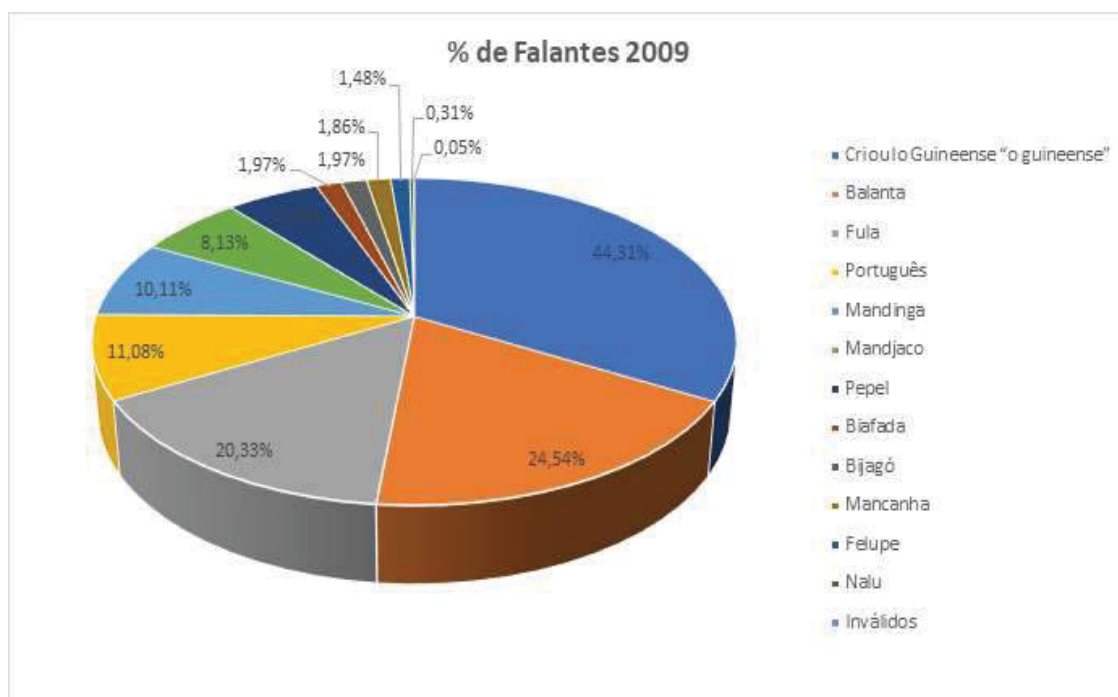
Nesse mapa linguístico guineense, iremos mostrar 12 línguas locais consideradas principais, chamadas assim porque são usadas frequentemente no território nacional, e as outras 16 que são minoritárias, algumas não estão vivas, nem têm falantes. Na lista a seguir, listamos todas elas de acordo com o recenseamento, realizado em 1979 pós-independência, devido à vontade de criação de um Estado novo e de procurar saber das línguas que restam até esta data. Luigi Scantamburlo (2013) acrescenta uma projeção das línguas em 2009.

FIGURA 4 - QUADRO DE FALANTES DAS LÍNGUAS DA GUINÉ-BISSAU

Língua	% 1979-2009	Número de Falantes	
		1979	2009
Crioulo Guineense "o guineense"	44,31%	349.638	673.880
Balanta	24,54%	193.722	373.212
Fula	20,33%	160.499	231.774
Português	11,08%	87.464	168.508
Mandinga	10,11%	79.790	153.756
Mandjaco	8,13%	64.194	123.643
Pepel	7,24%	57.202	110.108
Biafada	1,97%	15.551	29.960
Bijagó	1,97%	15.546	29.960
Mancanha	1,86%	14.682	28.287
Felupe	1,48%	11.701	22.508
Nalu	0,31%	2.491	4.715
Inválidos	0,05%	381	760
Total	133,38%	1.052.861	1.951.071

Fonte: Scantamburlo (2013, p. 28)

FIGURA 5 - GRÁFICO ORGANIZADO A PARTIR DO QUADRO DE FALANTES DAS LÍNGUAS DA GUINÉ-BISSAU



Fonte: O autor (2021).

A Figura 4 ilustra as línguas mais faladas na Guiné-Bissau, em que podemos perceber as percentagens elevadas das línguas étnicas em relação à LP. Vejamos também a posição da língua etnia *Fula* e *Balanta* bem avançadas em relação às outras, consideradas línguas com maiores grupos étnicos guineenses. Portanto, essas línguas são usadas bastante nas zonas específicas onde coabita cada grupo étnico do país. De acordo com Filomena Embaló (2008), apesar do crioulo guineense ser a língua com o maior número de falantes no país, não é a primeira língua (L1) de muitos de seus falantes.

[...] nem o português e nem o crioulo são línguas maternas da maioria dos guineenses. Com efeito, as línguas africanas (pertencendo à família das línguas Nígero-congolesas) são a primeira língua das diferentes comunidades, através das quais se transmitem os conhecimentos ancestrais, as tradições e a identidade comunitária. As línguas com um maior número de locutores são o Balanta, o Fula, o Mandinga e o Pepel, na medida em que estes povos são os mais importantes do ponto de vista numérico. As línguas africanas guineenses não estão codificadas, permanecendo orais. (p.102).

Aqui acrescentamos a essa lista mais de 16 línguas minoritárias: Bagas, Baiotes, Bambarãs, Banhuns, Cassangas, Conhagui, Coboianas (ou Coboianas), Jacancas, Jalofos (ou Wolof), Landumãs, Padjadincas (ou Badjaranca), Saracolés (ou Soninkés), Sereres (ou Nhomincas), Sossos (ou Jaloncas), Tandas, Timenés.

O que nos interessa, neste momento, é focar nas línguas faladas na Guiné-Bissau e não falar exatamente das percentagens ou números de falantes de cada língua. Embora tenha ocorrido um crescimento da percentagem de falantes de línguas mais usadas. Na pesquisa recente de Ntchala Cá (2019), o autor mostrou dados de evolução de certas línguas, como se pode perceber no censo de 2009. Ele apontou 27 línguas e só apresentou algumas de forma decrescente, o que quer dizer que aquelas com maiores números dos falantes ocupam as primeiras posições.

As etnias com maior expressão foram: a Fula (28,5%), encontrada na sua maioria no leste do país, nas regiões de Gabú e Bafatá; a Balanta (22,5%), concentrada nas regiões sul (Catió) e norte (Oio); por fim, as etnias Mandinga (14,7%), Pepel (9,1%) e Mandjaco (8,3%) no norte do país. Com expressão mais reduzida, encontramos ainda as etnias Biafada (3,5%), Mancanha (3,1%), Bijagó (que vive no Arquipélago dos Bijagós e representa 2,15% da população total), Felupe, com 1,7%, Mansoanca (1,4%) e Balanta Mane com 1%. As etnias Nalu, Saracolé e Sosso representam menos de 1% da população guineense e 2,2% declaram não pertencer a qualquer etnia (NTCHALA CÁ, 2019).

4.1 O GUINEENSE: LÍNGUA COMUM DA GUINÉ-BISSAU

4.1.1 Contatos linguísticos entre africanos e europeus no processo da colonização da Guiné-Bissau

A partir da chegada dos portugueses em solo guineense, uma relação de proximidade entre os colonizadores portugueses e os africanos na Guiné-Bissau foi estabelecida (AUGEL, 2007). Numa viagem aventureira de Nuno Tristão, a procura da nova terra aconteceu quando saiu da costa Senegalesa e chegou à terra dos pretos¹⁶. Era um momento tão feliz para o colonizador que resultou na expressão de alegria de Diogo Gomes, outro navegador, que deixou registrada uma crônica. Podemos conferir isso nos estudos de Barreto (1938), em que o navegador revela: “Eu Diogo Gomes tive muito tempo depois uma âncora que me deu de presente o rei dos pretos. E eu fui o primeiro cristão que fez paz com eles, e este rei se chamava de Nomemains e era o senhor de muitas almadias” (BARRETO, 1938, p. 38 *apud* AUGEL, 2007, p. 52).

Ao nosso ver, a língua tem uma natureza quase considerada igual à humana, de modo que ela nasce, cresce, morre e muda também de acordo com o tempo, uma natureza agente. O contato entre as línguas significa que culturas e povos diferentes interagem uns com os outros. Marco Bagno (2017, p. 58), em *O dicionário crítico de sociolinguística*, defende esse contato entre as línguas como “uma situação em que línguas diferentes são empregadas dentro de uma mesma sociedade”, podendo ocorrer mais no ambiente fronteiro entre as línguas de povos diferentes e com a questão da imigração, um dos elementos que contribui na produção de contato.

A ideia de contato de línguas teve ampla repercussão nos estudos posteriores, já que é um conceito de aparência neutra e pode se aplicar a vontade a qualquer comunidade de um grupo dos falantes em que se encontre em uso mais de uma língua ou variedade linguística. Alguns sociolinguistas têm preferido esse termo, achando adequado ao uso até para se referir ao antigo bilinguismo. Em contrapartida, o contato linguístico “é um conceito muito amplo que permite pôr em consideração os fenômenos habitualmente tratados de forma separada, mas que estão muito inter-relacionados como a padronização e a substituição linguística” (BAGNO, 2017, p. 59).

¹⁶ A expressão refere a cor da pele da população encontrada, não se trata do sentido negativo, historiador João Barreto 1938 *apud* Augel,2007, p.52

4.1.2 A Formação Histórica do Crioulo Guineense e número dos falantes que tem na atualidade

O contato entre várias línguas e seus povos, é percebido como algo comum e que faz parte da história de quase todas as comunidades linguísticas do mundo. Entendido como, mesmo ao se limitar politicamente as fronteiras nacionais e não é igual a limitação de fronteiras linguísticas (exemplo de Bissau com outros países vizinhos). Para além das fronteiras, a imigração para outros países e até outros lugares orientam uma inevitável coabitação linguística.

Na verdade, ao longo da história entre Guiné-Bissau e Portugal, percebe-se que são povos diferentes que entram em contato de uma forma direta ou indireta e depois as suas línguas virão para complementar. Por exemplo, a língua L2¹⁷ se aproxima da LE¹⁸ em termo de contato linguístico e assim sucessivamente, de modo que o português por certos grupos guineenses ainda é visto como a língua estrangeira, por isso é entendido como aquele que distância das línguas locais. Isso possibilita o contato linguístico entre os portugueses colonizadores com a população encontrada na República da Guiné-Bissau, que antigamente era chamada de Guiné Portuguesa. Os dois povos se conectam culturalmente e também linguisticamente pelos léxicos.

Quando os portugueses chegaram à Guiné-Bissau, encontraram uma sociedade pluriétnica e plurilíngue. Na tentativa de entrar em contato linguístico com a população local, os europeus optaram ignorar as línguas encontradas, pois não compreenderam o jeito de falar e os significados de certas palavras usadas pelos povos do local. Seguindo nessa ideia, pode-se perceber que houve uma política linguística que permitiria que a população da Guiné-Bissau se esforçasse para entender o colonizador e esse colonizador lhe entendesse. Nessa tentativa de comunicação de dois povos diferentes de maneira que não era corretamente de acordo com a perspectiva portuguesa se deu enquadramento naquilo que se chama do “Crioulo” a partir ideia expansionista do processo da colonização (BAGNO, 2017) que “era tratado com discriminação por parte daqueles que não o dominavam” (AUGEL, 2007, 81). Isso mudou constantemente para os guineenses até o próprio “guineense”, que é derivado da LP conjuntamente às línguas étnicas (AUGEL, 2007). Diferente do conceito da antiga palavra “crioulo” que não tem a interferência das línguas do povo local.

¹⁷ L2, essa muitas das vezes é a segunda língua de algumas pessoas que têm suas línguas maternas como as L1, nesse caso L2 seria LG, aquela falada pelos indivíduos no contexto da diversidade linguística ou uma Língua Estrangeira aprendida, caso da percepção ao português (CO, 2021).

¹⁸ LE, também se configura nesta ideia como a língua que não tem aproximação com a língua materna do falante, por isso, que a afirmação do português com estrangeira é vista por esta ocasião, apesar que na nossa percepção a língua portuguesa ela é a língua adicional na Guiné, já que o Estado a adotou e deu status de oficial no meio das outras locais não tem como se chamado ainda de estrangeira.

Com isso, no que refere a política linguística, não passa de um abandono das línguas encontradas dos nativos, ou povos da Guiné-Bissau dentro dos seus territórios, a política que é gerada pelos colonizadores portugueses quando dominavam o território.

De acordo com nosso trabalho (Ie, 2018, p. 5), essa política é entendida como uma forma de desvalorizar e não privilegiar as línguas locais, vale salientar que “a colonização criou uma política de interiorização¹⁹ e inferiorização das línguas nativas guineenses perante a sua administração”. Entretanto, nessa ideia, Calvet (1974 *apud* BAGNO, 2017, p. 160), no seu livro intitulado *Linguistique et colonialisme: Petit traité de glottophagie*, reforçou a afirmação de que o autor designou esse ato como aquele que a “imposição da língua do colonizador europeu sobre as populações colonizadas, escravizadas e exploradas tem levado ao desaparecimento de incontáveis línguas regionais”. Porém, nesse sentido não aconteceu aquilo que chamaria atenção do colonizador por parte das línguas faladas neste país, mas também por parte da população guineense. Nenhum dos grupos étnicos da Guiné-Bissau se submeteram ao abandono das suas línguas locais. O que pode ser percebido durante essa época, é que acontece a assimilação deles por se esforçarem a aprender a língua dos colonizadores e não deixar totalmente as suas línguas, havia uma resistência desses grupos étnicos da Guiné-Bissau, quando eram obrigados a pagar o imposto após a dominação de todo o território. Os papéis (um grupo étnico) recusaram o pagamento, mantendo-se conscientes de que, ao serem os donos da terra, não poderiam ser obrigados a pagar (AUGEL, 2007).

Em relação ao surgimento do português na terra guineense, já pode ser entendido como uma situação de contato linguístico entre dois povos distintos, sendo que cada um tenta entender o outro, e igualmente, que o outro lhe entenda, mas infelizmente como era uma fase embrionária de contato linguístico de dois povos e tornaria estranho entre ambos de como passar a comunicação, principalmente para um povo que se conhece pela primeira vez, era por meio de uma história parecida desta quando se trata do contato linguístico entre os portugueses e a população local guineense.

A história apontada por Namone (2014, p.28) explica que houve uma administração ilegal por parte do colonizador português, a qual favorecia Portugal no que tange à situação econômica e essa revolta deu origem ao início da luta da libertação nacional no país onde o PAIGC (Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde) liderado por Amílcar Lopes Cabral.

¹⁹ Interiorização, nesse caso as línguas que têm forte presença no interior da cidade.

Cabral foi um dirigente político e um dos cinco membros fundadores do PAIGC, que tinha como objetivo libertar a Guiné-Bissau e Cabo-Verde do jugo colonialista português, e um dos personagens principais da história da Guiné-Bissau. Mobilizou a sociedade em geral contra o jugo estrangeiro, no sentido de retornar a liderança do país para a população local. Nessa época da luta, já existiam ou circulavam várias línguas étnicas no país, como a própria LG, que já estava bem avançada devido ao uso dele com os portugueses durante a época da administração colonial.

Antes da divisão de Estado ou nação, a Guiné-Bissau e Cabo-Verde eram um povo irmão, unidos por uma justa causa de lutar a favor da liberdade na mão do colonialismo português nessa época, sob uma liderança intensa do Cabral. Segundo os relatos, nasceu em uma região de Bissau e passou a sua infância em Cabo-Verde quando a família mudou para lá. Desde esse tempo até então, se considera Cabo-Verde país irmão de Guiné-Bissau, mesmo com a administração política distinta atualmente (AUGEL, 2007), pois o crioulo cabo-verdiano e o guineense, por terem nascido no mesmo período, contribuíram para fortalecer esse laço.

Quando começou a luta armada contra os portugueses, em 23 de janeiro de 1963, todos esses grupos étnicos da Guiné-Bissau se sentiam unificados através do “Crioulo” (a LG), como afirma Scantamburlo (2013, p.118).

É verdade que etnograficamente a Guiné-Bissau é um conjunto de povos e cada um com a sua própria língua de origem, mas com a Luta de Libertação Nacional os cerca de trinta povos de Guiné começaram a sentir-se um só Povo que, por exigência de luta unitária, escolheu uma língua, o “Criol” (o guineense), a língua que nasceu com a colonização, mas que se transformou em Língua de Libertação. (Scantamburlo, L., 1981: 5).

Enquanto a autora Augel (2007) aponta que durante a luta armada, a LG conheceu grande expansão, pois as mensagens eram trocadas por meio dela entre os diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau. Por isso, a ideia de uma língua comum para o povo guineense veio de uma longa história a partir da luta da libertação e incentivado desde esse período ao final da luta armada com o colonizador até o tempo presente. Todos os grupos étnicos da Guiné-Bissau se sentiam um único povo com uma única cultura por conta da LG que tem interferência de todas as línguas dos grupos étnicos do país. Portanto, é nessa intenção que veio o conceito da língua comum entre os guineenses e além disso veio a ideia da língua nacional também do povo da Guiné-Bissau. Em um documentário preparatório do primeiro encontro dos ministros da educação dos PALOP com a intuição de valorização das línguas locais desses países, ocorrido em Bissau, Dulce Almada afirmou:

Atualmente a preocupação de grande número de africanos é a integração das suas línguas no desenvolvimento dos seus países, de modo que sejam ‘um factor que nele participe e que exprime’. Mas nem por isso deixamos de ter necessidade das línguas europeias nas relações inter-africanas, nas relações com o exterior em geral, e como meio de acesso a um certo tipo de conhecimento que as nossas línguas não escritas ainda não podem transmitir. (1978: 63 *apud* SCANTAMBURLO, 2013).

Para os guineenses, a LG, é o caminho ideal para se comunicar com qualquer indivíduo além das línguas étnicas do país. Inclusive, nas zonas libertadas pelo PAIGC, o guineense teve uma grande evolução por todo país. Ainda segundo Filomena Embaló (2008) ao relembrar “depois da independência, a utilização do crioulo guineense generalizou-se, invadindo as próprias administrações e conquistando lugares que até aí eram dominados pelo português”, como, por exemplo, na rádio, na televisão e nos jornais, isso permitiria que todos os grupos étnicos do país participassem na comunicação e tivessem uma relação recíproca enquanto dialogavam. Nesta perspectiva, a ideia de uma língua comum começou a surgir entre a população guineense a partir do envolvimento que todos têm com essa mesma língua. Nessa visão, Paulo Freire (1978, p. 15), na sua obra *Cartas à Guiné-Bissau*, descreve que

De reconstrução, digo bem, porque a Guiné-Bissau não parte do zero, mas de suas fontes culturais e históricas, de algo de bem seu, da alma mesma de seu povo, que a violência colonialista não pôde matar. De zero ela parte, com relação às condições materiais em que a deixaram os invasores quando, já derrotados política e militarmente, em uma guerra impossível, tiveram de abandoná-la definitivamente após o dia 25 de abril, com um legado de problemas e de descanso que diz bem do “esforço civilizatório” do colonialismo.

Freire aponta a construção da identidade do povo da Guiné-Bissau, salienta o elemento para a reflexão sobre o processo de enfrentamento que este povo teve defrontado à colonização. Podemos citar a LG como um dos elementos da resistência à colonização. À medida que o tempo passa, a “língua da unidade e da identidade nacional”, como nos lembra Embalo (2008), vai conquistando o lugar de privilégio na sociedade guineense como símbolo da identidade e da resistência cultural. Vale afirmar que, sem povo ou comunidade de pessoas, não existe língua que esse possa se identificar. Por isso, a língua é indissociável com a sociedade, dessa forma que é entendida, ela ultrapassa a questão da comunicação entre as pessoas. Ela ainda é apresentada como instrumento de poder na relação humana, tanto na ação cultural como na ação social, além do estabelecimento de convivência harmoniosa que ela é caracterizada.

Por conseguinte, em relação à LG, ela possui essas características perante a sua população, mesmo sendo uma língua de comunicação entre o dominador (colonizador português) e dominado (a população guineense) em geral, devido a sua forma de possuir

elementos ou estruturas necessárias para uma língua que nasceu e desenvolveu no meio do seu povo. Pois dessa forma, ao nosso ver, podemos outorgá-la como um dos principais mecanismos do berço da unidade entre vários grupos culturais que se configuram no território guineense. Uma vez que serve de língua de comunicação para esses diferentes grupos étnicos do país, conquistando uma função importante na sociedade guineense de maneira que contribui para gerar o sentimento da sua população com a nação.

Esse sentimento de pertencimento da nação guineense através de uma língua cria laços de unidade entre os diversos grupos étnicos, de forma que essa língua quebra a ruptura singular de cada um desses grupos se limitar à sua própria língua étnica. Através do uso do guineense, os falantes puderam constituir e proferir a bela frase da unidade nacional “*anós i fidjus di um mamé*”, que significa: somos filhos da mesma mãe e representa a irmandade existente entre os diversos grupos que a utilizam. Com isso, remete-nos a maneira que os valores individuais passam a ser compartilhados coletivamente em forma da unidade. A sua importância e utilização é reconhecida em todo o país, como a língua da unidade nacional, ela se configura na simbolização e representatividade do povo da Guiné-Bissau. Por diante, serão abordados alguns outros papéis desempenhados por ela.

Na Guiné-Bissau, a formação da LG não é tão diferente da formação da atual LP, a partir do século III a.C, em Portugal. O caso da Guiné-Bissau é uma história que abrange o início do processo de colonização na África, inclusive neste país. Se afirma que a LG surgiu em pleno contato do colonizador com a população local e com a estrutura não europeia que antes era vulgo de crioulo guineense ou kriol. Ao nosso ponto de vista, o crioulo guineense não se formou sozinho, e nem se formou completamente como costumam dizer através da LP nesse processo de colonização. Mas sim, há uma interferência relevante da sua formação a partir da LP no que tange um grande número do seu léxico vindo de português e a estrutura totalmente africana (COUTO, 1989). Portanto, a LP contribui na formação do guineense com alguns dos seus elementos. Acreditamos na hipótese que uma língua nasce com a graça da outra, e podemos nos deparar com isso nas línguas indo-europeias e africanas que sempre têm aquelas ramificações em que algumas línguas se seguem com as suas existências a partir das outras.

Nessa ideia, levamos em consideração aquilo que Faraco (2016, p. 14) afirma do português a partir da outra língua, conforme o trecho:

No primeiro capítulo (p. 14-225), intitulado “História”, o autor passa em revista todo o processo de formação da língua portuguesa, desde a sua diferenciação relativamente aos restantes “falares românicos” (ou seja, os múltiplos “desdobramentos históricos

do chamado latim vulgar, isto é, do conjunto de variedades de latim falado pelas populações das diferentes regiões do Império Romano”.

Conforme aponta o autor, todo esse caminho facilitou a formação da LP a partir do latim vulgar trazido por colonos romanos com influências menores de outros idiomas e com um marcado substrato céltico, as variedades. Essa formação tem uma semelhança quase idêntica com a formação do guineense que teve a interferência das línguas vindas de diferentes grupos étnicos do país e com uma boa parte também da LP durante aquele período da colonização.

Para Ntchala Cá (2019), a presença do colonizador português à Guiné-Bissau é considerada o princípio de uma relação deste povo com a LP, desde que Portugal deu início às suas ditas aventuras em outras terras. O autor salienta ainda, que esse movimento dito expansionista permitiu aos portugueses manterem contatos com realidades diversificadas no âmbito cultural e linguístico. Os portugueses, ao desembarcarem no território guineense, encontraram o povo guineense com suas próprias culturas, línguas e variedades, as línguas de diferentes grupos étnicos (autóctonos). Algumas delas ultimamente estão se extinguindo e outras não, que estão em uso até hoje e são faladas no cotidiano da população guineense e daqueles que migraram ali, exercendo grande influência sobre a LP, apesar de ser uma parte desta conforme aponta Ntchala Cá (2019).

É notável que, no primeiro momento da formação linguística, é através de muitos contatos com diferentes povos que se origina o surgimento de uma dada língua, segundo aponta Mané (2007, p. 95): “Quando falantes de línguas diferentes entram em contatos por razões de ordem social, eles têm necessidade urgente de se comunicar. Frequentemente surge uma forma de linguagem veicular, utilizada em situações restritas de comunicação, o *pidgin*. Do mesmo modo, Bagno (2017) afirma que a teoria da criouliização aponta que quando uma população que tem por necessidade o contato com gente que fala outra língua por diversa razão, por exemplo, comércio, ou no processo da escravização comum, essas pessoas passam a falar aquela língua de forma simples e rudimentar, criando esse veículo de comunicação.

Com o passar do tempo, o *pidgin* foi se reelaborando e tornou-se mais complexo, uma língua completa e que funciona em todos os aspectos. Recebe o nome do crioulo, portanto, que diríamos de acordo com a teoria clássica de criouliização: o crioulo é uma língua resultante inicialmente de um processo de pidginização, ou seja, de simplificação de uma língua que surgiu por necessidade de contato, é um código rudimentar das pessoas que falam línguas diferentes.

Para Mané (2007, p. 93-96), “É fundamental referir que na mudança de pidgin para crioulo não há alterações significativas, mas sim a existência de características de pessoas que falam língua materna,” e isso nos leva a entender que havia um processo de evolução até essa fase atual de crioulo, no caso, o guineense (Timbane; Manuel, 2018). Conhecido inicialmente por “crioulo”, designamos hoje de guineense a língua falada na Guiné-Bissau. Alguns escritores argumentaram sobre o sentido pejorativo do termo “crioulo”. Segundo a abordagem de Kihm (1991 *apud* Timbane, Manuel, 2018, p. 115), “os crioulos surgiram como consequência de um grande caos linguístico que apareceu na época da expansão ultramarina, nas condições da ausência de uma língua comum bem formada no seio de uma população forçada de comunicação”.

A ideia de Kihm (1991 *apud* Timbane, Manuel, 2018) sobre o termo “crioulo” pode interferir na desvinculação desse nome. Apesar da história nos relatar como surgiu tal termo, foi resultado de um processo de expansão, uma forma em busca da língua do dominador (o colonizador português), antes da independência da Guiné-Bissau. A presença da LP intensificou a formação da LG durante o período colonial, de maneira que os grupos étnicos guineenses precisavam de uma língua de união durante o combate ao colonialismo. Portanto, ao nosso ver, esse cenário de luta armada de duas nações (Portugal e Guiné-Bissau) participa na formação e desenvolvimento do crioulo.

No entanto, hoje em dia, o termo “crioulo” é entendido por muitos como uma ideia negativa. Por outro lado, não se pode fugir disso quando se aponta o caminho da formação do termo crioulo baseado no contexto europeu e não voltado para as línguas africanas. Por conta dessa ideia de inferiorização de uma língua, nós designamos essa intenção como uma política linguística de *pidgin* para crioulo e de crioulo para guineense quando se refere a interferência das línguas locais do país no seu uso, como no caso o multilinguismo da Guiné-Bissau. De acordo com Scantamburlo (2013, p. 50), depois da independência, o crioulo guineense passou a assumir uma outra característica muito diferente da antiga e a ser usado como uma língua veicular do povo da Guiné-Bissau.

É importante levar em consideração que antes da chegada dos navegadores portugueses na Guiné-Bissau, já existiam as línguas faladas provenientes de grupos étnicos desse país e a comunicação era feita dessa forma, sem uma língua de unificação entre esses povos. A presença do colonizador, com certeza, intensificou a necessidade de comunicação entre as etnias. Por essa ocasião, o guineense surgiu como uma língua para intermediar todos os grupos étnicos e assim também entre o povo guineense e o colonizador português. Assim diríamos que a

formação dessa língua parte de contato do colonizador português com os falantes das línguas locais do país, em que no seu primeiro momento era chamado de *pidgin* e durante a sua evolução, recebeu *status* social de uma língua nova denominada de crioulo com estrutura totalmente africana.

Por conseguinte, foi por meio do contato desses dois povos que nasceu a LG falada na Guiné-Bissau (CA, 2015). Porém, sobre o lugar exato do seu surgimento, as informações são diversas e cada autor faz uma afirmação diferente do outro. Embaló (2008, p. 102) descreve que a LG se formou

[...] entre o fim do século XVI e início do século XVII. No entanto, as opiniões divergem quanto ao local onde ele teria surgido. Para uns teria sido em Portugal com a ida de escravos negros para lá ainda no século XV. De lá teria “emigrado” para a África. Outros estudiosos defendem que o berço da língua crioula foi Cabo Verde e por fim, uma terceira corrente considera que foi na Guiné que ele se formou.

Para a autora, as opiniões surgem em diferentes sentidos enquanto ao local do qual seria o surgimento dessa LG que é falada na região do Senegal, concretamente em Casamansa, por alguns grupos dos colonizadores portugueses que se residiam nessa zona senegalesa, a forma da língua usada por eles é da base lexical portuguesa (EMBALÓ, 2008, p. 102).

Uma primeira corrente de escritores argumentam que o guineense surgiu concretamente com os africanos escravizados em Portugal, e de lá teriam voltado para África no mesmo período. Virginia Ca (2015) citou uma segunda corrente, que defende que o berço da língua crioula foi em Cabo Verde, como Naro (1978), Peck (1988) e Kihm (1994). Já uma terceira e última corrente considera que foi na Guiné que ele se formou (ROUGÉ, 1986). Próximo em certos aspectos com o crioulo cabo-verdiano), o kriol forma com este grupo crioulo da Alta Guiné, o mais antigo de línguas crioulas de base portuguesa. Pois era falado também nas regiões dos rios da Guiné, exatamente no rio de Senegal entre o século XVI.

Augel (2006, p. 70) ressalta a ideia de que, ao longo desse século, foi o primeiro momento em que os navegadores portugueses fizeram contato com as populações encontradas nesses locais, começando com os povos da Senegâmbia até os de Cabo Verde. Nessa ideia, tanto o guineense, o crioulo cabo-verdiano e também do Ziguinchor, foram se formando aos poucos com base lexical portuguesa. Augel (2006, p. 70) ainda aponta que “os linguistas definem os crioulos como um sistema linguístico em que o léxico é tomado na sua maioria de empréstimos da língua base, a língua do dominador, e as estruturas são resultantes dos substratos das línguas africanas”.

Assim, tanto os crioulos e o guineense nessa linha de colonização, cujo léxico em sua maioria veio da origem portuguesa que são designadas de outras palavras de base lexical portuguesa (CA, 2015), apresentam o seu sistema gramatical muito bem formado no que se refere ao léxico. Ora, é importante afirmar que existe uma diferença em termo da variação do guineense falado na zona urbana com expressões mais próximas da LP que o guineense da zona rural, bem como o guineense antigo com o atual.

Resumidamente, ele se formou com a influência das línguas étnicas provenientes de diferentes grupos étnicos que compõem o quadro linguístico guineense com léxico da língua do colonizador, a estrutura totalmente das línguas africanas. Por isso, é prestigiado e valorizado pelos guineenses. Faz dela aquilo que nasce em casa que pertence à comunidade e representa a identidade do povo guineense. Nesse sentido, ele é o símbolo de unidade nacional para os guineenses (AUGEL, 2007, p. 80).

A LG, em relação à sua evolução, vimos que é a língua com maior número de falantes, quer nacionais quer estrangeiros, na cidade e como nos interiores. Ela é ainda a língua veicular no meio dos grupos étnicos da Guiné-Bissau. Por isso, está sendo reclamado um estudo aprofundado dessa língua para ocupar um status social de segunda língua oficial do país e com uma permissão no sistema educacional guineense.

Nessa perspectiva, o guineense desde seu estágio inicial, representa uma importância crucial na prática social, cultural e étnica dos guineenses, visto que ele é a língua veicular e franca, falada por cerca de 90% da população guineense (CENSO, 2009) e serve como elemento congregante da diversidade linguística étnica e nacional. É através dele que os diferentes grupos étnicos que compõem a população guineense se comunicam.

Ora, o que podemos considerar de importância na afirmação do autor sobre essa língua se concentra na construção da identidade do povo da Guiné-Bissau, em que surgiu um elemento muito interessante para refletir o processo que este povo teve em confronto à colonização. Nesse sentido, a LG despontou nessa altura como um fator de resistência ao colonizador.

Conforme o passar do tempo, “o guineense” foi ganhando mais oportunidade de lugares de privilégio e considerado como símbolo de resistência cultural e da identidade nacional no meio dos guineenses (EMBALÓ, 2008; AUGEL, 2006) . Tudo isso começou e foi mais acelerado através da paixão entre a nação e conectando-lhe com a língua da unidade em que ela é manifestada em diferentes grupos étnicos e reconhecida como a língua que faz um só povo. Portanto, nessa ideia, é óbvio aceitar que a identidade do povo guineense não se distancia da LG, a conexão habitual do seu uso entre o povo e a língua parece uma marca que registra esse

povo. Como afirma Rajagopalan (2001, p. 41), “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela”. Assim acontece entre a população da Guiné-Bissau com a sua língua, o guineense.

Embaló (2008, p. 5) tem declarado uma afirmação importantíssima dessa língua dentro do ambiente guineense.

Ao servir de língua de comunicação entre os diversos grupos populacionais no processo independentista, o crioulo tornou-se num elemento congregante da diversidade étnica nacional. A utilização de uma língua comum, outra que não a do colonizador e ao mesmo tempo símbolo de resistência cultural, contribuiu, juntamente com o objetivo da luta pela libertação do jugo colonial, para a criação de uma unidade nacional.

Em todo o território do país, a LG atingiu um estatuto nacional, e após a Proclamação da Independência, desenvolveu-se como um sinal de identidade nacional entre os guineenses.

É evidente que é a língua veicular no meio dos guineenses, falada e compreendida pela maioria, por exemplo se considerarmos a realidade social dos guineenses ao aprender qualquer que seja a língua estrangeira, inglês ou francês etc. A LG se faz presente nessa interação, até aparecer como uma forma de facilitação de conteúdos entre o professor e os alunos.

É de salientar que o cálculo do número de falantes das primeiras 12 línguas da Guiné-Bissau em 2009, baseado na percentagem do Recenseamento de 1979, é um cálculo estimativo e deve ser considerado inferior à realidade no que diz respeito aos falantes do Crioulo Guineense, porque, nos últimos trinta anos, o aumento tem sido bastante elevado. Por isso o valor da percentagem do Recenseamento de 1979 (44,31%) em 2009 tem um valor superior, pelo simples facto de que o número de alunos das 1ª à 11ª classe tem vindo a aumentar constantemente e, para mais, é uma realidade experimentada por todos os professores da Guiné-Bissau que a escola é um dos maiores difusores do Crioulo Guineense (SCANTAMBURLO, 2013, p. 29).

Segundo o autor citado acima, até então aconteceram dois recenseamentos, o de 1979 prevendo uma projeção em 2009, que daria o valor de 44,31% dos falantes da LG. Por conseguinte, o segundo recenseamento de 1991 verificou que a percentagem tinha aumentado de 44% em 1979 para 51% em 1991 (BENSON, 1994, p. 162). Portanto, consideramos que de acordo com esse último recenseamento realizado de 1991, afirmamos que o guineense corresponde a 51% dos seus falantes. Em sua dissertação, Maimuna Sambu (2017, p. 9) aponta uma outra percentagem dos falantes do guineense: “atualmente, as estimativas indicam que o guineense é falado por cerca de 90,4%¹⁰ da população total do país, exibindo assim um crescimento de 20% da sua extensão em menos de duas décadas”. Essa desconfiança dos

números dos falantes do guineense tem sido afirmada devido à própria evolução da língua por toda a parte do país.

Apesar de usarmos os dados diferentes de cada autor e tempos de pesquisa distintos, acreditamos que tem aumentado bastante o número de falantes do guineense, muito embora não haja pesquisa recente nesse sentido (AUGEL, 2007, p. 84). A seguir, apresentamos alguns fatores que contribuíram nesse crescimento, nos referindo aos fatores históricos e da vida cotidiana do povo da Guiné-Bissau, tanto na cidade como fora dela.

4.2 AS CARACTERÍSTICAS MAIS MARCANTES E O PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO DA POPULAÇÃO URBANA JOVEM

Para Djau (2015, p. 113), “a situação sociolinguística, cultural e étnica da Guiné-Bissau envolve pessoas e grupos falantes divergentes entre si que buscam afirmação de suas identidades particulares e ao mesmo tempo se encontram engajados numa mesma luta”. A aceleração do guineense em muitos aspectos sociais reforçou essa ideia de pertencimento da nação em todo o território nacional.

Antigamente, nos meios rurais, as línguas étnicas ganharam muita força. O guineense não era usado por muitas pessoas, era para aqueles que passavam seus tempos longe da cidade, nas regiões do país com a predominância de línguas étnicas. O que ficou claro, é que esse seu uso acontece mais somente na cidade de Bissau ao lado do português que se encontra no ensino. O ensino de português neste país é feito de maneira expositiva, com foco na gramática normativa. Na maioria dos momentos escolares, essa forma é adotada como único caminho para aprender e falar a LP.. Essa realidade acontece também com a LG. Muitos saem do interior com dificuldade de falar em guineense, mas devido à interação na cidade, onde a maioria fala guineense, eles acabam melhorando bastante. O mesmo acontece comigo: minha primeira língua (L1) é a minha língua étnica *pepel*. Depois passei por um período de interação com pessoas, que às vezes chegavam à cidade de Ondame, a 60 Km de Bissau, para visitar suas famílias, de modo que estávamos sempre juntos falando em guineense. Essa interação permitiu que eu desenvolvesse a minha competência comunicativa nessa língua.

Vários autores têm se debruçado sobre estudar a LG, como Scantamburlo (2013), Ntchala Cá (2019), Augel (2007), Embaló (2008), entre outros. Na visão deles, há uma relação da identidade africana com a língua. Assim, a LG tem sido uma língua mais frequente na cidade entre a camada mais jovem porque inúmeras vezes os mais velhos usam suas línguas étnicas para interagir com os outros.

Entretanto, o notável crescimento da população nos centros urbanos, onde o guineense é mais usado que quaisquer outras línguas, se soma aos demais fatores que justificam o aumento de falantes do guineense, que passou a assumir uma função importantíssima dentro da sociedade guineense, desde a época da luta armada, como aponta Scantamburlo (2013, p. 23).

Segundo Augel (2007), “a língua guineense conheceu grande expansão durante a luta da libertação, nas quais as mensagens de grandes revolucionários eram transmitidas nela” e tem evoluído bastante após a proclamação da independência do país em quatro fatores principais desta difusão. A aceleração no uso do guineense foi motivada pelos seguintes elementos: a urbanização cada vez mais maciça, a democratização política, a “guerra civil de 7 de junho de 1998” e o papel das rádios (SCANTAMBURLO, 2013, p. 52).

Através da urbanização, a capital Bissau, conhecida como maior centro de afirmação do guineense e é lá que se encontra mais o uso dessa língua, um ponto de convergência da liberação do poder econômica, comércio dos produtos de primeira necessidade, um lugar em que todos, inclusive dos interiores querem chegar para a melhoria de condição de vida e em detrimento de tudo isso, a comunicação em guineense é tão fundamental em todas essas viragens. Esta e demais outras intenções têm contribuído muito para a afirmação do guineense no país, como apontaram Couto e Embaló (2010 *apud* Scantamburlo, 2013, p. 53).

Nas cidades, a língua que se ouve nas ruas é quase sempre o guineense. Em casa também só se fala crioulo, com poucas exceções [...]. No pátio das escolas, no mercado, nos “night clubs”, nos estádios de futebol... só se fala crioulo [...].

No que se refere à Democracia Política, podemos considerar que nos anos 90, na Guiné-Bissau frente a uma manifestação política, foram criados movimentos e partidos com o intuito de ingerir uma democracia no solo guineense, abandonar aquele regime único no poder há muito tempo. As primeiras eleições realizadas em 1994 e a criação da Assembleia Nacional Popular (ANP) com 100 deputados e representantes de cada uma das 8 regiões do país optaram que seria tão interessante usar o crioulo guineense para melhor facilitar na argumentação e transmitir a mensagem com eficácia, para compreensão da própria população e de certos deputados que estavam com dificuldades em usar a LP.

Como descreveram Couto e Embaló: “No parlamento, a língua mais usada é o crioulo, mesmo porque há deputados que não conhecem o português ou que não têm domínio ativo nem mesmo do crioulo.” (2010, p. 50). Em caso de alguns deles tem a ver com pouco grau de escolaridade e dificuldades de argumentar em português, por isso, o guineense é aceitável para permitir todos eles expressarem livremente.

Ao me referir a guerra civil de 7 de junho de 1998, como cidadão proveniente dessa realidade, o acontecimento de 7 de junho em Bissau contribuiu muito para a expansão do guineense em muitas aldeias, chamadas tabancas, do país. As duas rádios da cidade ficaram em lados opostos diante dos dois movimentos que originaram essa guerra, Rádio Bombolom que torceu a favor dos militares relevantes do antigo general Ansumane Mané e a Rádio Nacional em favor do governo legítimo liderado por João Bernardo Nino Vieira, as populações que se refugiaram fora de cidade conseguiram acompanhar as notícias graças a essas Rádios em LG

Hoje em dia, com o crioulo podemos nos fazer entender em qualquer tabanca do interior. Enfim, praticamente todo guineense tem pelo menos um domínio passivo dele. Como é voz corrente na Guiné-Bissau, o crioulo não é língua de ninguém (de nenhuma etnia), portanto nenhuma delas vê nele uma língua estranha. A isso poderíamos inverter a formulação, dizendo que o crioulo é a única língua de todos os guineenses. (COUTO, E EMBALÓ 2010, p.50).

Quanto ao papel das rádios comunitárias no país, é notado que na Guiné-Bissau a iniciativa de uma rádio comunitária surgiu a partir do início do século XXI, por meio de uma ONG (Organização Não Governamental). Essa ONG entendeu que seria necessário que houvesse ou existissem rádios comunitárias nas regiões com a intenção de sensibilizar a população distante da capital Bissau. Ora, em seus programas, apesar da presença das línguas étnicas, o guineense é predominante em todas as vertentes. Através dessa ação, o guineense se expandiu ainda mais nas aldeias, a presença das rádios nos exteriores participa diretamente no avanço da LG nessas regiões. São 21 rádios comunitárias fora da capital Por isso, atualmente o guineense é a língua materna de muitas crianças nessas zonas.

Dessa forma, o impacto do uso do guineense é muito positivo com o uso dos celulares, as notícias transmitidas e repetidas instantaneamente pelas várias rádios e sobretudo as mensagens são escritas e lidas em LGs. Couto e Embaló (2010, p. 49) explicam que

Nos programas radiofónicos, seja a nível da estação oficial (Rádio Difusão Nacional) ou das rádios privadas (Pindjiguiti, Bombolom) ou comunitárias, que têm proliferado pelo país nestes últimos anos, a presença do crioulo é preponderante, o que levou a Assembleia Nacional Popular a impor, em 2007, uma quota de 50% entre o crioulo e o português nas emissões da rádio.

O papel do guineense nas instituições públicas do país, e mesmo na sociedade em geral, é uma questão da identidade local do povo guineense, na qual, para atingir o seu interlocutor guineense em diálogo seria necessário que houvesse a comunicação de forma endolingué²⁰

²⁰ Endolingué, trata da comunicação dentro da mesma língua.

porque a própria comunicação guineense tem uma parte exolingue²¹ devido aos grupos étnicos que compõem esse quadro linguístico do país. Portanto, entende-se o apoio dos deputados para ajudar nos programas de rádios a levar suas mensagens para toda sociedade guineense.

Vimos também que a escola é um dos fatores desse aumento de número dos falantes da LG (Scantamburlo, 2013), principalmente a população jovem, de maneira que os alunos que pertencem diferentes grupos étnicos são de usar a esse guineense como a língua de interação, a mais próxima da estrutura gramatical das línguas africanas. Também acrescentamos o caso familiar, quando os pais da criança são de grupos étnicos diferentes e, conseqüentemente, os filhos serão mais fluentes e usuários da LG.

As razões certas do fenómeno não são conhecidas, mas provavelmente estão ligadas à emigração rural-urbana e ao aumento da mobilidade na Guiné-Bissau. Um dos resultados é o casamento mais frequente entre os grupos étnicos. Se os pais de grupos étnicos diferentes tiverem o Crioulo como língua comum, o Crioulo será a língua materna ou a língua principal dos filhos... Também é possível o caso de muitos estudantes de língua materna indígena serem obrigados a utilizar o Crioulo como língua principal na comunicação com os colegas (BENSON, 1994, p. 164).

E ao concluir, queremos destacar a percentagem desse aumento do guineense pelo acréscimo da aglomeração de zonas urbanizadas do país, nesse caso referimo-nos os comerciantes dos países vizinhos como Senegal, Mauritânia, Gâmbia, Guiné-Conacri e Nigéria etc. todos eles e demais que se residem na Guiné-Bissau são obrigados de aprender falar o guineense para manter as suas interações com população local.

4.3 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA GUINÉ-BISSAU: A PRESENÇA E AUSÊNCIA DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS APLICADAS AO ÂMBITO EDUCATIVO NO PAÍS

A concepção do conceito de políticas linguísticas é explicada de muitas formas e de várias maneiras, só que antes de entrarmos no seu desenvolvimento, vamos pensar no sentido da palavra política e de como ela é aplicada. Desde muito cedo, a intuição que temos a respeito dessa palavra não passa daquilo que vem à mente de muitas pessoas como algo que se relaciona com grupos sociais que integram um país, uma organização que tem a ver com a estruturação, ou uma bússola que direciona, administra uma nação ou Estado, ela é considerada como uma força maior que lidera esse Estado com o propósito de controlar tudo que faz parte desse

²¹ Exolingue, quando dois falantes de línguas diferentes comunicam através da 3ª língua. Abordado por Francisco Calvo Del Olmo e Pierre Escudé, 2019.

território. Nesse caso, ela participa na discussão de várias leis, assuntos internos e externos voltados a sua população de modo a garantir uma sociedade agradável para todos.

Quando se trata da política da língua ou linguagem, é uma ideia que tem a ver com a participação também dos linguistas na sua implementação sobre qual ou quais línguas devem contemplar uma oportunidade de ser eficaz para a sociedade. Lagares, (2018) pensa a linguagem, enquanto a sua execução pelos os falantes, é o trabalho que deve inserir o pessoal da área. Por essa demanda da própria sociedade, os linguistas ajudam na criação de uma política, na qual a população ou os falantes podem se sentir identificados e representados. Dessa forma, o Estado sozinho tomar a decisão sobre uma língua sem a participação dos linguistas não é aconselhável, tem a probabilidade de não acontecer coisas corretas ou andar como devem ser. Porque são esses linguistas que pesquisam o campo e sabem como trabalhar a língua escolhida e sua importância quando a população encontra interesse para se comunicar e trocar a mensagem de forma desejável e agradável, o que facilita a transmissão da mensagem.

Como têm afirmado Olmo e Escudé (2019, p. 57), “na comunicação tem que ter sempre uma ferramenta denominada de intencionalidade”. Qualquer que seja a sociedade precisa de tal ferramenta para poder prosseguir com a sua comunicação, de vez em quando os falantes manifestam interesse de participar na comunicação, usando qualquer língua para interagir com outros no mesmo território e também fora dele.

Do ponto de vista dos participantes na comunicação, “essa concepção da interação como forma de ação conjunta suscita a questão dos processos que regulamentam e articulam as trocas recíprocas” (GRICE, 1979 *apud* OLMO, ESCUDÉ, 2019, p. 57). Além disso, uma língua que tem sido interesse do Estado também ganha a confiança da população e é compartilhada por todos eles de uma forma norteada pelo princípio de Estado.

Em todas as formas, as atividades humanas são manifestadas em uma sociedade e ocorrem por meio de uma certa ou demais línguas, quer de maneira verbal e/ou não verbal, através de uma política que envolve a opção por uma forma de se comunicar, e essa prática permite que as pessoas interagem consigo mesmas e com as outras, constituindo um sujeito social. Nessas interações estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos por serem uma ação social, que aplica uma prática de linguagem, na qual o sujeito está inserido. A linguagem, apesar de ser um assunto de muitas discussões, exige normas que regem seu uso (CAMERON, 1995 *apud* LAGARES, 2018) e essas normas não estão fora da competência humana.

Como tínhamos afirmado que a linguagem é uma questão de muitas polêmicas, sobretudo no que trata o seu estatuto social, é necessária a existência de princípios que norteiam certas regras quanto ao seu uso, trata-se de políticas linguísticas voltadas às línguas de um território, a fim de promovê-las. Mas, ao contrário, adotar a língua do colonizador, como aconteceu nos territórios africanos, não limita de prestigiar essa língua, mas também em outro sentido, essa estratégia é entendida como uma política de dominação que aos poucos, além do seu território, impede aceleração ou o avanço das línguas locais africanas a serem desenvolvidas, como tem acontecido em alguns países africanos.

Se notarmos bem, os colonizadores tanto portugueses, franceses e ingleses faziam do continente africano suas propriedades, sobretudo os portugueses que implantaram em suas colônias um projeto unitário de língua, o qual facilitaria na comunicação e com isso usaram a estratégia de aplicá-lo nesses países africanos. Hoje em dia, temos esses termos vindo desses países denominados lusófonos, francófonos e anglófonos, entre outros, que passam de fundamentos desses colonizadores sobre a África, e fazem presentes suas políticas e ideologias nos espaços africanos, principalmente através das suas línguas. Devido ao uso dessa política, as línguas europeias foram elevadas à categoria de oficiais, como é o caso do português, do francês e do inglês na África. Podemos destacar a presença de uma visão tecnocrática entre os governantes juntos aos linguistas (LAGARES, 2018).

Portanto, nessa perspectiva, a política linguística é definida como uma intervenção feita pelos sociolinguistas. Tudo indica que a questão da linguagem emerge a questão do poder, uma disputa que culmina com o interesse de cada grupo social, indivíduo, potência ou nação de impor uma língua em um grau de superioridade, como por exemplo no caso das línguas portuguesa, francesa e inglesa, nos dias atuais no mercado de trabalho (comércio e diplomacia). Houve uma demanda enorme dos interesses das pessoas serem fluentes nas línguas consideradas prestigiadas, pois desvalorizou-se as línguas minoritárias e línguas provenientes de grupos menos poderosos. Na verdade, entendemos esse ato como uma questão de poder que cada grupo impõe sobre outro.

Para Lagares (2018), o pensamento glotopolítico propõe um programa de pesquisa com a intuição de identificar formas de combater ou lutar contra aquela dominação linguística de uma língua sobre outra, o que quer dizer que não seria mais aceitável ou permitido o uso de uma língua para inferiorizar as outras, atribuí-la um status de privilégio em relação às outras. Para o que nós entendemos na linguística, não existe a imposição de uma língua sobre outra, por isso que ultimamente não houve essa manifestação de declinação dos linguistas sobre

privilegiar uma língua em relação às outras. Na fala de Oliveira (2007, p. 91 *apud* Lagares, 2018, p. 41-42), ele aborda uma outra visão da política linguística.

A política linguística é a tentativa de estruturar os estudos linguísticos desde a perspectiva das lutas políticas dos falantes, das comunidades linguísticas em suas lutas históricas: as lutas tanto dos indígenas como dos imigrantes para a manutenção das suas línguas, a luta dos excluídos da cidadania pela desqualificação dos falantes, a luta dos falantes para desenvolver novos usos para suas línguas. Ao linguista cabe identificar essas comunidades linguísticas, cada uma delas com sua história e estratégias políticas, e se aliar a elas, construir com elas, em parceria, as novas teorias que darão o tom no século XXI.

Isso quer dizer que houve uma necessidade de que uma ou mais línguas fossem priorizadas por um certo grupo social para ajudar a levar àquele nível desejado da comunicação. Como sabemos, no cenário da comunicação, ela não acontece sozinha, sempre surgem os interlocutores que compartilham ideias, opiniões, desejos e planos etc. Como todas essas e demais outras que são necessárias para uma boa comunicação, é aconselhável escolher ou definir uma política de uma ou mais línguas em cada espaço. Sendo assim, quando definirmos a língua pela qual se facilita a comunicação que almejamos ou que seja presente na nossa sociedade, já é uma política da linguagem que estamos construindo.

O ramo da política linguística, como o próprio nome diz, está acompanhado do planejamento linguístico que se entende como parte da política linguística, é como algo inseparável, porque não adianta escolher ou considerar uma língua em vantagem sem estruturá-la. É como se fosse iniciar a construção de uma casa sem os materiais necessários, tudo parece desorganizado, cada parte fica diferente da falta da outra, e precisam de uma colaboração para se complementarem. Assim também é a política linguística, que exige um planejamento para melhor funcionamento da língua adotada. Portanto, nessa discussão vamos apontar ideias de como é definida essa política linguística proposta, partindo de várias perspectivas.

O termo Políticas Linguísticas é apresentado através de inúmeras expressões linguísticas dependendo do país. Dessa forma, ele é usado de acordo com a percepção de cada um desses povos. Nos países da língua inglesa se diz *language policy*; em países germanófonos, o termo é *sprachpolitik* e nos francófonos, diz-se *politique linguistique* (COUTO, 2010). Falar da linguagem é uma questão de interesse de muitos e tema de muitas discussões e polêmicas. Dessa forma, vale a pena normatizar ou sistematizá-la para que os indivíduos desfrutem dela de forma confortável, isto é, uma política linguística voltada a linguagem para seus falantes. Para Lagares (2018, p. 20), essa política linguística é entendida como aquilo que “poderemos

registrar certas mudanças no tratamento da questão política da linguagem, desde uma posição tecnocrática limitada ao planejamento por parte do Estado”.

Nesse sentido, o Estado seria um promotor de todo poder e ideologias de tomar qualquer que seja a decisão em declaração de posições de suas línguas, uma posição voltada com as políticas linguísticas pensadas para a sua comunidade de falantes. Isso indica que a presença do Estado em uma decisão dessa tem peso em relação a uma pessoa particular, de modo que gera os mecanismos ou condições para equipar língua(s) favorecida(s) junto aos seus planejamentos, que são formas adequadas de trabalhar a língua para cumprir demandas na sociedade, seus status (que significa trabalhar as funções de línguas e definir a posição de cada uma, caso for no contexto plurilíngue). Quanto ao corpus, é atuar na forma de código linguístico.

A ideia central desse planejamento linguístico incide exatamente no corpus de uma língua, isto é, na elaboração de forma escrita ou gráfica dessa língua, sua estrutura gramatical e sem esquecer de seus léxicos. E por fim, essas intervenções linguísticas são de decisão e autorização do Estado, responsabilizando aos linguistas. Entretanto, seria necessário, para uma língua assumir uma posição social de um país, pensar o seu planejamento, pois esse planejamento é definido como uma forma “de influir no futuro das línguas, sem que se pretenda” (LAGARES, 2018, p. 21), considerado o nível de planejamento do Estado nacional a serviço da sociedade e dos seus falantes.

O planejamento linguístico e os problemas linguísticos são duas questões meramente ideológicas que surgiram no meio dos linguistas. Essas duas tendências estão motivadas pelas iniciativas políticas, conforme aponta Couto (2010). Ainda, de acordo com o autor, “nos países socialistas ao contrário, reconhece abertamente que tudo na vida em sociedade está em volta de uma política e ideologia” (COUTO, 2010, p. 47). Até mesmo a recusa em aceitar que a questão linguística, sobretudo, nos países onde impera o multilinguismo, é uma questão política ideológica. Isso indica que a posição do Estado em uma situação como essa deve ser de cautela com o funcionamento das línguas no seu território, ao criar uma política linguística que vai em torno de favorecer o funcionamento de várias línguas que se agrupam nesse espaço, e se não houver uma atenção para esta questão pode-se produzir o aniquilamento de certas línguas em defesa de outras, como já tinha acontecido com os africanos e os europeus no processo da colonização (IE, 2018).

Lembrando que durante o período colonial não somente que o colonizador não olhava tanto em interesse das línguas encontradas nos territórios ocupados, como por exemplo na Guiné-Bissau, mas também ele contribuiria na resolução de um futuro problema linguístico que

poderia aparecer no meio das suas diversidades linguísticas. Sendo assim, concorda-se com Bagno (2017, p. 242):

Na porção subsaariana do continente africano, as línguas que se oficializaram após a independência foram as do antigo colonizador: francês, inglês, e português, além do caso único do espanhol na Guiné Equatorial. A decisão de oficializar as línguas coloniais tem sido justificada como uma política linguística que visa não acirrar os conflitos entre as muitas etnias que convivem, nem sempre pacificamente, no interior de cada Estado.

De certa forma, oficializar a língua do colonialista ajudaria bastante no sentido de afastamento de conflito linguístico que poderia surgir num país multilíngue, sendo uma política usada para não favorecer o continente africano nessa época colonial, quando não permite que essas línguas africanas passassem a ter status social como suas línguas impostas no meio dos africanos. Mesmo com o uso de uma política de dominação aplicada contra as línguas africanas, não impediu que elas permanecessem em suas sociedades.

Segundo o linguista Couto (2010, p. 48), política linguística é a parte integrante da política mais abrangente praticada por determinado país, portanto, está em sintonia com ela. Enquanto para o autor russo (NIKOL'SKIJ, 1975, p. 318 *apud* COUTO, p. 48), uma política linguística “é o conjunto de medidas que se tomam a fim de direcionar o processo linguístico e que são implementadas pela sociedade ou Estado, ou seja, por um grupo dominante”, pois é a forma consciente e de intervenção da sociedade no aspecto da linguagem que, no entanto, está acompanhada de um planejamento linguístico de língua ou línguas consideradas suas funções na sociedade.

Assim, as políticas linguísticas são estratégias de intervenção relacionadas às questões linguísticas de determinado país. De acordo com Oliveira (2016, p. 1), “são uma área das políticas públicas, concebidas e executadas por instituições que têm ingerência na sociedade, como os Estados, os governos, as igrejas, as empresas, as ONGs e associações, e até as famílias”. Isto é, a maior parte das políticas linguísticas é atribuída a instituições e recebem nomes diferentes quando inseridas dentro das outras políticas, assim também quanto a intervenção familiar, acontece quando os pais desejam que o uso de uma certa língua seja permitido dentro da sua família partindo da ideologia particular de cada família. Nesse caso, nem precisa ser uma política que culmine com algo do tipo oficial e mais padronizada como pode ser percebido.

Segundo Garcez e Schulz (2016, p. 1), “muita gente que ouve a expressão ‘políticas linguísticas’ pela primeira vez pensa em algo solene, formal, oficial, em leis e portarias, em autoridades oficiais, e pode ficar se perguntando o que seriam leis sobre línguas”. No entanto, as políticas linguísticas não se restringem a leis, elas podem partir de uma iniciativa pessoal ou de certo grupo de pessoas. Spolsky (2016, p. 33) as define como “fenômenos sociais, dependentes de comportamentos consensuais e das crenças de indivíduos pertencentes a uma comunidade de fala”. A decisão de uso de uma determinada língua requer planejamento e recai em questões políticas, de economia e poder. Neste sentido, as políticas linguísticas andam em conjunto com o planejamento linguístico. Como aponta Oliveira et al. (2004, p. 38) “É o conjunto de decisões que um grupo de poder, sobretudo um Estado, (mas também uma igreja ou outro tipo de instituições de poder menos totalizantes) toma sobre o lugar e a forma das línguas na sociedade e a implementação destas decisões”.

Severo (2013), por sua vez, aponta que há duas vertentes políticas em questão, uma mais voltada às práticas oficiais e outra que considera as práticas locais e ideologias dos sujeitos. Sobre a segunda vertente, Spolsky (2016) as denomina em três dimensões como gestão, práticas e crenças linguísticas, fatores imprescindíveis para as políticas linguísticas.

Na política linguística, além do planejamento linguístico no qual está inserida, para equipar a língua de decisão ou aquela língua escolhida para um status social, também vem a questão de política em gestão que sempre é interessante nos países plurilíngues, conforme descreve Calvet (2002). Nessa abordagem, Calvet distingue duas formas distintas para esse contexto plurilíngue: caso *in vivo* e *in vitro*.

A primeira forma, *in vivo*, tem a ver com a ausência de intervenção de Estado, linguistas/técnicos preparados para a resolução de problemas de comunicação. Pois acontece por meio dos falantes ou da comunidade que resolvem seus problemas de linguagem sem a participação do Estado no seu dia a dia. Enquanto que a segunda forma, a *in vitro*, está mais voltada com a intervenção normativa do Estado de forma direta e indireta e das demais pessoas que trabalham a questão da linguagem usada pelos seus falantes.

Ao nosso olhar, as duas formas de intervenção linguística, sempre estão presentes em nossas sociedades, o que significa que a comunicação verbal se depara com certas normas de atuação da linguagem que pode envolver a autoridade máxima e assim também como a sua ausência onde a própria população maneja a língua, então a política linguística sempre traz elementos anexados com ela, no sentido de organizar e sistematizar a questão da linguagem tanto no ambiente monolíngue e assim no ambiente multilíngue.

Em contexto histórico, a política linguística, sendo uma área da sociolinguística iniciou entre anos de 1950 e 1960 (CALVET, 2017) como um produto da intervenção dos linguistas enquanto técnicos nos processos da constituição das novas nações, sobretudo na África e Ásia após a Segunda Guerra Mundial, no processo de colonização e descolonização. As novas nações plurilíngues, que se manifestaram nesse período, eram percebidas como um problema, pois, de acordo com o Estado, as nações deveriam seguir o modelo europeu, de uma única língua, assumindo uma ideologia profundamente monolíngue.

Esta era a intenção do Ocidente, homogeneizar as línguas encontradas em nações colonizadas, uma questão política que era tão forte na época. Para Monteagudo (2012) esta ideia é de implementar um sistema único de língua e a manter controlada pelas suas ideologias. Conforme apresenta o trecho:

Num sentido em certa maneira análogo ao dito, o monolinguismo pode se estudar no plano individual e no plano social. Uma sociedade, comunidade ou país monolíngue é aquele em que só uma língua é conhecida e usada pela generalidade dos seus membros. Ora, o que queremos mostrar aqui é que o monolinguismo social, longe de ser um fenômeno espontâneo, pode ser (e frequentemente é) o resultado de uma série de operações glotopolíticas, mais ou menos deliberadas, de homogeneização de populações falantes de várias línguas, um resultado que, aliás, é mantido artificialmente pelos estados mediante políticas de exclusão de línguas outras que a 'oficialmente' reconhecida (MONTEAGUDO, 2012, p.45).

O que nós podemos encontrar ou perceber das novas nações colonizadas, principalmente as africanas, é uma complexidade linguística em seus territórios, que resultaria em uma sociedade plurilíngue ou multilíngue, e não seria nada fácil para as sociedades africanas adotar o sistema monolíngue, como era pensado pelas elites ocidentais. Por isso, surgiram muitas polêmicas a respeito da sua implementação, como o caso da Guiné-Bissau, queriam que o país fosse monolíngue e manifestando a sua identidade linguística através da LP, porém não levaram em consideração a existência das outras línguas faladas pela população local.

É claro que a existência de muitas línguas nessas novas nações era vista como um problema que necessitava de uma resolução. Isso levou algumas línguas à categoria de oficiais e nacionais e nessa ideia havia a necessidade de decidir quais línguas deveriam assumir esse papel político no novo Estado. Para Lagares (2018, p. 21), essa ideia é uma visão tecnocrática que partiu de um problema linguístico, pois a política linguística nessa perspectiva, é como uma intervenção especializada feita por meio de uma sociolinguística interdisciplinar para resolver os problemas linguísticos das novas nações.

Entretanto, em relação a ideia tecnocrática, está ligada a questão de planejamento linguístico que normalmente qualquer que seja a língua precisa disso e acontece de duas formas distintas: a) relação a corpus- trata de formar a língua equipá-la, padronizar seu vocabulário, sua ortografia e sua gramática no sentido de ela cumprir a nova função social. b) aos status- é só a ideia de reconhecimento e a sua função social que pode ser cumprida nessa nova sociedade. Dessa forma, o autor caracteriza uma política linguística no seu nível macro no que refere a língua enquanto objeto social percebido pela comunidade onde é praticada.

4.3.1 Política Linguística na Guiné-Bissau

Nossa intenção aqui é analisar a política linguística na Guiné-Bissau no âmbito do sistema educacional. Com uma situação linguística tão complexa, não é nada fácil que exista uma política linguística entre as suas línguas, tanto no âmbito educativo como fora dele. Por exemplo: a escolha da LP na Guiné-Bissau para o ensino em vez de outras é uma política, assim também o uso do guineense e não das outras é também uma política do caso implícito partindo dos falantes, sem nenhum documento comprobatório dessa legalidade. Uma iniciativa do povo guineense que é reforçada cada vez mais com a nova geração, no sentido de promover essa língua, ainda que não houve o envolvimento do Estado da Guiné-Bissau ativo como deveria ser com suas línguas faladas no país. E principalmente uma política pensada para a LG.

A população faz crescer o uso e o valor do guineense mesmo sem algo pronunciado pelo Estado. Muitas das vezes entendemos que a decisão de uso de uma língua cabe somente aos governantes, ao Estado, às organizações e instituições, no entanto, essas entidades sociais nem sequer têm percebido algo sobre a questão da linguagem e esquecemos que a própria sociedade comunitária deve fazer parte dessa decisão.

Os agentes que tomam decisões sobre as línguas devem saber que os usuários precisam participar das discussões e de sua própria implementação, considerando que os debates sobre línguas fazem parte de confrontos em que interagem questões concernentes às relações entre identidades sociais e práticas da linguagem. Os usuários também deveriam ter elementos para elaborar suas representações de linguagem, com o fim de abalar certezas demasiado cômodas e suscetíveis de bloquear o debate. (GUESPIN, MARCELLESI, 1986:6 *apud* LAGARES, 2018, p. 33).

Pode-se comparar essa citação com a evolução da LG. Desde muito tempo a sociedade inteira tem percebido o avanço dessa língua e em muitas ocasiões é chamada de língua que liga os diferentes povos deste país, ou aquela língua pela qual expressamos a nossa identidade cultural coletivamente, mas nunca teve uma política oficialmente voltada à ela, tudo que

ouvimos dela fica na oralidade e acredita-se que mesmo que venha a acontecer uma política bem decisiva voltada ao guineense, os usuários estariam longe de opinar e os próprios linguistas guineenses talvez estariam ausentes, caso não haja uma intervenção decisiva do Estado da Guiné-Bissau para libertá-la da oralidade que se encontra.

Para Cá (2015, p. 96), “a coexistência de muitas línguas num território pequeno tem levado à falta de decisões dos órgãos de poder a definir o papel que cada língua ocupa na sociedade guineense”. Isto pode ser argumento em que muitos podem se sustentar, de que não existe uma política linguística na Guiné-Bissau, como pode se perceber que um país desse tamanho não solucionou o problema de suas línguas até então. O caso de toda essa ausência de uma política linguística, principalmente no âmbito do emprego em empresas internacionais, na candidatura é raro pedir a LG e é pouco ofertado o português. Isso implica que cada organização ou empresa aplica a sua política de linguagem de acordo ao seu benefício ou sua facilidade e contribui na valorização tanto em outros sentidos das línguas estrangeiras em relação as locais, e por isso que, a sociedade guineense atualmente você encontra pessoas com domínios em línguas estrangeiras mais que aquelas que circulam no território guineense e consideradas nossas. Em vez das línguas locais serem promovidas nesse sentido, elas são prejudicadas, porém, ainda que não sejam oficialmente aceites suas permissões nesses locais, elas não se ausentam nas suas conversas.

Portanto, talvez reconhecamos a existência da política linguística na Guiné-Bissau de uma outra forma, na qual ela é mais forçada através dos grupos étnicos do país na afirmação das suas identidades culturais (DJAU, 2015).

Ao observar a política linguística na Guiné-Bissau sob a perspectiva educacional, há sempre ideias divergentes que influenciam na tomada da decisão de qualquer iniciativa, sendo a língua usada para manter as nossas interações comunicativas, pois, tanto a sua vantagem como desvantagem no nosso meio implicam naturalmente a questão do poder e de prestígio, de influência e de dominação (AUGEL, 1996, p. 14 *apud* CÁ, 2015, p. 94).

Para Lagares (2018, p. 21), “após a independência dos países africanos de contexto multilíngue, a política linguística usada é entendida como uma forma de resolver problemas linguísticos em novas sociedades multilíngues, decidindo sobre as funções que cada língua cumpriria no novo país”, uma política voltada a língua de consolidação nacional como uma forma de solucionar problemas linguísticos nos países com muitas línguas, em que não é lógico estruturar uma só língua para tal função.

Como pode ser notado nas diversidades étnicas que o país apresenta, a não ser adotar o guineense que não pertence a nenhum grupo étnico. Portanto, a política usada pelo colonizador faz ideia nesse sentido ao nosso ver, pode interferir na resolução de futuros problemas linguísticos entre grupos étnicos do país. Mas também, em outra perspectiva, é uma forma de unificar os países colonizados pela LP, dominá-los, em outra visão, é uma política de não reconhecer as outras línguas encontradas (IE, 2018).

Conforme Nassum (*apud* Virginia Ca, 2015, p. 94), “o colonialismo português tinha como finalidade a homogeneização linguística através do uso generalizado da LP nas colônias”. Segundo o autor, a LP sempre se deparou com muitas dificuldades no que tange a sua interação na Guiné-Bissau e não teve esse sucesso desejado pelo colonizador devido os nativos não pararem de usar suas línguas locais na altura do regime colonial.

De acordo com Fonseca (2011, p. 92), o decreto de 2007 declara que

A política linguística em Guiné, através de um decreto-lei nº 7/2007 de 12 de novembro de 2007, obriga a utilização da língua portuguesa em todas as instituições públicas, nomeadamente nas escolas e, especialmente, dentro da sala de aula e no recinto escolar.

Apesar da LP ser escolhida como oficial na Guiné-Bissau, se tem percebido que ela não tem o mesmo estatuto ou função desempenhada como o guineense nesta sociedade. A LP é percebida como a única língua no país com o reconhecimento de seu *status* de língua oficial. Enquanto a função nacional tem sido o guineense a cumprir esse papel, com uma parte das línguas dos grupos étnicos do país.

Fonseca (2011, p. 93) afirma que em muitos casos, especificamente do país, “o português deve ser considerado como segunda língua (L2)”. E em alguns momentos, por exemplo, fora de cidade, o português pode aparecer como a segunda ou terceira língua dos usuários e assim por diante porque não houve uma necessidade ardente de falar português se não há um falante que não fala nenhuma das línguas locais ou, a não ser que deseje que a mensagem atinja a outra pessoa além da comunidade guineense.

A exigência do uso da LP nas salas de aulas é uma imposição, culminando com uma política linguística no sentido de permitir que os alunos consigam desenvolver suas competências comunicativas nessa língua, porém não é rigoroso quanto a prejudicar o aprendiz. Mas, ainda que seja assim, não impediria que a LG fizesse parte do uso desses alunos na aprendizagem, bem como de seus professores nas escolas.

No recenseamento de 1979 calculado e lançado em 2009 das línguas faladas na Guiné, (SCANTAMBURLO, 2013), vimos as percentagens de cada uma das línguas, exatamente aquelas consideradas mais usadas na sociedade, e ao longo dessa explicação, no sistema educacional guineense, seria interessante que houvesse uma educação bilíngue a fim de facilitar mais o aprendizado no processo de ensino, e dessa maneira mudaria o cenário educativo guineense.

Se esta é uma forma de tornar o processo de alfabetização mais eficaz para o aprendiz, por que não partir dessa ideia? Ao contrário de tudo isso, Diallo (2007) explica que não existe uma política linguística na Guiné-Bissau. O que podemos encontrar é uma política de não oficialização, de não incentivar ao seu estudo por parte do Estado guineense, e de não introdução do guineense no âmbito do ensino e aprendizagem, e se não fosse por esta rejeição dela na esfera educacional.

Talvez se acontecesse uma política, o sistema do ensino guineense já estaria numa outra forma de alfabetização, ou o país vai continuar com a política linguística deixada pelos colonizadores? Ou é a falta do interesse coletivo de uma política voltada ao guineense, porque muitas das vezes é o assunto discutido por poucos números de pessoas e até mesmo não tem documentos escritos a respeito. A nossa intenção neste trabalho, era pegar os documentos que tratam do guineense, mas como não tinham nada na altura alteramos a metodologia. Portanto, se no caso, considerarmos que o processo de alfabetização é facilitado quando se trabalha com a língua materna ou a língua do domínio do aluno, por que não abraçar essa ideia?

A política linguística praticada na Guiné-Bissau é uma continuação da questão histórica desde a chegada do povo colonizador, é claro que a colonização deixou muitas marcas e identidades dos povos colonizados, referirmo-nos PALOP conforme o sociólogo guineense Lopes, em um de seus textos, ele aponta que “não existe uma legitimidade e continuidade territorial para a nação guineense que não seja a imposta pela presença colonial” (LOPES 1987, p. 61 *apud* COUTO, 2010, p. 50), o que indica que a presença colonial na Guiné-Bissau mexe com muitas áreas e principalmente quando trata da linguagem. Amílcar Cabral, além da política partidária, fazia política linguística, ao favor das línguas provenientes dos grupos étnicos do seu povo, pois incentivou o avanço da LG no meio do seu povo guineense Couto (p. 53), no seu discurso após a independência. Houve uma necessidade enorme de formação dos seus quadros em prol da realidade guineense, segundo Cabral “em seu seminário de quadros, ele referia-se a formação do homem novo; à exploração do colonialismo português, a resistência do povo guineense através da sua cultura, fundamento da luta de libertação” (OCUNI CÁ, 2010,

p. 104). Esse homem novo é para voltar atenção às suas práticas culturais e sociais e uma desvinculação total com algumas das realidades colonizadora, pois também na sua fala tem incluído a questão da linguagem, de maneira que a língua envolve a questão cultural. E deve ser pensada nessa perspectiva de um homem novo. Entretanto, se levarmos em consideração o período da proclamação da independência (1973) para cá são muitos anos, pois não melhorou tanto os estudos das línguas locais e a uma política forte em seus favores.

4.3.2 Introdução das políticas linguísticas aplicadas na esfera educacional guineense: o bilinguismo

O Estado guineense garante a educação como direito para toda a sua população, reconhecendo a sua importância como fator principal para conduzir o desenvolvimento de um país, só que não refletiu bastante a questão da língua do ensino, que devia ser algo da sua atenção para o seu contexto plurilíngue. porém, aqui está uma breve história de como é organizado o sistema do ensino, que vigora desde a Lei de Base do sistema educacional. O setor formal corresponde a sistema educacional sistematizado com uma hierarquia estruturada de etapas que lhe permitem começar do ensino primário até universitário. Pois, nele há divisão do sistema por cinco níveis organizados:

a) Ensino básico: Refere-se ao ensino básico (jardim) para crianças de 3-6 anos; o básico elementar que visa a faixa etária do 1º ao 4º ano, enquanto ao básico complementar é a partir das 5º a 6º classes.

b) Ensino secundário: tem a duração de cinco anos e dividido em dois níveis, o primeiro formado de 7º, 8º, e 9º classe e último complementar de 10º, 11º e 12º classe, na qual a transição do aluno para outra classe ou ano, depende da aplicação da prova, o seu desempenho. Aos alunos básicos no final dessa etapa estão obrigados a exame nacional, assim também para os secundários nos seu último ano.

c) Ensino técnico-profissional: trata do ensino na sua íntegra, cursos prevalentemente dirigidos especificamente para ingresso na vida ativa, em que ao continuar a estudar até terminar dá direito a um diploma de técnica profissional, ressaltando que essa não está articulada no ensino secundário.

d) Ensino superior: Por último, trata do caminho ou acesso à universidade em que final dá direito de obter diploma que certifica a sua formação.

O setor informal diz respeito a qualquer processo de adquirir o conhecimento que o Estado reconhece para todos os participantes. Esse setor abrange todas as dimensões da ação educativa e tem por foco expandir os conhecimentos ou potencialidades dos seus destinatários,

em complemento da formação formal ou em suprimento da que não puderam obter. Especificamente consiste no processo pelo qual a experiência da vida do dia a dia com suas influências e recursos educativos permitem a absorção do conhecimento, isso ajuda a cada pessoa aprender a forma de pensar os valores, saber e a competência técnicas. (LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO, 2010). Apesar de ser informal, o setor reconhece a alfabetização e como também a educação de base de jovens e adultos, sob controle da Direção Geral da Alfabetização; as escolas comunitárias coordenadas pela direção geral do ensino básico, essa configura na sua primeira parte da divisão (SAMBU, 2017). A segunda parte compreende a educação focada nas ocupações criativas de tempos livres. Por exemplo, algumas organizações e como as associações que atuam nessas ideias com projetos voltados às formações. Entretanto, de todos os fatores mencionados nessa organização do sistema do ensino guineense, diríamos que a questão da língua do ensino devia também ser privilegiada em debate no âmbito educativo, um fator a ser discutido há muito tempo.

Desde muito cedo, no que refere à educação colonial, não existia condição tão favorável ao povo guineense de inserir a LP no ensino, era uma política da Guiné, que incentivava a ideologia do colonizador e depois era condicionada a educação aos seus modelos e tanto à língua. Um sistema educacional não voltado à forma de vivência dos guineenses, além do português que prega muitas dificuldades articulatórias no âmbito de transmissão de conteúdo para os alunos, bem como para os professores explicarem. Visto que o PAIGC não prioriza tanto a LP na educação em relação ao guineense na esfera do ensino. Conforme o trecho de Couto (2010, p. 54), lemos a explicação desta afirmação.

Em 1988 começou a alfabetizar os adultos em crioulo, em fula e em balanta. O português só estará em segundo nível, oral e no terceiro escrito. O ensino inteiramente em português não deu os resultados desejados. As crianças, no entanto, continuam alfabetizadas em língua estrangeira, ou seja, em português, embora haja planos para se adotar o mesmo procedimento já em práticas para os adultos.

Dá para perceber que apesar de todas essas dificuldades em relação ao sistema de alfabetização em português, não deixava a clareza dos conteúdos por parte de muitos aprendizados ao longo do seu percurso acadêmico, havia um distanciamento total da LP na sociedade guineense. Nessa ótica, entendemos que a inclusão do guineense no ensino e aprendizagem é para deixar o aprendizado próximo dos conteúdos, próximo da sua realidade. Através da língua que lhe permite que nele haja a liberdade de expressão e facilidade de compreensão, bem como ser consciente do que se está tratando. Até mesmo, há momentos em

que se faz necessário o uso da língua étnica no sentido de uma política igual à guineense, é só levar o aluno até onde ele possa entender e o professor/o mentor voltar a língua permitida.

Ao fazer isso, significa que está a pensar nas pessoas que estão com dificuldade de perceber a LG, e quanto mais a LP. Principalmente aquelas de aldeias que raramente usam o guineense a não ser suas línguas maternas. Entretanto, a introdução de uma política linguística nesse âmbito já deveria ter acontecido há muito tempo, a razão disso é de facilitar o processo de ensino e aprendizagem do aprendiz na língua do seu domínio.

Baker (1997, p. 218 *apud* LAGARES, 2018) apresenta uma sugestão muito interessante de bilinguismo no ensino, ele indica dez modelos de ensino no contexto bilíngue, nós vamos apontar um desses seus modelos e tentar dialogar no contexto guineense no âmbito do ensino: *O ensino bilíngue transitório*, esse modelo tem como a finalidade de assimilar, chegar uma situação de monolinguismo relativo, basicamente se mantém a língua minoritária nas primeiras fases do ensino regular e os alunos são conduzidos na língua de maior dominância até quando conseguir um nível alto de proficiência e então voltam para a língua exigida na escola.

Esse modelo é tão inerente quanto ao seu funcionamento no sistema educacional guineense, uma vez que a LP é considerada minoritária em relação ao guineense, pois é só levar o aluno até um nível suficiente da sua compreensão do conteúdo e depois voltar para a língua que o currículo pede, isso faz com que a inserção seja mais rápida no assunto, entretanto, é um método não oficializado que aconteceu há alguns anos, sendo mais utilizado no interior do país.

Em relação a minha própria experiência, em Biombo entre 2008-2009, o grupo Juventude Evangélica da igreja de secção de Ondame, região de Biombo, iniciou um projeto de alfabetização em língua *pepel* para as mulheres e homens com idades avançadas que não tinham oportunidade de voltar ao ensino primário. O objetivo dessa alfabetização surgiu através das críticas feitas por essas pessoas de não souberem ler a Bíblia escrita em guineense. Embora o projeto não teve continuidade, também obteve um bom resultado.

Uma experiência parecida foi relatada na dissertação de Cá (2015) ao focar na possibilidade de ensino bilíngue no país no projeto intitulado CEPI.

Os Centros de Educação Popular Integrada (CEPI) faziam parte destas experiências inovadoras. O projeto, elaborado por uma equipa nacional com o apoio do Institut International de Recherche et de Formation em Education et Développement (IRFED), foi aprovado em 1976 e começou a trabalhar em fevereiro de 1977, na Região de Tombali, no sul do país (SENA, 1995, p. 65 *apud* CA, 2015, p. 98).

Nesse projeto, havia muitas dificuldades nos primeiros momentos da sua execução, mas tudo isso tem a ver com a língua do ensino. Depois de ampliação das línguas do ensino-aprendizagem em línguas distintas surgiram impactos positivos na vida dos aprendizes no sul do país (CÁ, 2015, p. 100). O que indica que a iniciativa dos CEPI foi louvável do ponto de vista do desenvolvimento da comunidade e de pensar uma educação voltada para a realidade dos alunos, em que todos (alunos, pais e encarregados de educação, homens grandes e jovens) da tabanca pudessem participar nas suas línguas.

Também na tese de Scantamburlo (2013), o autor ressalta a ideia de ensino bilíngue na Guiné-Bissau como uma possibilidade de facilitar o ensino-aprendizagem nas ilhas de Bijagós no interior do país. A inserção do guineense na esfera educacional deu resultado positivo incluindo a língua étnica presente nessa comunidade. Conforme o trecho aponta o Projeto de Apoio ao Ensino Bilíngue no Arquipélago das Ilhas Bijagós (PAEBB):

No ano letivo de 2005-2006 o PAEBB foi buscar alguns professores de Bissau com Diploma de Magistério, os quais foram integrados no Projeto de ensino bilíngue e aceitaram de lecionar nas Ilhas de Canhabaque, de Orangozinho e de Bubaque: assim foi possível abrir as primeiras turmas de 5ª classe de ensino bilíngue nas Ilhas. O objetivo destas três fases é de os alunos atingirem o nível de Português exigido pelos programas do ensino oficial. Nestas fases o Crioulo Guineense continua como disciplina e como língua de ensino, junto com as outras disciplinas do ensino oficial, e o Português é ensinado como língua segunda, não somente nas aulas de língua, mas também nas aulas de outras disciplinas, quando o professor utiliza o Português como língua de ensino (SCANTAMBURLO, 2013, p. 158-159).

Podemos entender a preocupação do projeto PAEBB para comunidade da ilha, devido a carência de metodologia de ensino para preencher lacunas no ensino bilíngue que tem aparecido nessa zona ao longo de anos atrás, já tinha levantado problema sobre que tipo de metodologia a ser experimentada que não resultou em grande sucesso. Dessa forma o ensino bilíngue deve levar em conta os problemas apresentados na adequação de uma metodologia em guineense para o português (SCANTAMBURLO, 2013).

Vale salientar que essa nova metodologia ajuda o aluno a aprender os conteúdos de várias disciplinas que talvez se tornasse limitado caso o ensino acontecesse somente em LP. Durante a nossa vida de estudantes, passamos por professores/as que de certa forma criam suas metodologias particulares ou da própria escola, no sentido de efetivar o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos. Ora, as metodologias podem não ser adequadas com as realidades dos alunos e ao invés de ajudá-los a se desenvolver nas disciplinas, vai diretamente prejudicá-

los. Uma boa metodologia de ensino ajuda a ampliar a aceleração do processo da educação, afirma Scantamburlo (2013).

O que nós queremos apontar sobre essa possibilidade de um bilinguismo no setor educacional guineense, é que a LG dentro do país nunca se ausentou das boas intenções do seu uso como uma língua do ensino-aprendizagem. E sempre esteve na busca por uma escola ligada à comunidade com boas qualidades onde ela estaria presente, segundo Scantamburlo (2013). A própria comunidade anseia por uma escola com esse caráter. Isto é, interpretada de uma iniciativa voltada a casa para lhe servir. Portanto, entendemos isso como um mecanismo de acompanhar o aluno desde o seu primeiro contato na escola caso vier de uma comunidade em que se fala a mesma língua que a da escola. Scantamburlo (2013) aponta como a interferência do guineense ocorre nas fases iniciais dos aprendizes sem dificultá-los:

a) PRIMEIRA FASE (1^a-2^a Classes): começar com a oralidade em Crioulo Guineense, e depois passar à alfabetização em Crioulo Guineense e à oralidade em Português. Ao mesmo tempo são lecionadas as outras disciplinas do ensino oficial, como a Caligrafia, a Matemática, as Ciências Integradas (Ciências Sociais, Ciências Naturais), Expressões (Desenho, Canções, Jogos), a Educação Física e os Trabalhos Manuais.

b) SEGUNDA FASE (3^a-4^a Classes): quando os alunos são capazes de ler e escrever em Crioulo Guineense iniciam progressivamente a aprendizagem da leitura e da escrita em língua portuguesa. É uma fase em que o professor e os manuais didáticos devem prestar muita atenção às semelhanças e às diferenças entre as duas línguas de ensino para permitir aos alunos perceberem os dois códigos linguísticos.

c) TERCEIRA FASE (5^a-6^a Classes): segundo o autor (p. 157), “com o novo estatuto do EBU foi possível abrir a 5^a e 6^a classe também nas aldeias a, permitindo assim aos alunos uma formação mais integrada na cultura e no meio ambiente da comunidade” (SCANTAMBURLO, 2013, p. 157-158, grifo do autor).

Essa didática de duas línguas no ensino, nos faz lembrar de como a intercompreensão é inserida no meio dos alunos a partir da língua do ensino até em suas línguas maternas, de modo que quando acontecer a compreensão de conteúdo na língua do seu domínio, o aluno seria capaz de transmiti-la em qualquer que seja maneira. Nesse caso referimo-nos àquelas paisagens linguísticas guineenses onde convivemos com línguas das outras etnias.

No livro *Intercompreensão chave para as línguas* de Olmo e Escudé (2019), os autores indicam que com a intercompreensão se atinge o objetivo da interação. Por isso, que independente de qual seja a língua se houver uma boa didática, ela facilitaria na compreensão de qualquer matéria. A intercompreensão é fundamental no contexto do plurilinguismo, de jeito que ela se manifesta no meio de várias línguas. Por conseguinte, não é necessário ser uma pessoa poliglota para obter compreensão em várias línguas. “Conseguimos nos aproximar dessa língua estrangeira em teoria desconhecida - compreender as informações principais mesmo com

dificuldades - e exclusivamente interagir usando nossa língua materna” (OLMO, ESCUDÉ, 2019, p. 11).

Dessa maneira, construímos o nosso processo interativo com os outros. É assim também que alunos compreendem o guineense a sua língua de domínio e depois tentam aplicá-lo em português ou outra língua menos dominada. Scantamburlo (2013), ao relatar a experiência da escola bilíngue do projeto Centro Experimentais de Educação e Formação (CEEFF), descreveu a ideia de Benson (1994) que o guineense como a segunda língua de muitas ele é meio viável e possível para o ensino caso não houver didática em língua materna do aluno. Nesse âmbito ele é suporte para manter o processo de ensino-aprendizagem vivo. Deve-se levar em consideração dois fatores fundamentais para se manter a existência de uma outra língua na educação além do português, como tinha testado essa possibilidade e deu certo (COUTO, 2010).

A existência de plurilinguismo guineense, que é manifestada na cidade e mais ou menos nos interiores, participa mais na promoção do plurilinguismo através das línguas vindas de diferentes grupos étnicos do país, e aumento da competência comunicativa dos seus falantes, a LG que cumpre o papel veicular no meio dessas paisagens linguísticas. Imagina o aprendiz passar o tempo todo usando essas línguas étnicas e o guineense e só algumas horas em contato com a LP? Praticamente não é nada fácil que haja o tão desejável progresso no processo do ensino-aprendizagem.

A falta de uma boa didática de ensino da LP voltada a realidade local, tem sido encarada como uma dificuldade, o que fez surgir muitas iniciativas privadas de aulas da LP para melhorar a competência dos falantes, e como aquela iniciativa da cooperação as aulas administradas pela embaixada de Portugal/Brasil e as oficinas também foram criadas para melhorar a situação comunicativa em LP na Guiné-Bissau.

Entretanto, há a possibilidade na introdução de uma política linguística no âmbito educativo guineense caso haja uma adesão à questão do bilinguismo no ensino, nesse sentido, a permissão do uso do guineense viria favorecer melhor o contato entre o professor e o aluno no que tange à alfabetização na Guiné-Bissau.

4.3.3 Ausência das políticas linguísticas aplicadas na educação guineense

Nesta parte, destacamos a ausência de uma política linguística na educação por motivo de muitas dificuldades no uso da língua, a falta de uma didática voltada a favor de bom ensino-aprendizagem de qualidade para os alunos. Nós destacamos que não é suficiente que os alunos passem algumas poucas horas na escola usando a LP e no resto do tempo usem outras línguas.

Sinceramente, no momento da aula, a interferência de todas essas línguas usadas teria que aparecer como suporte a fim de contextualizar a matéria. Mas infelizmente a falta de uma política da língua de domínio do aprendiz cria obstáculos ao longo do processo de ensino em LP. Esquecendo que no contexto guineense, por exemplo, a língua materna do aluno é o fator principal na aprendizagem, mas que acontece em português, o aluno consegue assimilar a partir da sua própria língua para depois argumentar em várias outras.

Em fator dessa desconformidade e de como é ensinada a LP para os guineenses, Nassum (1994 *apud* CÁ, 2015, p. 83) descreve:

A língua de ensino, desde o período colonial, tem sido, teoricamente, o português. Mas os alunos, apesar de ferozes castigos nesse período e dos dolorosos esforços de memorização das normas gramaticais, tanto nesse período como no atual, não têm conseguido exprimir-se corretamente, nem de forma oral, nem escrita, nesta língua.

Devido a pouca eficiência, o ensino público guineense origina muitas dificuldades que os estudantes estão a pagar durante as suas aprendizagens. A prova de tudo isso é notável no comentário do autor quando percebe que os estudantes guineenses desde muito cedo se deparam com duas dificuldades básicas ao aprender a segunda língua, no caso o português, ao serem obrigados a aprender códigos da linguagem escrita. A forma de ensinar o português se limita nas salas de aulas e aparecem dificuldades de assimilar os conteúdos e até as normas da gramática normativa considerada de melhor para esse processo aos alunos. Sempre é um desafio enorme para eles, realmente a dificuldade é bastante para os alunos quando voltam atenção para a memorização e para repetição constante para solucionar os problemas que podem parecer. Assim, a falta de uma política linguística voltada ao ensino aparece, quando não há outra solução para nossos alunos enfrentarem a educação de uma forma mais agradável e segura em suas vidas estudantis.

De acordo com o Plano Sectorial da Educação (2017), podemos afirmar que a formação dos professores da língua pode ter efeito nessa ausência de política, uma vez que certos professores não apresentam bagagem suficiente para segurar as demandas e questionamentos feitos pelos alunos, até a língua usada para ensino não compactua com a realidade guineense. Tínhamos lido alguns manuais didáticos oferecidos de Portugal para Guiné-Bissau, na qual constatamos vários conteúdos que nem refletem a realidade da sociedade guineense, conteúdos distantes que não fazem parte do quotidiano ou a vivência dos alunos da Guiné-Bissau (NTCHALA CÁ, 2019). Quando isso acontece, o que vem logo na mente do aluno é que trata nada do meu querer ou da minha realidade. O desinteresse nos conteúdos levou

muitos a dizer que essa é a língua do colonizador (português) e não é do nosso interesse. Do ponto de vista social, a LP é a língua da Guiné-Bissau já que é uma língua adicional no quadro linguístico guineense e a oficial do país. Porém não houve uma política linguística que incentivasse tanto que ela é a nossa língua e devemos nos esforçar para ser fluentes nela.

Ademais, reconhecemos que Cabral foi a única pessoa que fazia uma política motivadora em favor do português nos primeiros momentos após a independência. Quando dizia que “os Tugas não têm somente coisas ruins, a LP é uma das melhores coisas que nos deixam” (CÁ, 2015, p. 78), o que significa que mesmo sendo uma boa coisa, devia ser cuidada e amada porque já faz parte da nossa vida, a nossa terra.

Infelizmente, essa intenção do Cabral virou em um afastamento para a sociedade guineense, pelo motivo de não souber usar uma política linguística motivadora voltada a ela. Por isso, na educação, a aula de português faz os alunos dormirem na sala e alguns ficam distraídos incomodando seus colegas. Nós destacamos no trabalho de Ntchala Cá (2019) que o aumento de dificuldade na educação pública guineense independente da ausência total do Estado, a situação precária da economia familiar, mas também diríamos que a questão linguística no ensino e a falta de aderência a ela, é um dos fatores principais que acarreta obstáculos de aprendizagem aos alunos.

Até então não se encontram mecanismos adequados para solucionar como a língua do ensino pode proporcionar a intercompreensão para os alunos. E essa ausência faz com que haja a queda no setor linguístico guineense no âmbito educacional, principalmente nas escolas públicas do país, onde as dificuldades da língua do ensino aparecem com números elevados, devido à ausência de uma política a favor da LG. Virgínia Batista Cá (2015, p. 166) aponta a falta de uma política linguística da língua primeira (L1) ou materna (L2) do aluno no âmbito educativo guineense, o que dificulta o ensino na Guiné-Bissau:

Quando não se utiliza a língua materna adquirida pela criança em casa, no processo de ensino-aprendizagem, podem-se criar barreiras na aquisição da aprendizagem da segunda língua, ou seja, da língua de ensino. A escolha da língua de ensino tem levado a preocupação no sistema educacional. Não querendo com isso dizer que a língua é o único fator, mas devemos levar em consideração que a língua de ensino tem sido um dos principais fatores na aprendizagem dos nossos alunos, pois é aprendida só, ou quase na aula, ou seja, fora dela os estudantes falam o crioulo e outras línguas.

A incompatibilidade da língua do ensino na Guiné-Bissau tem levado os alunos e os muitos professores guineenses a não se identificarem com ela nem com a didática do seu ensino, nesse caso o português. Uma vez que alguns professores se distanciam dessa língua e até o

modo de ensinar não proporciona uma didática melhor e diferente daquilo que muitas das vezes levam em consideração, o ensino solto ou dominação da gramática tradicional (NTCAHA CÁ, 2019) como a única didática de uma boa aprendizagem.

Em uma escola comunitária da iniciativa de alguns colegas a qual fui convidado, a língua do ensino era o português e o guineense assumiria a segunda língua. Caso o aluno carece de compreensão de conteúdos, a segunda língua seria permitida. Em toda forma, os professores eram treinados para ensinar os alunos em duas línguas como estratégia de solucionar os obstáculos de aprendizagem que atrapalham nossos alunos através de uma única língua de ensino.

É notável que a dificuldade que se encontra no sistema de ensino guineense não se limita somente por questão da língua, apesar que essa questão faz parte de processo, mas também destacam os fatores que tem a ver com organização do método do ensino para o contexto multilíngue caso da Guiné-Bissau. Como de sempre, nós apontamos que a falta de dominação da LP ou a implementação do modelo europeu no ensino formal guineense pode a degradação do nível de qualidade do ensino, pois o sistema educacional guineense adota o modelo do sistema organizacional português. Esquecendo o fato que a LP falada em Portugal não tem a mesma influência na sociedade guineense o que indica que ela apresenta a outra posição que não é a primeira igual em Portugal. Também pode ser uma reflexão da nossa parte quando Scantamburlo, citado por Sambu (2017, p.18), afirma que “o reconhecimento único e exclusivo do português como língua válida na escolarização é uma das razões principais para o fracasso do ensino na Guiné-Bissau.”

Entendemos que a solução, que devia ser levada em consideração, seria uma boa didática voltada à realidade do povo guineense, mesmo que ainda a LG não apresenta as condições que alguns alegam que precisa ser apresentada. Portanto, como nós ainda continuamos a torcer para a inclusão do guineense no âmbito educativo guineense, é para contribuir no avanço de um ensino de qualidade para os aprendizes, por isso que a solução desse problema em outra linguagem pode passar em alteração de uma política linguística através da aceitação do guineense juntos ao português como línguas de escolarização. Assim, cumpririam a recomendação da UNESCO conforme afirmação de Sambu (2017, p. 19) para aqueles países multilíngues:

Uma língua internacional, que facilite as trocas comunicacionais nesta era globalizada; uma língua franca, que facilite a comunicação entre grupos linguísticos diferentes; e a língua materna, que possa ser utilizada em diferentes circunstâncias (como nos

tribunais ou nas escolas), quando os indivíduos não dominam a língua internacional, nem a língua franca.

Nós em particular de uma forma a outra no que refere a língua do ensino na Guiné-Bissau, a LG dá muita falta nesse processo de ensino/aprendizagem, sendo a língua que domina a sociedade em geral. E por conseguinte, mesmo que seja introduzido o guineense no ensino, seria importante que haja uma política linguística adequada da LP para a população guineense. Portanto, esta é a ausência que está sendo presente no sistema educacional guineense cada vez mais ainda, sem a inclusão das greves que acontecem nesse sistema consequentemente.

Por outro lado, também, destacamos que a situação crítica da LP e do sistema educacional guineense é o resultado de uma relação histórica do país, implementada de acordo com a política educativa colonial, que se resulta até aos dias atuais. Nesse sentido, são vários elementos que explicam essa causa, entre as quais nós apontamos a questão de uma política educacional do colonizador português restritiva a um grupo de pessoas.

E depois do regime colonial, a autoridade local tomou conta da administração educacional, na qual também acontece fracasso educacional, uma carência de gestão educacional, baixo salário que ainda não pague na hora, ainda se destaca outro fator que aparece, é a necessidade formar os professores de rede pública, na qual encontram a insuficiência de redes escolares, faltas de vagas dos alunos nas escolas e falta de materiais didáticos prontos para realidade guineense.

Como se pode verificar, os fatos mencionados constituem certas causas que no decorrer da história da educação guineense, não influenciam na criação de um alicerce fortemente sólida e principalmente para o desenvolvimento de forma do ensino da LP, como já é aquela que é reconhecida no sistema educacional guineense.

Nota se que tudo isso indica as principais questões que atrapalham uma boa política pensada e voltada ao ensino na Guiné-Bissau. Muito embora, aconteça esforço do governo, como o caso da escola de formação de Amílcar Cabral em Bolama, 17 de fevereiro e Tchico Té em Bissau, e outras em Mansoa e Bafatá. Apoio das instituições (embaixada do Brasil e de Portugal) e das comunidades locais, mesmo assim, se verifica uma ausência no ambiente educativo, principalmente no que tange a língua do ensino nas escolas públicas do país. Por isso, que a LG pode servir de um suporte para os alunos enquanto suas relações com os conteúdos.

Ora, como a LG tem um papel fundamental nas escolas do país, seria interessante a existência de uma política linguística do ensino para os alunos, uma política que vá

comprometer a vontade desses alunos e dos seus professores. Assim a permissão de uso do guineense seria uma oportunidade de contextualizar o aluno quando ele não compreender o assunto, ou melhorar a política de ensino em português aos alunos, portanto essa é uma das ausências que se encontra na política linguística guineense no âmbito educativo.

Ao longo dessa seção, nós concluímos que na Guiné-Bissau no que refere a existência da política linguística em LG não se encontra presente nas documentações que regulam tal ideia, essa política acaba de existir em conversação da própria sociedade manifestando seus desejos a respeito do guineense, pois não houve um documento que trata de afirmação dessa política. Adiante, apresentaremos a metodologia que norteia a produção deste trabalho.

5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este trabalho foi realizada de maneiras distintas: através de revisão de literatura e através de um questionário, que buscou com os participantes informações que pudessem responder às questões levantadas pela pesquisa. Em seguida, é apresentado o passo-a-passo de como foi conduzido o questionário e uma descrição dos participantes.

5.1 O CONTEXTO DA PESQUISA

O questionário foi aplicado a sete professores guineenses de diferentes zonas, maiores de idade, com experiências profissionais distintas. Alguns atuam ou atuaram em diferentes escolas da Guiné-Bissau (na cidade e interior), nos ensinos básico e secundário, e um na Universidade.. Dos sete participantes, seis são formados especificamente em LP, o maior número deles se formou na escola de formação denominada de Tchico Té. O outro tem formação em língua inglesa em outra escola, mas entendemos incluí-lo de modo que se depara com a língua de ensino o tempo todo nas suas aulas. Vale ressaltar que na conversa que tivemos com esse último participante, ele tinha nos afirmado o uso frequente da LG nas suas aulas de inglês como forma de facilitar a compreensão dos seus alunos.

Enquanto a descrição dos perfis dos participantes das quais aplicamos os questionários, foram realizados de ordem sequencial, pois, o nosso primeiro participante se configura como;

O participante A, da etnia *balanta*, falante de *balanta* como língua materna, formado em LP onde atuou em duas escolas, uma em Buba, denominada de Centro Educativo Vitor Vaz Martins em por três anos, quando voltou para cidade Bissau, ali trabalhava na escola Santo Agostinho no bairro de Luanda por cinco anos, de lá seguiu para Brasil, continuar seus estudos.

Participante B pertence à etnia *mandjaco* e sua língua materna é a LG, formado em LP pela Tchico Té (escola de formação). Durante a sua formação, atuou como professor no Liceu de Plack II por dois anos. Devido a vontade de continuar estudos, foi para o Brasil onde continuou com a mesma formação. Depois de tudo voltou à Guiné onde está a trabalhar na universidade Lusófona por dois anos ainda.

Participante C, também vem do grupo étnico *mandjaco*, pertence aos povos da zona norte do país. Ele é falante de três línguas nacionais (*mandjaco*, *balanta* e *guineense*) e já trabalhou na Guiné-Bissau como professor do ensino básico por dois anos com experiência profissional. Conseguiu a bolsa de estudos para o Brasil e se formou em Letras - Português pela

UNILAB. Voltou ao país de origem e atualmente trabalha em duas escolas, escola São José e Instituto Politécnico Nova Esperança, há quatro anos como professor de LP.

O Participante D, é do grupo étnico *pepel*, e tendo essa língua como materna, começou a trabalhar como professor dando aulas de explicação para os alunos em casa usando a LP e o guineense quando é necessário. Mais tarde se formou em Tchico Té como professor de LP, daí começou a atuar como profissional na área. Atualmente já completou seis anos de trabalhos como professor de português e matemática na escola comunitária São Murialdo no bairro de Bandim. Com relação à matemática, ele é assistente com muito conhecimento na disciplina.

Enquanto ao Participante E, ele pertence ao grupo étnico *pepel* e tenha essa língua como materna, possui o conhecimento avançado em LP e em outras disciplinas, se formou em escola de formação, Nova Deué, a qual lhe permite ingressar na lista dos indivíduos capacitados para atuar como professor na escola Comunitária Hodjamei Nanque-Cumano nas zonas onde se encontram a maior parte da população *pepel*, ali trabalhou durante seis anos até que veio para Brasil recentemente.

O Participante F, proveniente da etnia *balanta*, é falante do guineense como a língua materna, já frequentou a escola privada Padre Leopoldo Pastoril de Bafatá na zona leste do país, como professor da disciplina de português durante um ano. Devido ao treinamento que passou para atuar com outros professores na mesma escola referida. Nesse momento está dando continuidade à sua formação na mesma área da LP.

Por último, o Participante G é do grupo étnico *pepel*, tendo essa mesma língua como materna, formou-se em língua inglesa no departamento de inglês da Tchico Té. De vez em quando usa o português e o guineense para ajudar a melhorar a compreensão dos seus alunos. Ele trabalhou como professor em duas escolas, Centro Juvenil Cambanco e Docentes Unidos, por cinco anos.

Levando em consideração o contexto precário da educação guineense devido a interferência política no fracasso do desenvolvimento do país, originou uma forte queda no setor educacional guineense e principalmente no que tange a língua de ensino num ambiente plurilíngue e pluricultural. Pois, optamos em trabalhar com esses profissionais do ensino para melhor compreender o impacto da LP nos nossos aprendizes. Se levarmos em consideração as barreiras que o setor educacional guineense depara em termo das suas infraestruturas, melhorias de condição do trabalho, tornaria difícil a concentração de um projeto voltado a língua do ensino. Uma vez que não é uma questão em discussão, por isso a sua falta contribui em gerar as dificuldades de uma didática estruturada e assim como em sua através da língua do uso. Pois

a gestão da língua do uso não se configura com a própria realidade dos seus alunos e dos professores no que tem a ver com a linguagem no ato do ensino e aprendizagem e acaba deixando muitos dos seus alunos prejudicados ao longo ano letivo.

Portanto, vale refletir em como se configuram as duas línguas faladas nas escolas (o português, guineense e outras línguas étnicas presentes às vezes) apesar que não houve uma liberdade de uso do guineense e as desses grupos, aquela língua que compacta com a realidade dos aprendizes nestas escolas. E em seguida a pesquisa se utilizará de dois métodos, o qualitativo e o quantitativo. No qualitativo, ela procura encontrar as informações desejadas para preencher os vazios encontrados no desenvolvimento da pesquisa. Isto é, essas informações foram apresentadas pelos participantes e os elementos que consideramos importantes foram utilizados para esse trabalho.

Flick (2009, p. 20) afirma que “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida”. “De um modo geral, pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semi-estruturadas” (DUARTE, 2002, p. 141). Por outro lado, em relação à pesquisa quantitativa, nós fomos buscar os dados de números que comprovam um dos objetivos da pesquisa, e através dela afirmamos porcentagens ou números exatos dos falantes do guineense. Nessa ideia, podemos ressaltar a fala de Flick (2009, p. 42) “consideraram os métodos quantitativos apenas como atalhos econômicos de pesquisa para o processo de geração de dados”.

Por conseguinte, todos esses mecanismos usados para coletar os dados suficientes da nossa pesquisa, foram realizados de forma cuidadosamente e refletindo no aspecto sociocultural e plurilíngue da Guiné-Bissau.

5.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA COLETA DOS DADOS DA PESQUISA

Para conseguir o objetivo deste trabalho seria importante realizar uma pesquisa do campo, isto é, do país natal do pesquisador, mas infelizmente não deu certo como foi planejado no início, devido aos meios financeiros do estudante de ir até ao campo e a pandemia.

Dessa forma, realizamos todas as etapas do trabalho de forma online, como foi dito no capítulo anterior, referente à metodologia. Entretanto, realizamos as entrevistas em forma de perguntas para os nossos participantes responderem. Em caso de dúvidas, utilizamos ligações para esclarecer os questionários.

Ao final, todas as respostas dadas foram transcritas nas nossas análises dos dados coletados, entretanto, as respostas dadas eram para responder às nossas perguntas de pesquisa, que são as principais norteadoras, que se desdobram em outras que se encontram em anexo:

- 1 - Quais são as políticas linguísticas que incentivam o uso do guineense no contexto das diversidades linguísticas que compõem o quadro linguístico da Guiné-Bissau?
- 2 - Quais são as políticas linguísticas caso implícitas que motivam a inserção do uso do guineense nas escolas e a sua promoção na sociedade?

A dinâmica de aplicar os questionários aos participantes e suas transcrições permitiram delinear um panorama que demonstra a realidade linguística do país, através deste recorte se consegue ter uma noção da realidade linguística em relação ao uso do guineense em todo território nacional, tanto no âmbito educativo e assim fora dele. Esses participantes foram os professores com experiências profissionais no ensino, que trouxeram-nos informações relevantes.

5.2.1 Os questionários com os professores

A sessão dos questionários²² foi realizada com os professores nos horários diferentes e a disposição de cada um, tudo ocorreu de forma virtual devido a impossibilidade de contatar essas pessoas presencialmente e também a insuficiência econômica, período culminado com a pandemia. Deste modo, adotamos a forma de aplicar as questões elaboradas aos participantes e certas ocasiões para posteriormente transcrever as falas dos participantes.

²² O questionário está disponível no Anexo 2, página 144.

6. ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS

Foi realizada uma breve análise dos questionamentos aplicados em forma de entrevista sobre a visão obtida da LG,, refletindo sobretudo na questão da afetividade e representação que esses participantes demonstraram com essa língua. A necessidade do uso da língua é mais preocupante, pensando na aprendizagem dos alunos. Nota-se que durante a explicação de conteúdos aos alunos, nem sempre ficam claros ou compreendidos nos olhares dos aprendizes e isso obriga professores a usar a LG como forma de passar a mensagem e permitir que os alunos participem com suas dúvidas, caso houver.

Assim, a análise das falas dos participantes nos permitiu imaginar a quantidade de pessoas que já ficaram com muitas dúvidas em certos conteúdos dados pelos seus professores. E ainda também, no que tange ao uso da língua por toda a sociedade guineense, percebemos a influência do guineense moderno que se distanciou do antigo, aquilo que aparece como (crioulo antigo), nas falas dos participantes.

Nos baseamos nas fundamentações teóricas e nos embasamos sobretudo nas críticas dos autores consultados sobre as línguas e sua utilização nas nossas sociedades, aquilo nos ajudou na realização de análise dos registros dos dados coletados da pesquisa feita virtualmente, sobre a necessidade de uso da LG na sociedade guineense e centralizando na sua possibilidade de auxiliar no ensino/aprendizagem de português. Uma vez que o material didático guineense não se encontra em outra língua do ensino além do português, por isso, divido essa dificuldade que abala muitos alunos, percebemos que a língua do ensino precisa ser pensada ainda mais na Guiné-Bissau, ou o Ministério da Educação refletir em ampliar a formação dos professores de português com outras e diversas muitas metodologias e abordagens do ensino. A base da nossa discussão está pautada nos argumentos dos autores mencionados como forma de ajudar a chegar à finalidade deste trabalho, no entanto, descreveremos algumas falas dos envoltentes da pesquisa a respeito de qual política linguística deve ser pensada para o guineense.

6.1. DISCUSSÃO DE RESULTADOS DE QUESTIONÁRIOS

A questão da língua é meramente um fenômeno social em que os seres humanos estão inseridos, o que significa que os humanos precisam ou conseguem manter suas interações por meio de uma ou mais línguas, isto é, usam a língua de forma opcional no momento apropriado para facilitar suas comunicações. A realidade de tudo isso, é quando optamos por usar uma língua num momento específico para garantir a compreensão e a participação dos outros na

comunicação, indicando que o critério de escolha cabe a nós humanos, aplicar o tipo de política de linguagem de acordo com a nossa necessidade. Ainda, se for o caso da língua que nasce no meio de uma determinada comunidade, a sua transmissão, bem como a afetividade se desenvolve de geração a geração e indica que os próprios pais incentivam seus filhos para serem fluentes nessa língua. Além de que não querem que tal língua seja uma língua em extinção, mas também já se sentem representados por ser falantes da língua que nasce nos seus meios, suas comunidades.

De acordo com Bossaglia (2019, p. 21), “uma língua é chamada de natural quando se originou espontaneamente dentro de uma comunidade humana, portanto possui falantes nativos que a adquirem como língua materna”. Assim também, ao refletir sobre a LG, vimos certas características baseadas na afirmação da autora como a forma de possuir seus falantes nativos e a maior parte da comunidade guineense a tenha como materna e outras como a língua primeira (L1). Nesse sentido, a LG ganha privilégio dentro da sua comunidade e fora dela, ou seja, mostra que os seus falantes a têm como algo endógeno.

Isso nos faz lembrar da afirmação de Augel (2007) quando se trata da manifestação cultural do povo guineense, a qual as músicas e muitas tradições guineenses são transmitidas em LG. Esse aspecto social da língua leva-nos a dizer que a própria sociedade e seus falantes é que fazem valer qualquer que seja a língua, de modo que são os usuários, por isso, seria necessário que houvesse uma política em favor do interesse da sociedade.

Como a maioria já sabe, em relação à língua e a sociedade quando não tiver os seus falantes ou não estiver mais em uso, ela acaba por desaparecer aos poucos, primeiro seus elementos e até ela mesma, por isso, em alguns casos, muitos optam em forma de escrever certos elementos da língua, quanto mais documentos escritos nessa língua, menor a possibilidade de desaparecimento (FARACO, 2016). Pois, através dos documentos escritos há uma preservação dos elementos da língua usada, também é uma questão discutida pela Augel (2007) com a LG, houve uma discussão até então da sua manifestação pela escrita, em que não há uma coordenação da sua grafia em muitas palavras e são pronunciadas quase do mesmo jeito. Como por exemplo: [Casa-Kasa], [Tchuba-Cuba], as duas primeiras têm os mesmos significados, e assim como as duas segundas, essas últimas significam “chuva” embora tenham ortografias distintas. Essas diferenças e muitas outras, podem ser notadas na linguagem escrita, nos livros sagrados, fábulas e contos de fadas.

Por esse motivo, serviu de sustento de muitas ideologias criticando a falta de condição do guineense ser uma língua e de ser inserido no sistema educacional guineense, como do

ensino/aprendizagem. Não estamos para contrariar essas ideologias, mas também essas críticas não são suficientes para impedi-la de assumir tal função no sistema educacional guineense. O problema notado aqui é a ausência de uma política linguística para o guineense, se, no entanto, consideramos que se houvesse um estudo bem focado e decidido sobre a estruturação dessa língua, talvez estaríamos a discutir outras coisas no ensino e não da LG. Na seção a seguir discutimos essa importância com os professores envolvidos na pesquisa.

6.2. OS RELATOS DE QUESTIONÁRIOS COM OS PROFESSORES A FAVOR DA LÍNGUA GUINEENSE NO ENSINO E SUA POLÍTICA NA SOCIEDADE

Consideramos esse tópico muito interessante por narrar as falas dos professores, ou seja, pessoas que têm contatos diretamente ou indiretamente com os alunos, principalmente no âmbito da língua do ensino. Ressaltando a atenção do assunto, de acordo com Almeida Filho (2017), a língua do ensino é macro curricular. Isso significa que ela é um fator fundamental na aprendizagem, nesta ideia, o seu uso no ensino de uma forma inadequada, além de prejudicar os alunos nos aspectos da leitura e da escrita, ela pode prejudicá-los em suas formas de produzir o conhecimento em várias disciplinas.

Portanto, nessa ideia, o professor é entendido, ao nosso ver, como espelho para a vida dos alunos na sociedade. Libâneo (1998, p. 29) afirma que o “professor é o mediador da relação ativa do aluno com a matéria, inclusive os assuntos discutidos da disciplina”, levando também em consideração o conhecimento e a experiência que o aluno traz para a sua sala. Enquanto Wilandia Mendes de Oliveira (2014) defende que o professor é aquele que deve atuar comprometido com a expansão do saber, aquele que pesquisa durante a sua prática de atuar como professor no sentido de melhorar a qualidade de ensino dos seus alunos.

Portanto, o professor é aquele que cria uma relação com seu aluno em prol de contribuir para um ensino/aprendizagem de qualidade em escola onde se trabalha, levando em conta a língua usada nesse processo de ensino/aprendizagem dos seus alunos. Por isso, é importante considerar que mesmo tendo um bom plano escolar, seria interessante trabalhar a questão da língua do ensino.

Ressaltando que a própria sociedade tem uma autoridade muito forte sobre a língua, pode equipar, promover e estruturá-la de acordo com seus ideais e isso, em outras palavras, é uma política linguística em que a sociedade se envolve para manejar a língua. Também a sociedade é a razão de criar desprezo e desvalorização de uma língua em relação a outra, o que depende de fatores sociais que indica o que agrada e o que não agrada numa determinada língua,

por isso que, os próprios falantes da língua na sociedade têm uma política da língua que precisa ser levada em consideração e valorizada perante uma decisão que seja tomada.

6.2.1 SOBRE RELATO DE QUESTIONÁRIOS

Conforme a descrição dos perfis dos participantes, os sete professores envolvidos na pesquisa vieram de diferentes grupos étnicos, escolas e regiões do país. Pedimos que compartilhassem suas visões ou opiniões a respeito das políticas que incentivam o uso da LG no ensino/aprendizagem nas escolas públicas do país e dos obstáculos que encontram na língua do ensino, e pedimos que falassem sobre as possíveis políticas linguísticas da sua evolução na sociedade guineense. Como gostariam que fosse pensada a política linguística para a LG.

Conseguimos destacar na fala desses sete participantes, em que eles apresentaram seus relatos de língua do ensino e um interesse semelhante na introdução da LG no sistema do ensino guineense, pensando mais nas muitas dificuldades que os alunos demonstram ao longo da transmissão de conteúdo. Justificando a importância de pensar numa política linguística por parte do Estado guineense para facilitar o processo do ensino, uma vez que nem eles, professores, têm a LP como a veicular nas suas comunicações do dia a dia. Até mesmo, levam a LG nas salas de aulas, apesar de não ser permitido ou aconselhável seu uso nesse ambiente por parte do ministério responsável pela educação.

Justificaram a necessidade de uma política linguística para LG, menos centralizada apenas no setor educacional, mas numa perspectiva do contexto geral da sociedade guineense, sobretudo, de forma que a língua chame atenção da sociedade inteira, pois serve como um dos fenômenos do símbolo da identidade e da unidade guineense. Por esse motivo, deveriam existir estatutos e leis que incentivassem a afirmação da sua política ativa e da continuidade do seu estudo e de estruturar alguns elementos necessários nela. Sendo assim, isso permitiria que houvesse mais números de interessados em LG, de estudá-la mesmo se estiverem longe da Guiné-Bissau, assim como acontece com as outras línguas, como por exemplo; estudantes de inglês, espanhol, mandarim etc.

Portanto, os professores participantes entendem que essa política da LG não podia ser algo individual, nesse caso deles, como os proporcionadores dessa política, mas também, devia ter sempre uma força de apoio do Ministério da Educação guineense junto ao Estado da Guiné-Bissau para cumprir tal necessidade dos alunos e da sociedade em geral a respeito do uso da LG.

Por isso, a ausência da LG no setor educacional acarreta muitas dificuldades, inclusive para os aprendizes. Entretanto, é notável que isso não corresponde à expectativa almejada de uma vida de sucesso estudantil. Devido a essa inquietação, o nosso primeiro participante declara o seguinte:

A Guiné-Bissau tem e terá a necessidade de oficializar uma língua nacional, principalmente no caso da língua guineense com maior número dos falantes em relação às outras línguas faladas no território nacional, acontece que a muitas dificuldades de falar o português e nela a pessoa fica mais limitada em comunicar nela num ambiente necessário o seu uso, portanto, eu ao meu ver, seria necessária que a língua guineense fosse a segunda língua oficializada ao lado do português para ajudar facilitar o ensino. Daí quando o aluno continua não perceber uma explicação continuamente em português o seu professor se sinte a vontade de mudar para a língua que o aluno compreende mais rápido possível, nessa ideia, eu como docente destaquei aos meus alunos, limitação mesmo até de apresentar dúvidas em português. A minha experiência na sala de aula com a língua portuguesa é de extrema reflexão sobre a língua do ensino, muitas vezes ela se configura como o obstáculo na aprendizagem do aluno, sinceramente ela impede os alunos expressarem no meio dos colegas para não errar, porque ao errar sofre de bullying dos seus erros pelos colegas ou se estiverem ainda para tirar dúvida, prefere usar a língua guineense além da sala, isto numa conversa particular. Portanto, na minha comunidade em que o guineense é mais usado e daí o português não se configura com a realidade dessa comunidade e ainda forma de ensinar a língua portuguesa é difícil, acaba por tirar a paixão de certos alunos no ensino e limitados em participar em aulas, como tinha afirmado atrás.

Informante 1- (Resposta do formulário, em 05 de agosto).

Conseguimos destacar na fala desse informante que o seu desejo é de implementar uma língua opcional no setor do ensino para superar as dificuldades que aparecem.

Na nossa conversa, o professor confessava que falavam mais o guineense em relação à LP, e isso acontece entre os alunos bem como entre os colegas professores no recinto escolar. Portanto, a realidade apresentada por esse informante professor, também está presente na fala do nosso segundo participante. Conforme se encontra abaixo, o trecho:

Concordo na co-oficialização de uma outra língua, nesse sentido seria o crioulo/guineense, considero a sua importância no processo do Ensino/aprendizagem, porque lá no interior do país no caso das regiões as pessoas o falam e suas línguas maternas também e nem tão pouco uso de português. Isso dificulta muito os professores na aula, ao adicionar uma outra língua no caso crioulo/guineense no processo de ensino tem uma relevância enorme na transmissão das matérias aos educandos. Nós temos hábitos de transcrever todas as matérias no quadro e depois explicar, e ao terminar explicar levantamos a fala caso houver dúvidas, daí ninguém responde muitas vezes e menos participação, daí tenho que usar a língua crioulo/guineense se houver a dúvida. De lá muitas participações e muitas dúvidas surgem ainda, daí entendo, quando sai o professor os mais destacados que entendiam mais rápidos usam suas formas de falar explicando aqueles que não entendiam em crioulo/guineense.

Informante 2- (Resposta do formulário, em 08, agosto).

A fala desse professor nos traz um outro olhar distinto para a nossa atenção. Ele não se limita sobretudo às dificuldades do ensino na cidade de Bissau, mas também trouxe uma reflexão da língua do ensino nas regiões longe da cidade, onde às vezes línguas étnicas são mais predominantes em relação ao português e até mesmo ao guineense em algumas comunidades. Ele se preocupou com a língua do ensino devido a sua profissão de docente, quer que seus alunos se saiam bem na sua disciplina, na escola e bem em forma de representar o país. Ainda nós conseguimos abordar que a chance de não participar na aula é maior em relação aos que vivem na cidade, de modo que tenham pouco contato com a LP. Por isso, seria necessária uma língua de unidade entre os grupos étnicos no âmbito do ensino ao lado do português.

O informante a seguir, o número 3, traz uma reclamação do privilégio que a LP tem no meio das outras línguas nacionais, principalmente o guineense que sofre um preconceito por parte de alguns que dizem que guineense não é uma língua. Ainda o informante exige que seja recuperado o valor dessa língua dado ao português, que não representa o povo da Guiné-Bissau. Segundo ele, muitas das vezes, temos que usar a LG com os alunos para melhorar o ensino e aprendizagem. Há momentos, em sala em que comunicam e interagem em guineense sem que o diretor da escola saiba.

É claro que considero ser muito importante introduzir o guineense no ensino guineense, mas não apenas em condições de língua adicional. Para mim, o guineense deve recuperar o seu papel atribuído ao português. É importante, porque é a língua do povo, população, terra. É em si o nosso meio representação ou exteriorização dos pensamentos, independentemente de ser escolarizado ou não. É a língua por meio da qual exprimimos a nossa cultura, nossa vida coletiva. Se não fosse pela ignorância sistemática e oficial não ou nunca teríamos o português como língua oficial tendo remetido o guineense fora do contexto formal. Para mim enquanto professor, é importante salientar que o meu exercício como tal foi na escola particular e lá há regras a serem sempre seguidas. Seguia o programa e as orientações administrativas. Mas, apesar disso, eu tentava introduzir as falas em crioulo para facilitar o processo e o entendimento quando descobri que havia algumas barreiras causadas pela língua portuguesa. Quanto à participação, como é observável, que tem pouco domínio da língua não participa. Portanto, a participação é quase nula. Pois não há como o aluno participar na aula ministrada numa língua que ele mal domina e entende. **Informante 3**-(Resposta do formulário, em 12 de agosto).

Ao apreciarmos a fala deste informante, percebemos que a recuperação dos valores do que se trata tem a ver com a questão identitária do povo da Guiné-Bissau pelas línguas. Uma vez, que essa identidade, desde a formação do Estado guineense, foi retirada aos poucos, onde a LP interfere nas perdas dessa identidade guineense. Faz com que a cultura e o comportamento europeus (colonizador português) se manifestem no solo guineense, de modo que a língua é um aspecto social, e acaba por interferir e influenciar nesta sociedade guineense.

Isso nos faz lembrar de Silva e Sousa (2017) que afirmaram sobre uma relação mútua entre a língua e a sociedade, indicando que a sociedade humana não se forma sem a presença da linguagem, da mesma maneira que a linguagem não se interfere fora das relações sociais, ambas têm uma relação ligada ou ao mesmo tempo dependente do outro. Entretanto, os falantes da língua acabam de conectar-se com a sociedade e a língua mesma, por isso, que esse informante no seu discurso percebe que na Guiné-Bissau há certos valores culturais que estão sendo deixados, devido ao uso da LP que carrega outros valores.

Em seguida, o informante 4 trouxe uma abordagem que trata da vontade dos alunos continuarem a comunicarem em LP na sala, a vontade que lhes incentivam em serem fluentes em LP. Conforme descreve no trecho:

A experiência na sala de aula não é a melhor, visto que, a grande maioria dos alunos enfrenta uma grande resistência em se comunicar na língua portuguesa, resistência essa que considero além da vontade dos próprios. Sabendo que a influência das outras línguas cria barreiras para desenvolvimento desses alunos, tanto na fala, como na escrita. Que realmente, deve ser algo de muitos esforços e dedicações de nós professores para melhorar essa dificuldade da língua do ensino. **Informante 4**-(Resposta do formulário, em 16 de agosto).

No relato desse professor, percebe-se que os seus alunos se esforçam tanto para se comunicar em LP, porém não desenvolvem muito devido as interferências de outras línguas locais que geram dificuldades de serem fluentes em português.

A experiência desse professor com seus alunos é notável nas dedicações de ambos para um ensino/aprendizagem em boas qualidades, sem que haja os obstáculos da língua ou outro impedimento desse caráter, visto que nesse processo de aprendizagem não desistiram de se esforçarem na compreensão da linguagem usada no ensino. Mas também, há uma contradição na sua fala, na qual afirmou que as influências das línguas locais faladas têm interferência na competência do uso da LP. Elas criam muitas barreiras em termos de melhorar as suas percepções em LP por parte de muitos alunos. Portanto, nós entendemos essa dificuldade no âmbito educativo como obstáculo no ensino/aprendizagem.

O relato da informação a seguir parte da perspectiva de lamento, tendo em conta as dificuldades que se encontram nas percepções durante o ensino da LP. Vejamos o trecho a seguir, a maneira como o informante relata suas experiências durante a sua atuação com seus alunos:

Durante muitos anos como professor, percebi que ainda há muitas dificuldades em português, às vezes temos que impor as regras de punições para quem não falar

português. Mas de toda forma que colocamos essa condição, nem todos respeitam e mostram o interesse de se comunicarem em língua portuguesa, desta maneira eu e alguns colegas docentes da escola temos que usar outra estratégia de facilitar o ensino. Nessa ideia, que muitas das vezes usamos a língua guineense para permitir a interação de todos os alunos na aula, porque se não o professor continua ser o único falante de todas as aulas e até mesmo algumas pessoas falam quando são questionados.

Informante 5- (Resposta do formulário, em 18 de agosto).

Nós conseguimos refletir sobre a estratégia desse professor. O docente usa a LG em alguns momentos em sua aula para não deixar aula menos interativa, caso queira deixar a compreensão clara de conteúdo, já que poucas vezes os alunos apresentam suas dúvidas perante seus colegas devido à dificuldade de articular ou medo de não errar em LP, a língua exigida pela escola. Por isso, acabam afirmando muitas das vezes que não estão com dúvidas quando o professor pergunta, mas enfim, nós percebemos que os docentes desejam que seus alunos sejam falantes e compreendam bem a LP, isso é um dos planos usados de punição caso o aluno use outra língua na sala de aula além do português é a forma de ajudá-los a aperfeiçoar e desenvolver as suas competências em português. Porque a LP em termo da língua adicional, é considerada a língua do povo guineense aceita pelo Estado guineense, é óbvio que professores vão querer que os alunos a entendam e compreendam bem, muito embora há muitos obstáculos no seu ensino que dificultam a aprendizagem dos alunos.

Além de todas as dificuldades que se encontram no sistema do ensino guineense, a única língua aceita do ensino contribui no avanço desse obstáculo quanto para os alunos de meios urbanos e rurais, que enfrentam barreiras da língua do ensino. Por isso, seria importante melhorar ou a permissão do guineense neste âmbito.

Por conseguinte, durante esse dilema de dificuldades da língua do ensino, a sexta pessoa manifestou o seguinte e lamentou as dificuldades encontradas, isso tem a ver com a língua que a escolas adotaram. Conforme destacou o professor a seguir:

Eu acho que a língua portuguesa de uma forma geral na Guiné-Bissau, é o motivo de muito fracasso para o ensino-aprendizagem de muitos dos nossos alunos, por muitas razões e algumas delas, sua forma de ensino nas escolas e iniciativas nos bairros, as suas regras e pouco uso dele, principalmente, uma ausência abordagem comunicativa. Acho isso como forma que leva nossos alunos a ficarem menos participativos, nós professores dificilmente trabalhamos diferentes abordagens nas nossas aulas a não ser que somos limitados em como transmitir essas abordagens todas. Por isso, ao meu ver, todas essas dificuldades que os alunos passam nas escolas, a língua portuguesa é o fator principal de tudo isso. Muito embora a gente não o use no dia a dia, e não é a língua materna de muitos de nós, praticamente não temos hábitos nela. **Informante 6-**(Resposta do formulário, em 20 de agosto).

A narrativa desse professor nos faz lembrar de que nem tanto podemos criticar a LP como obstáculos de aprendizagem, mas sim as metodologias utilizadas no seu ensino talvez não sejam adequadas ou cabais ao espaço que se encontra. Que, no entanto, poderia ser futuramente ampliada e melhorada a metodologia do ensino conforme a realidade do povo guineense, fazendo isso reduziria as críticas que se encontram sobre a língua do ensino.

Em nossa reflexão uma alternativa, mesmo que a LP não seja uma língua falada no cotidiano guineense, nada impede que seja língua do ensino no país. No entanto, seu ensino deve levar em consideração as paisagens linguísticas do país e o perfil linguístico dos estudantes guineenses, daí pensar seu ensino a partir da realidade guineense. Caso contrário, dificultaria a compreensão e interação dos alunos.

Porque se analisarmos bem, a interação que Bakhtin (2003) tratou, compreende a língua como um fenômeno histórico, concreto, ideológico e materializada pelos sujeitos reais, ou seja, o enunciado é resultado de um processo de interação pelo menos entre os dois sujeitos localizados socialmente dentro de um determinado contexto. Portanto, trabalhar a questão da língua do ensino deve ser discutida da melhor forma possível para permitir que a interação dos alunos nas aulas seja eficaz, mas também, é importante levar em consideração o caso do aluno que deve ter oportunidade e direito de uma explicação que possa entender, ou seja na sua língua favorita, até que entenda o conteúdo caso a língua do ensino continua-lhe dificultar.

Nós destacamos muitas críticas a respeito da língua de ensino, acreditamos que os discursos dos professores devem ser levados como positividade do que se encontra como os alunos guineenses no que tange ao ensino-aprendizagem, conforme esse nosso último participante. Descrevemos a sua fala dessa forma:

Claro, que posso sim, porque correlação a esta língua portuguesa que abordei um pouco sobre o uso dela. Claro que na sala de aula a língua portuguesa é uma língua que dificulta a aprendizagem dos alunos, em relação à participação nas aulas. Além das dificuldades que tenho em falar, também tenho vergonha de errar perante seus colegas. Isso acaba impedindo a articulação em língua português em momento oportuno, como apresentar dúvidas ou sugestão. Portanto, ao meu ver a língua portuguesa não contribui para o desempenho de aprendizagem de muitos alunos. E nós professores somos também muitos limitados nela, há ocasião que precisamos de usar o crioulo guineense para explicar a matéria e permitir que haja a interação. **Informante 7-** (Resposta do formulário, em 28 de agosto).

Nos depoimentos desse participante, ele nos apontou três coisas muito importantes: dificuldade da língua do ensino, vergonha de participar para não errar perante seus colegas e a limitação dos professores com relação desenvolvimento e planejamento dos conteúdos.

Se notarmos bem, em relação a esses conjuntos apresentados, não seria fácil que uma escola se desenvolvesse com boas qualidades de ensino, enquanto estiver se deparando com as dificuldades mencionadas. Começando mesmo com a língua do ensino que já é uma barreira, pelo menos a metodologia de uso da língua talvez deveria ser mais acessível aos alunos, mas infelizmente os professores têm também dificuldades em explicar certos conteúdos.

De todos os participantes a respeito das suas experiências com a língua do ensino (o português) e em relação à participação dos alunos, e assim como a forma de transmitir os conteúdos, percebe-se um obstáculo ao longo da transmissão dos conteúdos. Visto que a questão da língua do ensino é o que apresenta como fator principal desse desastre no âmbito de transmissão entre os professores e seus alunos nas salas de aulas. Uma vez que, a maioria dos estudantes guineenses já não se sente identificado com a LP e tanto a forma com ela é usada, não corresponde à própria realidade em que se encontra (CÁ, 2019).

De todas as formas, consideramos os depoimentos desses professores, visto que são pessoas que enfrentam a realidade com seus alunos, e isso lhes leva a afirmar que realmente vale a pena que haja melhoramento na língua do ensino. Ou, uma política linguística de uma outra língua como possível solução de compreensão aos seus alunos, nesse caso tratamo-nos da LG. Porque não adianta fazer tantos esforços para atingir os objetivos das escolas onde trabalham, e no final não houve eficácia ou resultados melhores. Seria importante, nesse sentido, que acontecesse aquilo que se diz da política linguística e do ensino para minimizar essas dificuldades aos alunos, no que tange seus falares e suas compreensões nas aulas.

Apesar da existência de poucas e boas políticas de ensino bem organizadas e coordenadas em muitas instituições do ensino do país, tanto públicas e privadas para cada nível, e é muito mais difícil definir a existência de uma política linguística a favor da LG juntos do português, é um assunto de pouca discussão e só os próprios professores com seus alunos sabem o que se passa nas salas nos momentos do ensino.

No entanto, vale considerar esse obstáculo de aprendizagem descoberto pelos professores, no âmbito de transmissão do conhecimento, e depois lutar para solucioná-lo, assim o cenário do ensino guineense passaria para outro ritmo e teria outro caráter, talvez melhor.

Se a sociedade guineense e o Ministério da Educação continuassem a refletir profundamente sobre o setor do ensino, deveriam pensar primeiro na língua do ensino e trabalhá-la. Assim, estaríamos próximos a um sistema de educação de qualidade, onde a língua não seria mais a nossa dificuldade. E ao fazermos isso, talvez estaríamos a caminho de um bom sistema educacional comparado com os outros e até mesmo ao país vizinho, Cabo Verde, que

adicionou o Cabo-verdiano com iniciativa avançada de sua língua no ensino depois de perceber essa necessidade. Conforme consta no artigo nono da sua Constituição.

Portanto, na seção a seguir apresentaremos as falas dessas pessoas que participaram e seus desejos e a manifestação de uma política linguística na LG.

6.2.2 MANIFESTAÇÃO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM GUINEENSE

Tem sido uma crítica por algumas pessoas que a LG não tem uma gramática e nem uma grafia única em certas palavras, e isso lhe tornaria impossível de assumir uma posição igualada da LP na Guiné-Bissau. Queremos afirmar que no estudo da linguística não existe uma língua sem a gramática, e ela pode não estar formalizada por meio de artefatos tais como gramáticas acadêmicas, manuais ou livros de estilo, mas sim ela está no meio da gente, “internalizada”. Acreditamos que muitos não sabem disso, principalmente aqueles que não são da área, por isso, criticam às vezes a língua.

Nas obras de Scantamburlo (1999/2002), o autor descreve *o dicionário do guineense e dicionário guineense português*, pois as duas obras indicam que não houve causa de impedir que a LG tomasse um privilégio que estamos tentando atribuí-la, ela tem as características que uma língua normalmente possui. Apesar de haver ausência de uma ortografia única, não deveria ser algo de critério do seu impedimento no sistema educacional, como justificam algumas pessoas. Lembrando que no estudo de uma língua, nada acontece corretamente logo na primeira vez, esse é um processo que com o tempo acontece. O exemplo dessa relação é o último acordo ortográfico da LP em vigor desde 2016 no Brasil, na verdade que já tinha iniciado desde 1990, sem obrigatoriedade até 2009. Portanto, enquanto a relação com a LG, não deve ser considerada de barreiras até de proibi-la no sistema educacional, e de não a considerar como uma língua, pois, com limitação do seu uso dentro do país, o que quer dizer que somente nos ambientes informais ela ganha mais utilização.

No entanto, essa forma de lidar limitadamente com uma língua de maior número populacional na Guiné-Bissau carece de falta de uma política a favor dela, e isso pode implicar em gerar muitas consequências negativas para futuras gerações naquela sociedade. Desde que os seus falantes atuais não optam tanto por uma política desse caráter, imagina as gerações vindouras atraídas pelas línguas estrangeiras. Por isso, entendemos que a manifestação de uma política coletiva por esses docentes, é uma forma de impulsionar a sociedade e a autoridade local em prol da LG.

Já entendemos a sua importância nesta sociedade e como o povo guineense se identifica com ela, seria importante que houvesse uma política na qual os usuários se sintam conectados. Uma política que viesse regular a sua estruturação como as outras línguas no mundo, e defendê-la dentro da comunidade dos guineenses. Porque se não for assim, a LG acaba de se limitar à oralidade e nos ambientes informais como tínhamos dito, portanto, essa política tem que partir de todos nós (a sociedade em geral) no sentido de promover o guineense em toda forma.

Assim, é nessa ideia que apresentamos as manifestações dos participantes a respeito de uma política linguística a favor do guineense. O relato é composto por sete participantes de escolas e grupos étnicos diferentes

TABELA 1 - MANIFESTAÇÃO DE UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA A LÍNGUA GUINEENSE PARA O SETOR EDUCACIONAL

Professores Participantes	Desejo de uma política linguística em língua guineense (LG)
Informante 1	No sistema educacional guineense, eu acho que seria importante adicionar a LG por muitos motivos na aprendizagem e como também além das escolas, a sociedade em geral. Porque tem maior números dos falantes e mais usadas em todo território nacional, por isso, deve ser co- oficializada e trabalhada para ficar ao lado do português. E ao fazer isso, contribui em valorizar aquilo que é nosso, que nasce no meio da gente e é promovida. Ao meu ver, já que a LG é uma língua que nos faz de unidade nacional, a qual muitos textos em literaturas, contos e muitas outras coisas, são escritas com essa língua. muito embora que a língua não é sistematizada ou não tem uma grafia coordenada. Portanto, se ela é pensada para o ensino, acho que devia refletir sobre a sua grafia e muitas outras coisas necessárias de uma língua, porque em termo da oralidade não há problema tanto em relação à escrita onde cada qual escreve do seu jeito. Por isso que ao levá-la para o ensino, deve se aplicar uma política linguística na sua estruturação para essa demanda educativa, assim não vai ser mais criticada em termo da sua coordenação ortográfica.
Informante 2	Concordo na co-oficialização de uma outra língua, nesse sentido seria o crioulo/guineense, considero a sua importância no processo do Ensino/aprendizagem, porque lá no interior do país no caso das regiões as pessoas o falam e suas línguas maternas também e nem tão pouco uso de português. Isso dificulta muito os professores na aula, ao adicionar uma outra língua no caso crioulo/guineense no processo de ensino tem uma relevância enorme na transmissão das matérias aos educandos. O crioulo/guineense é como o nosso patrimônio cultural que nos une e não pode desaparecer de qualquer modo. Atualmente, apesar de que está sofrendo as influências de sua impureza, as pessoas o usam de forma incorreta (variação) acho que devemos usar uma política de valorização e trabalhar a sua coordenação gráfica em escrever certas palavras pegando as suas de falar antigo.
Informante 3	Isto está claro na minha mente. Já que temos uma língua que é supostamente a de unidade nacional, a LG, a língua que a maioria tem como língua materna, ela tem de ser atribuído os valores atribuídos ao português. Isto é, pensar uma política a respeito dela em todos os aspectos que podem favorecer a sociedade guineense até chegar nas escolas. Portanto, todo o ato de pensar a política de língua, política de ensino tem de levar em consideração a cultura guineense

Informante 4	A língua que considero importante para que haja uma política de oficialização seria a língua crioula, ou seja, o Guineense. Considero importante devido a função social que essa língua tem dentro da sociedade guineense, sendo que a maioria da população a usa como instrumento de comunicação no país inteiro. Portanto, a minha sugestão seria o investimento forte e responsável no ensino e fortalecimento da política linguística.
Informante 5	A minha sugestão, é que aconteça uma política com o crioulo/guineense, porque nós temos muitas limitações em falar português, e isso acaba de deixar muitos dos nossos alunos a não perceber os conteúdos em certos casos, por isso eu acho se implementando o crioulo/guineense no sistema educacional facilitaria muito. Acho que devia ser implementada a política em que o Estado guineense tem que envolver, usando dinheiro para o estudo e desenvolvimento da língua crioula/guineense. Porque já tem pessoas com essa iniciativa e com a estrutura e precisa somente do apoio financeiro para tal estudo.
Informante 6	Estou de acordo com uma política linguística que vai incluir uma língua materna no sistema educacional do país, e essa língua poderia ser o guineense. Porque eu acho que o guineense é a língua materna de muitos alunos e tendo a nesse setor vai facilitar muitos alunos na forma de aprender os conteúdos, debater de compreender de uma forma mais fácil. Sendo assim permitiria que as dificuldades desses alunos desaparecessem e torna a aprendizagem mais eficaz e positiva. Eu acho que o Estado da Guiné-Bissau já está na possibilidade de adotar uma política linguística que vai adotar o guineense como uma da língua oficial do país. Isso porque é uma das línguas que facilita a comunicação entre diferente povo, uma da unidade nacional, a mais falada e materna de maioria dos guineenses, tudo devia ser como forma de persuadir o Estado guineense a adotá-la como oficial, e também vai servir como forma de inclusão social, ajuda aqueles que não tem domínio em português usar em qualquer lugar.
Informante 7	De fato, considero a língua crioulo como uma língua adicional, porque no sistema educacional do ensino guineense a língua crioula não é sempre utilizada. Pois, houve uma questão colonial que é de apagar a língua crioula na Guiné-Bissau e deixar português como principal. Mas, acho que a língua crioula deveria e deve ser adicionalmente no nosso sistema educacional guineense para permitir com que aprendizagem fosse de uma positiva que a língua colonialista. Portanto, para pensar a política linguística ou da língua no sistema de ensino guineense para a unidade nacional. É com grande satisfação se pensar nesta política no ensino guineense para poder resgatar as dificuldades das aprendizagens dos alunos e dali vai permitir uma educação qualitativa dos alunos de modo geral dentro do país. Porque um/a grande pedagogo/a não se pode ensinar a pessoa sem que ela perceba algo. Porque o objetivo evolutivo no país precisa da compreensão linguística ou da língua para poder se encaixar, pois, o que falta é a implementação da LG no currículo de ensino guineense e se fosse assim o país terá uma educação de forma aprovativo e positiva para fazer um auxiliar dos alunos a se aprenderem.

FONTE: O Autor (2021).

Durante essa manifestação política de língua desejada para a sociedade guineense, significa que a disposição é obtida totalmente para atribuição de privilégio a uma língua, que realmente parte dos falantes ou usuários dessa língua. Por isso, muitas das vezes, em boas análises, essa decisão precisa ser suportada pelo pessoal de área da linguagem, isto é, para eles criarem ou refletirem a respeito da política linguística a favor dessa manifestação política da sociedade.

Em outra perspectiva, aquilo é considerado de valorização para os falantes, usuários de uma determinada língua, desta maneira que a LG, muito embora tenha uma popularidade

dos falantes, precisa obter as leis e as decisões voltadas a ela. Portanto, acreditamos que ainda há muita gente esperando que haja uma definição de política linguística para o guineense, principalmente no âmbito do ensino, porque percebemos que esses participantes realmente defendem os desejos de muitos usuários da língua, inclusive dos alunos.

Para além do ensino, a existência de uma política contribuiria para que a LG fosse estudada e permitiria descobrir muitas coisas necessárias de estudar, igual acontece com as outras línguas, como por exemplo: só dentro da LP há possibilidade de estudar muitas coisas nela, como a sintaxe, semântica e pragmática etc. Nessa ideia, que deveria existir uma política que com certeza ajudaria no planejamento e na reflexão da sua estruturação comparada com outras línguas que hoje conseguem muitos privilégios. Porém, tudo isso pode acontecer quando houver uma interferência da política em seu favor ou existência de fatores necessários para estudar essa língua.

Entretanto, nessa manifestação da política linguística para a população guineense, ela carrega muitos sentimentos voltados para a identidade deste povo, pois seria impossível nessa ideia de calar essas vozes identitárias dos usuários através da LG. No entanto, essas vozes têm a tendência de crescer ainda mais com os usuários dessa língua e precisam ser suportadas com política linguística.

Sendo assim, a LG de modo geral representa as identidades de muitos grupos étnicos do país (DJAU, 2015), ela assume um papel fundamental nesse território. Foi nessa intenção que se seria a manifestação de uma política a favor dela, já que representa a população local, isso significa que, essa política deveria abranger todas as partes do território nacional, inclusive a sua inclusão no âmbito educativo ao lado da LP.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa intitulada Políticas Linguísticas Em Guineense: Caso Implícito chegou ao seu final com êxito. De acordo com a metodologia usada para coletar os dados necessários desta pesquisa, permitiu que fossem alcançados os objetivos e respondida a questão central da pesquisa; “quais são as políticas linguísticas implícitas ou explícitas que motivam a inserção do uso do guineense nas escolas e a sua promoção na sociedade?” e assim como as outras perguntas da nossa inquietação. E com relação a esta questão central, efetivamente foi verificado que não existem políticas explícitas de promoção do guineense, ele está ausente nos documentos que a define. Porém só existe a política de forma implícita usada pelos os professores com seus alunos nos momentos necessários de transmissão de conteúdos.

Entretanto, todos os nossos objetivos e perguntas de pesquisa foram concretizados com a participação dos professores de maneira que aplicamos lhes questões e depois coletamos e analisamos os relatos desses participantes para conseguir os objetivos da nossa pesquisa e ao mesmo tempo com a realização das leituras consultadas de diferentes autores.

E de lá concluímos que, realmente, há a necessidade de uma política linguística a favor da LG, por meio da reflexão das leituras consultadas e a intervenção dos próprios professores ao responder às questões aplicadas, desta pesquisa. Chegamos à conclusão de que o uso da LG e a sua possibilidade de inserção no currículo educativo da Guiné-Bissau se apresenta como um dos fatores primordiais no contexto da interação nas aulas entre os alunos e seus professores, auxiliando na troca ensino/aprendizagem.

A julgar pelos dados coletados no estudo feito, através das respostas obtidas dos sete professores participantes com suas respostas analisados, nos permitem refletir sobre a ausência da LG no que tange ao ensino, cria impacto negativo na aprendizagem de muitos alunos guineenses relativamente na compreensão das matérias e na participação das aulas dirigidas em LP. Ao dizer isso, lembramos que a forma que é ensinada a LP na Guiné-Bissau é totalmente distante da realidade guineense.

De acordo com Ntchala Cá (2019, p. 124), “os professores focalizam mais o ensino das categorias gramaticais fora do contexto do uso da língua e justificam que ensinam daquele jeito porque devem seguir as exigências ou proposta montada pelo Ministério da Educação.” Enquanto que Có (2021) indica a ausência de algumas metodologias para ensinar a LP. Como por exemplo; trabalhar a questão dos gêneros textuais etc. Assim sendo, no livro didático encontra-se parte da gramática como objetivo central para o ensino da língua, algo desse tipo

que muitas das vezes acaba deixando muitos alunos não gostarem da LP e apresentam dificuldades nas suas conversas em português continuamente. Tendo em conta a percepção que têm da gramática como o caminho para ser bom em português quebra a expectativa de muitas pessoas devido a não serem capazes de memorizar os sistemas gramaticais. Mesmo com essa dificuldade do português, os professores, apesar de serem permitidos usá-lo durante as aulas, não deixam de usar a LG no momento necessário para atingir objetivos das suas aulas. Com esse ato, mesmo sabendo que estão contrariando a proposta do Ministério da Educação ou das escolas onde trabalham, não param de usar o guineense.

A língua aceita do ensino, é a única encontrada no livro didático a sua forma de ensino ou seu uso não constitui o desejo almejado de como é realmente uma aula interativa entre alunos e professores (CÁ, 2019). Por isso que, no setor do ensino guineense, seria importante aceitar a interferência da língua nacional (o guineense) e isso faria com que os alunos se sintam mais tranquilos em todas as aulas frequentadas quando é necessário o uso dela. Porque na verdade, não é que os responsáveis da educação não são cientes dos impactos da língua do ensino, e nem da evolução do guineense e da sua interferência na educação, mas sim, tudo passa de uma carência de política linguística a favor do guineense. Por isso, mesmo cientes dessa realidade e de todos os esforços que fazem para melhorar o panorama educativo guineense, ainda existe um vácuo sobre políticas afirmativas das línguas guineenses.

Por falta dessa ausência da política linguística em guineense também faz com que mesmo adotando a LP como a única do ensino ou aceitável no âmbito escolar guineense, ela não corresponde totalmente a expectativa almejada de todos os alunos, são os próprios que muitas das vezes sentem-se limitados em participar num diálogo quando é feito em LP. Reforçando que não estamos a contrariar o aspecto social da LP, ainda que ela faz parte do quadro das línguas locais e oficial deste país.

Outra coisa, apesar da LP não corresponder à realidade do aluno, é notável que os estudantes não obtêm os ambientes específicos ou apropriados neles para se expressarem em português, isso também acaba por não contribuir em esforçar ser fluentes nele. Por isso, a tendência do guineense que é usado em todo espaço, ganha repertórios comunicativos.

De acordo com Djau (2015), a LG carrega muitos fatores fundamentais para a consolidação da irmandade entre o povo guineense, isso mostra uma conexão das pessoas com ela. No entanto, ao nosso ver essa conexão não podia ser limitada a certos espaços ou ambiente público, como por exemplo: as escolas e outros locais. Por conseguinte, como já coletamos os

dados que indicam o interesse de uma política linguística para a LG, isso reflete para nós a importância de uma intervenção a favor dessa ideia para a LG.

Entretanto, a nossa conclusão remete-nos que realmente o fato do ensino seja somente em LP em todo território nacional não significa que é um bom sinal que está sendo adotado. Mas, deve ser levada em consideração e a articulação dos alunos usando a língua da escola. Portanto, através dos dados coletados e as falas de pessoas participantes, nos indicam que na Guiné-Bissau, há necessidade de incluir a política linguística da LG no sistema de ensino do país, e isso não significa abandono do português, mas tê-lo junto ao guineense. Para tal, aquilo mostra a inserção de uma das partes que contribui na identidade do povo guineense.

Sendo assim, podemos imaginar como a LG interfere na intensificação da identidade da criança, caso passe a entender que a sua língua não se limita somente do ambiente informal, mas também no contexto educativo em que ela se encontra.

Em uma próxima oportunidade, pretendemos dar continuidade de estudo das identidades e cultura do povo guineense como futura pesquisa, especificamente trabalhar a questão das línguas locais na afirmação da identidade desse povo, de maneira que essas línguas fazem parte dos perfis e caracteres do povo da Guiné-Bissau. Com isso, pretende-se destacar a importância e resgatar os valores identitários através das línguas guineenses.

REFERÊNCIAS

ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo; TIMBANE, Alexandre António; QUEBI, Duarte Olossato. As políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, n. 31, p. 21-44, 2017

AGOSTINHO, Ana Livia. Fonologia e método pedagógico do lung'Ie. 2015. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALMEIDA-FILHO, J. C. P. **O ensino de português como língua não-materna: concepções e contextos de ensino**. Museu da língua portuguesa: estação da luz, 2007.

ANGOLA. Constituição da República de Angola. 2010. Disponível em: https://governo.gov.ao/fotos/frontend_1/editor2/constituicao_da_republica_de_angola.pdf
Acesso em 6 de outubro de 2021.

AUGEL, M. P. **O crioulo guineense e a oratura**. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 69-91, 2. sem./2006.

AUGEL, Moema Parente, 1939. **O desafio do escombro: nação identidade e pós colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. Parábola Editorial, 1.ed. São Paulo 2017- 576 p; 24 cm (referenda;2).

BAKER, Colin (1997). **Fundamentos de educación bilingue y bilinguismo (asesoria académica)**; Ofelia García. Madrid; Cátedra.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALDUINO, Amanda Macedo. A nasalidade no português de STP. 2018. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BARROS, M. Marques de (1897-1899 a) - O Guineense. Capítulo I. Tradições e Ethnologia. *Revista Lusitana*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, V: 174-181.

BENZINHO, Joana; Marta. Guia Turístico: **a descoberta da Guiné-Bissau**. Coimbra; Ediliber; 2015.

BENSON, Carolyn Joy (1994) - Teaching Beginning Literacy in The “Mother Tongue”: A Study Of The Experimental Crioulo/Portuguese Primary Project In Guinea-Bissau. Los Angeles, University of California (Ph.D. Thesis).

BOSSAGLIA, Giulia; **linguística comparada e tipologia, coordenação Tommaso raso, Celso Ferrarezi Junior**. 1. Ed. São Paulo: parábola editorial, 2019.

CÁ, João. F. **Aspectos linguísticos do guineense: Reflexões acerca de uma língua**, 2021.

CÁ, Virginia Jose Baptista. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau**. 2015.

CABO VERDE. Constituição da República de Cabo Verde. 2010. Disponível em: <https://www.governo.cv/governo/constituicao/> acesso em 6 de outubro de 2021.

CALDEIRA, Arlindo. 2004. “**Rebelião e outras formas de resistência à escravatura nas ilhas do Golfo da Guiné** (séculos XVI-XVIII)”. *Studia Africana* 7, 101-136.

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas**. Trad. DUARTE, I, de O.; TENFEN, J. BAGNO, M. São Paulo. Parábola, 2017.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. (Trad. Marcos Marcionílio). São Paulo: Parábola Editorial, 2002 [1993].

CO, Vaz Pinto. **A Manifestação do olhar exotópico na escrita acadêmica dos estudantes guineenses falantes do português como a língua adicional (PLA) na UNILAB**, 2021. Dissertação do (mestrado em linguística aplicada), de programa de pós-graduação em linguística aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

COELHO, Lidiane Pereira; DE MESQUITA, Diana Pereira Coelho. Língua, cultura e identidade: conceitos intrínsecos e interdependentes. **Entre Letras**, v. 4, n. 1, 2013.

COSTA, P. M. **Descrição fonológica do crioulo guineense**. 218p. 2014. Dissertação. Curso de Mestrado em Linguística. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

COUTO, H. H. **O crioulo guineense em relação ao português e às línguas nativas**. *Linguística*, v.29, n.1, p.107-121, 1989.

COUTO, Hildo Honório; EMBALÓ, Filomena. **Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau: Um país de CPLP**. *Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, n. 20. Brasília, 2010. p. 256.

CUNHA. A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. revista pela nova ortografia. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DEWULF, J. E se todas as línguas fossem consideradas crioulas? Um olhar pós-colonial sobre a linguística. In: RIO-TORTO, G. M.; FIGUEIREDO, O. M.; SILVA, F. **Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. P. 305-312

DIALLO, I. “GUINÉ-BISSAU: que papel e que lugar nas políticas nacionais de desenvolvimento e estratégias de integração Subregional?”. Bissau, INEP 2007.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. *Cadernos de pesquisa*. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2002, p. 139-154.

DJAU, Rachido. **Situação sociolinguística, cultural e étnica na Guiné-Bissau e sua implicação**, 2015.

DO COUTO, Hildo Honório. Política e planejamento linguístico na Guiné-Bissau. **PAPIA-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico**, v. 1, n. 1, p. 46-58, 2010.

DO QUINTEIRO VILELA, Mário Augusto. **O CABO-VERDIANO VISTO POR CABO-VERDIANOS ou contributo para uma leitura da situação linguística em Cabo Verde**. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, n. 31, p. 139-154, 2017.

OLMO, Francisco Calvo Del, ESCUDÉ, Pierre: **Intercompreensão: A chave para as línguas**, 1º ed. S. Paulo. Parábola, 2019.

EMBALÓ, F. **O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional**. **PAPIA**, nº18, 2008, p.101-107.

FARACO. Carlos Alberto. **História sociolinguística da língua portuguesa**. São Paulo: parábola Editorial, 2016.

FERRAZ, Luiz Ivens. 1974. “**A linguistic appraisal of Angolar**”. In **Memoriam António Jorge Dias, Vol. 2, 177-186**. Lisbon: Instituto de Alta Cultura/Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

FERREIRA, Manuel. **Que futuro para a língua portuguesa em África?** Lisboa- Portugal, ALAC ÁFRICA- Literatura, arte, e cultura Lda. V, no 11-2o Dt. o. 1988.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, S. P. B. da. **Educação para a Cidadania na Guiné-Bissau**. In: Revista Guineense de Educação e Cultura. O Estado da Educação na Guiné-Bissau, mar./2011, n. 1, p. 83-95.]

FREIRE, Paulo; **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 173p. ilustr. (O Mundo, hoje, v. 22).

GARCEZ, Pedro de Moraes; SCHULZ Lia. Revel na Escola: **do que tratam as políticas linguísticas**. Revel. v. 14, n. 26, 2016. [[Www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)].

GOUVEIA, Jorge Bacelar. **A fiscalização da constitucionalidade na Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe de 1990**. *Direito e Cidadania*, 2006, p. 101-160. Disponível em: <https://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/CONST-1990-1.pdf>. Acesso em 11/Out/2021.

GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estatísticas. **Terceiro recenseamento geral da população e habitação**. Bissau, GB, INEP, 2009. Disponível em http://www.statguineebissau.com/opestat/rgph1/caracteristicas_socio_cultural.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

GUINÉ-BISSAU. INEC (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS). **Guiné-Bissau em Números**. 2014, Bissau: Nova Gráfica, Lda, 2014. Disponível: <https://mics->

surveys-prod.s3.amazonaws.com/MICS5/West%20and%20Central%20Africa/Guinea Bissau/2014/Final/Guinea-Bissau%202014%20MICS%20Final%20Report_Portuguese: Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

HAGEMEIJER, Tjerk & ALEXANDRE, Nélia. (2012). **Os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné: uma comparação sintática**. *Papia*, 22:2, 233-251, ISSN: 0103-9415.

HAGEMEIJER, Tjerk. “As línguas de São Tomé e Príncipe”. *Revista de crioulos de base Lexical portuguesa e espanhola*, v.1, n.1, p. 1-27, 2009.

IÉ, David. **Políticas linguísticas e a língua portuguesa na sociedade guineense**. 23 f. trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa (Redenção), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 2018. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/1896> Acesso em 6 set. 2021.

JOTA, Z. S. **Dicionário de linguística**. Rio de Janeiro, Presença, 1976.

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO. Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos 2010. Disponível em: <https://fecong.org/pdf/crianca/LeiBasesSistemaEducativo.pdf>. Acesso em 07 out. 2021.

LIBÂNIO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 1998.

LUCCHESI, D. A concordância de gênero. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 295-318.

LUCCHESI, D. Crioulística. In: FERRAREZI J. C.; MOLLICA, M. C. (Org.). **Sociolinguística, Sociolinguísticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2016, p. 73-85.

MACARINGUE, Ilídio Enoque Alfredo. **Políticas linguísticas de Moçambique: controvérsias e perspectivas**. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n. 31, p. 47-69, 2017.

MANÉ, Djiby. **Os crioulos portugueses do Golfo da Guiné: Quatro línguas diferentes ou dialetos de uma mesma língua?** 2007.

MONTEAGUDO, Henrique. **A invenção do monolinguismo e da língua nacional**. *Gragoatá, Niterói*, n. 32, p. 43-53, 2012.

MOÇAMBIQUE. Constituição da República de Moçambique. 2004. Disponível em: https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/mocambique_constituicao.pdf Acesso em 6 de outubro de 2021.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Vol. 1, 9. ed. rev. - São Paulo: Cortez, 2012.

NAMONE, Dabana. **A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional.** 2014.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico resumido.** Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1966.

NDOMBELE, Eduardo David. **Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola.** Revista Internacional em Língua Portuguesa, n. 31, p. 71-89, 2017.

NTCHALA, CA. Imelson. **Abordagens de ensinar português língua segunda no contexto guineense de ensino médio e superior.** Brasília, 2019.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de et al. **Política Linguística, Política Historiográfica: Epistemologia e escrita da História da Língua (s) a propósito da língua portuguesa no Brasil Meridional (1754-1830).** 2004.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira.** ReVEL, v. 14, n. 26, 2016. [www.revel.inf.br].

OLIVEIRA, Gilvan Muller de (org). **Declaração Universal dos direitos linguísticos: novas perspectivas em política linguística.** Campinas, SP: Mercado de Letras/ALB; Florianópolis; IPOL, 32/ 2003.

OLIVEIRA, Wilandia Mendes. Uma abordagem sobre o papel do professor no processo ensino/aprendizagem. **RESUMO, Inesul, Londrina, 2014.**

QUINT, Nicolas. 2000. **Grammaire de lá langue cap-verdienne. Paris: L'Harmattan**

RAJAGOPALAN, K. **O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?** Trad. de Almiro Pisetta. In: SIGNORINI, I. (Org.). Língua(gem) e Identidade. Campinas: Mercado de Letras, 2001, p. 21-45.

RYDER, Alan. 1969. **Benin and the europeans 1485-1897. London: Longman.**

SANTIAGO, Ana Maria; AGOSTINHO, Ana Livia. Situação linguística do português em São Tomé e Príncipe. **A Cor das Letras**, v. 21, n. 1, p. 39-61, 2020.

SAMBU, Maimuna. **Análise do manual didático " Periquito Beta" da Guiné-Bissau: uma reflexão na perspectiva de Português Língua Segunda.** 2017. Tese de Doutorado.

SCANTAMBURLO, Luigi. Dicionário do Guineense Volume II (portuguese edition). Portugal, Lisboa: Edições Colibri, 2019.

SCANTAMBURLO, L. **Dicionário do Guineense: vol. I: Introdução e notas gramaticais.** Lisboa: Colibri / FASPEBI, 1999.

SCANTAMBURLO, Luigi. **Dicionário do guineense, v.2 Dicionário guineense-português. Dictionariu guineense- portuguis. Lisboa: FASPEBI, 2002.**

SCANTAMBURLO, Luigi. **O Léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: ensino bilingue português-crioulo guineense.** 2013.

SEMEDO, Rui Jorge. **O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios políticos institucionais.** São Paulo-2011, p.01-41.

SEVERO, Cristine Gorski. **Política(s) Linguística(s) e questões de poder.** Alfa. São Paulo, 2013.

SILVA, Paulo Cesar Garré; DE SOUSA SOUSA, Antonio Paulino. Língua e Sociedade: influências mútuas no processo de construção sociocultural. **Revista Educação e Emancipação**, p. 260-285, 2017.

SPOLSKY, Bernard. **Para uma Teoria de Políticas Linguísticas.** ReVEL, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. 451-473. [www.revel.inf.br].

TEIXEIRA DA MOTA, Avelino. 1976. **“Alguns aspectos da colonização e do comércio marítimo dos Portugueses na África Ocidental nos séculos XV e XVI”.** Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

TIMBANE, Alexandre António; VICENTE, José Gil. O plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação linguística inovadora. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, n. 31, p. 91-112, 2017.

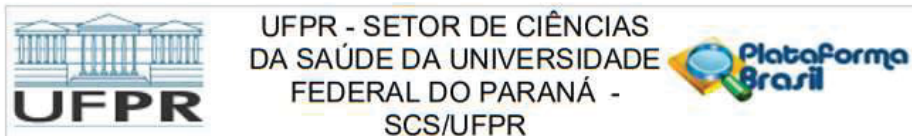
TIMBANE, Alexandre Antônio; MANUEL, Cátia. **O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa?** Embate sobre os conceitos. revista de letras-juçara, v. 2, n. 2, p. 107-126, 2018.

TORQUATO, Clóris Porto. As políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde pós-Independência: a construção da nação. **Letras**, n. 42, p. 151-184, 2011.

VOGT, John. 1973. **The Early São Tomé-Príncipe slave trade with Mina: 1500-1540.** **International Journal of African Studies VI (3).** 453-467.

ANEXOS

ANEXO 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICA LINGUÍSTICA EM LÍNGUA GUINEENSE: CASO IMPLÍCITO

Pesquisador: Francisco Javier Calvo del Olmo

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 48897121.8.0000.0102

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Letras

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.009.162

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa intitulado "Política Linguística em Língua Guineense: Caso Implícito", sob a responsabilidade do Prof. Dr. Francisco Javier Calvo del Olmo, pesquisador responsável e orientador de, David Ié – Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras, Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e com previsão de início a partir da aprovação do projeto no comitê de ética até 2022. O projeto de pesquisa deverá ser realizado através de entrevistas em plataformas virtuais de vídeo conferências.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo os autores: "investigar como se desenvolve o processo de política linguística em 'guineense' a partir do caso implícito da Guiné-Bissau, desde o seu surgimento até os dias atuais."

Objetivos Específicos

- Contribuir para a compreensão do contexto multilíngue da Guiné-Bissau através de um panorama sobre as línguas nacionais mais faladas e utilizadas em território guineense;
- Contribuir para a compreensão da importância do uso de uma língua identitária em contextos sociais, principalmente educativos e os possíveis efeitos desse uso;
- Identificar, nos relatos de professores entrevistados, aspectos que revelam a introdução ou a ausência de políticas linguísticas em relação ao guineense nos contextos educativos da Guiné-Bissau;"

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR

Telefone: (41)3360-7259

Município: CURITIBA

CEP: 80.060-240

E-mail: cometica.saude@ufpr.br



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 5.009.162

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os autores apontam benefícios indiretos para os participantes e sociedade. Em relação aos benefícios indiretos da pesquisa, os autores apontam que a pesquisa poderá propiciar um melhor entendimento sobre as políticas linguísticas vigentes na Guiné-Bissau em relação ao uso do português e do guineense. Benefícios diretos para os participantes da pesquisa foram descritos no projeto como oportunidade de refletir sobre o tópico pelos participantes.

Quanto aos possíveis riscos, os pesquisadores descrevem os seguintes riscos de natureza psicológica derivados das entrevistas individuais que estão previstas os participantes podem não se sentir confortáveis no momento da entrevista devido à presença do pesquisador. Para minimizar tal risco, caso o "pesquisador perceba algum incômodo dessa natureza, este interromperá as atividades, deixando claro para os participantes que eles podem expor qualquer desconforto que possa surgir no desenvolvimento da pesquisa, bem como, se não sentirem bem, poderão optar por não participar da entrevista". Eles propõem ainda encaminhamentos para atendimento no Centro de Atendimento Psicológico (CPA).

Os pesquisadores declaram que "as informações desta pesquisa considerando desde a coleta e da análise dos dados, ficarão arquivadas e depois de 5 anos serão descartadas.

Não há previsão de ressarcimento ou pagamento, de qualquer natureza, aos participantes uma vez que não haverá necessidade de deslocamento dos participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A presente pesquisa objetiva "investigar como se desenvolve o processo de política linguística em 'guineense' a partir do caso implícito da Guiné-Bissau, desde o seu surgimento até os dias atuais". O projeto apresenta fundamentação teórica. Trata-se de pesquisa qualitativa em que serão utilizadas entrevistas remotas com professores. O recrutamento de um grupo de no máximo 7 participantes será selecionado por conveniência, "pesquisador colaborador pretende convidar professores que atuam e/ou atuaram na rede de ensino na Guiné-Bissau", no entanto, como tal convite será realizado não foi descrito. Um roteiro inicial para fundamentar as entrevistas foi apresentado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE foi apresentado adequadamente. E os documentos de instituições co-participantes foram inseridos.

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.060-240

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 5.009.162

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de projeto com desenho qualitativo e relevância social. Apresentou fundamentação teórica que promove uma compreensão histórica e/ou da atualidade do ensino de línguas no país na Guiné-Bissau. O procedimento consiste basicamente de entrevistas virtuais e foi revisado adequadamente. O recrutamento de participantes será realizado por conveniência pelos pesquisadores dentre professores e ex-professores deste país para formar uma amostra de 7 voluntários. As entrevistas foram descritas adequadamente. Todas as recomendações anteriores deste comitê foram atendidas.

Favor inserir em seu TCLE e TALE o número do CAAE e o número deste Parecer de aprovação, para que possa aplicar aos participantes de sua pesquisa, conforme decisão da Coordenação do CEP/SD de 13 de julho de 2020.

Após o isolamento, retornaremos à obrigatoriedade do carimbo e assinatura nos termos para novos projetos.

Considerações Finais a critério do CEP:

01 - Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais(a cada seis meses de seu parecer de aprovado) e final, sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO. Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que o cronograma de execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo.

Emenda – ver modelo de carta em nossa página: www.cometica.ufpr.br (obrigatório envio).

02 - Importante:(Caso se aplique): Pendências de Coparticipante devem ser respondidas pelo acesso do Pesquisador principal.

Para projetos com coparticipante que também solicitam relatórios semestrais, estes relatórios devem ser enviados por Notificação, pelo login e senha do pesquisador principal no CAAE correspondente a este coparticipante, após o envio do relatório à instituição proponente.

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR **Município:** CURITIBA

Telefone: (41)3360-7259

CEP: 80.060-240

E-mail: cometica.saude@ufpr.br



Continuação do Parecer: 5.009.162

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1769259.pdf	24/08/2021 11:07:23		Aceito
Outros	12_Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecidoTCLÉ_arrumado3.docx	24/08/2021 11:06:08	Francisco Javier Calvo del Olmo	Aceito
Outros	Termo_Concordancia_Servicos.pdf	24/08/2021 11:05:29	Francisco Javier Calvo del Olmo	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_PENDENCIAS.docx	24/08/2021 11:04:36	Francisco Javier Calvo del Olmo	Aceito
Outros	Projeto_de_Pesquisa_Versao_2_Arrumado.docx	24/08/2021 11:04:10	Francisco Javier Calvo del Olmo	Aceito
Outros	Check_List_Documental.pdf	03/07/2021 18:25:04	Francisco Javier Calvo del Olmo	Aceito
Outros	8_Declaracao_de_compromisso_equipe_de_pesquisa.pdf	03/07/2021 18:24:08	Francisco Javier Calvo del Olmo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Versao_para_Analise_David_1e.docx	03/07/2021 18:21:04	Francisco Javier Calvo del Olmo	Aceito
TCLÉ / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	12_Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecidoTCLÉ.docx	03/07/2021 18:20:33	Francisco Javier Calvo del Olmo	Aceito
Outros	3_Analise_de_merito.pdf	01/07/2021 20:17:12	Francisco Javier Calvo del Olmo	Aceito
Outros	2_Ata_Aprovacao_Projeto_David.pdf	01/07/2021 20:16:37	Francisco Javier Calvo del Olmo	Aceito
Outros	1_Carta_de_encaminhamento_do_pesquisador_ao_CEP.pdf	01/07/2021 20:13:31	Francisco Javier Calvo del Olmo	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_preenchida_assinada.pdf	01/07/2021 20:05:41	Francisco Javier Calvo del Olmo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar
Bairro: Alto da Glória **CEP:** 80.060-240
UF: PR **Município:** CURITIBA
Telefone: (41)3360-7259 **E-mail:** cometica.saude@ufpr.br



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 5.009.162

CURITIBA, 30 de Setembro de 2021

Assinado por:
IDA CRISTINA GUBERT
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

CEP: 80.060-240

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO

1. Com qual grupo étnico você se identifica? E onde você nasceu?

2. Qual(is) é(são) a(s) sua(s) língua(s) materna(s)?

3. Quantas línguas você fala? Quais são essas línguas?

4. Explique em que situações você utiliza as línguas que você fala. Veja um exemplo:

Ex: Falo pepél com minha família, guineense com meus amigos e português com os meus colegas de trabalho.

5. Em relação às línguas que você fala, marque qual é o prestígio/valor que ela tem dentro da sociedade guineense. Marque de 1 a 5, onde 1 é a menos prestigiada e 5 é a mais prestigiada.

a) língua materna: _____
1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

b) o crioulo/guineense
1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

c) o português
1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

d) outra língua local: _____
1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

e) o inglês
1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

f) o francês
1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

6. Na sua opinião, qual é a língua mais falada na sociedade guineense?

7. Em alguns países africanos há mais de uma língua oficial, ou seja, aconteceu a co-oficialização de algumas línguas devido às necessidades. Nesse sentido, no sistema educacional guineense você considera importante o uso de uma língua adicional? Qual seria essa língua? Por que você considera importante?

8. Você poderia nos relatar algumas experiências com aprendizados/as na sala de aula? Como é a participação dos alunos em relação ao uso da língua portuguesa?

9. Nas tabancas (aldeias) longe da cidade, sabemos que é mais fácil encontrar línguas étnicas predominantes. Você considera que seria positivo o uso dessas línguas para auxiliar o português no ensino caso o aluno continue com dúvidas nas matérias? Explique.

10. Como você sugere que deva ser pensada a política da língua que nos faz uma unidade nacional enquanto a sua evolução dentro do país?